

HT-114



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**Título: O Impacto sócio-económico das minas anti-pessoal no desenvolvimento comunitário: o caso do Posto Administrativo de Dombe ( Distrito de Sussundenga), 1992-2001**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

**HT-114**

**Lina Sara Hunguca de Chovano**  
Maputo, Dezembro de 2002

**Título: O impacto sócio-económico das minas anti-pessoal no desenvolvimento comunitário: o caso do Posto Administrativo de Dombe (Distrito de Sussundenga), 1992-2001**

**Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane  
Lina Sara Hunguca de Chovano**

**Departamento de História  
Faculdade de Letras  
Universidade Eduardo Mondlane**

**Supervisor: Prof. Doutor Joel Maurício das Neves Tembe**

**Maputo, Dezembro de 2002**

O Juri			Data
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	
<u>Stenjo Cabu</u>	<u>Joel Tembe</u>	<u>[Assinatura]</u>	12/12/02 04

**F. LETRAS U.E.M.**  
R. E. 29259  
DATA 17/12/2002  
AQUISIÇÃO aberta  
COTA HT-114

316.334.53  
C 532 i

## ÍNDICE

Resumo.....	i
Dedicatória.....	ii
Declaração.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Glossário.....	v
<b>CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO.....</b>	<b>2</b>
1.1. Justificação da Escolha do Tema e da Área Geográfica.....	3
1.2. Periodização.....	4
1.3. Problematização.....	4
1.4. Conceitos.....	6
1.5. Hipóteses.....	7
1.6. Argumento.....	8
1.7. Estrutura do Trabalho.....	8
1.8. Metodologia e fontes.....	9
1.9. Recensão Bibliográfica.....	11
<b>CAPÍTULO 2: Contextualização Geográfica, Sócio-económica e Política do Posto Administrativo de Dombe.....</b>	<b>16</b>
2.1. Localização Geográfica.....	16
2.2. Organização Político-Administrativa.....	17
2.3. A População.....	18
2.4. Actividades Económicas.....	19
<b>CAPÍTULO 3: A História das Minas, a Desminagem e a Assistência às Vítimas em Moçambique.....</b>	<b>23</b>
3.1. A História das Minas em Moçambique.....	23
3.2. A Desminagem em Moçambique.....	27
3.3. A Assistência às Vítimas de Minas em Moçambique.....	30
4.1. A Guerra e a Implantação das Minas em Dombe.....	33
4.2. Impacto das Minas nas Actividades Sócio-Económicas das Populações.....	35
4.3. Impacto das Minas no Acesso às Infra-estruturas.....	40
4.4. O Impacto Social Das Minas Anti-pessoal.....	41
<b>CAPÍTULO 5: A Desminagem e a Participação Comunitária em Dombe.....</b>	<b>45</b>
5.1. A Desminagem em Dombe.....	45
5.1.1. O Impacto das Cheias nas Actividades de Desminagem.....	48
5.2. A Participação Comunitária em Dombe.....	49
5.2.1. A Sensibilização Sobre o Perigo de Minas.....	50
5.2.2. A Participação Comunitária na Luta pela Erradicação das Minas.....	53
<b>6. Conclusões.....</b>	<b>56</b>
<b>7. Recomendações.....</b>	<b>59</b>
<b>8. Bibliografia.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>67</b>

## Resumo

O presente trabalho consiste no estudo sobre o impacto sócio-económico das minas anti-pessoal no desenvolvimento comunitário no Posto Administrativo de Dombe, Distrito de Sussundenga no período compreendido entre 1992 e 2001.

As minas são armas perigosas, cuja presença retarda o desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas, através da inviabilização das actividades económicas que lhes permite a sobrevivência, como sejam a agricultura, pastorícia, caça, recollecção e do impedimento do acesso às infraestruturas sócio-económicas.

O objectivo geral do trabalho, é analisar até que ponto as minas afectam a vida das comunidades e as alternativas adoptadas pelas populações para a erradicação dos seus efeitos. Especificamente, a tese debruça-se sobre as actividades económicas das populações antes da implantação das minas, examina o processo de implantação das minas e avalia o seu impacto em cada uma das actividades acima citadas que são desenvolvidas pela população. O processo de desminagem, as implicações das cheias nos programas de desminagem assim como a participação comunitária na luta pela erradicação dos efeitos das minas, são outros aspectos analisados no trabalho.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo é a nossa parte introdutória. O segundo capítulo faz a contextualização geográfica, sócio-económica e política do Posto Administrativo de Dombe. O terceiro capítulo dedica-se à análise da história das minas, a desminagem e a assistência das vítimas em Moçambique. O quarto capítulo analisa a guerra e a implantação das minas em Dombe, bem como o seu impacto nas comunidades. O quinto capítulo, explica o processo de desminagem, as implicações das cheias na desminagem e analisa a participação comunitária na luta pela erradicação dos efeitos das minas em Dombe. Por último temos as conclusões e as recomendações.

## **Dedicatória**

*“Esta tese é dedicada aos meus pais, Domingos Hunguca e Sara Simes por todo esforço empreendido durante a minha formação acadêmica; Ao meu noivo, Domingos Manuel do Rosário pela paciência e apoio prestado e aos meus irmãos Mariana, Matiane, Simes, Cristina e Hemerson pelo carinho concedido”.*

### Declaração

“Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei”.

Lina Sara Hunguca de Chovano

---

## Agradecimentos

Nesta tese, eu quero endereçar agradecimentos especiais às pessoas que, duma forma muito pessoal, deram um contributo valioso para a materialização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço ao Prof. Doutor Joel das Neves Tembe que pacientemente acompanhou a elaboração da tese, supervisionando e fazendo críticas construtivas.

Um especial agradecimento direciona-se ao NET, pelo apoio financeiro prestado sem o qual, não teria sido possível realizar o trabalho de campo.

Agradeço a todos docentes do Departamento de História da Faculdade de Letras, pela orientação académica prestada ao longo da minha formação. Ao Professor Doutor Gerhard Liesegang, ao Dr. José Caetano Reis, ao Dr. João Perreira e ao dr. Sérgio Maúngue.

Mais importante, agradeço à todas as pessoas das comunidades onde realizei o trabalho de campo, que dedicaram o seu precioso tempo, tentando responder as minhas questões mas que mantém-se no anonimato neste trabalho.

De igual modo, agradeço as pessoas que me ajudaram a colher material para completar a tese, nomeadamente o dr. Tomás Alexandre e o sr. David do IND, e o Dr. Kruesson da MGM.

Sem esquecer-me dos meus amigos e colegas, Feliciano Brito, Gilda Manjate e Ernesto Navohola.

E para todos aqueles que deram-me muita força e que nesta lista os seus nomes não constam, muito obrigada.

## Glossário

**Acção Contra Minas-** é o conjunto de todas as actividades cujo objectivo é resolver os problemas enfrentados por civis, para que estes possam viver em segurança e possam desenvolver as suas actividades sem constrangimentos impostos pelas minas. Este é constituído pela prevenção de acidentes, a desminagem e assistência às vítimas<sup>1</sup>;

**Assistência às Vítimas ou Sobreviventes das Minas-** é o conjunto de medidas de apoio, alívio e conforto destinadas às vítimas das minas com o propósito de redução imediata e a longo termo das implicações médicas e psicológicas resultantes do seu trauma. Ela inclui a sua reabilitação e reintegração<sup>2</sup>;

**Chingore-** personagem responsável pela realização das cerimónias tradicionais no regulado Dombe. Geralmente, esta função tem sido atribuída às sobrinhas do régulo. No caso destas não existirem, esta função é atribuída às primas do régulo<sup>3</sup>;

**Deslocado-** é todo indivíduo que é forçado a sair da sua casa pela guerra<sup>4</sup>;

**Mambo-** Régulo<sup>5</sup>;

**Mina-** é um artefacto explosivo concebido para ser colocado sob, sobre ou próximo ao chão ou a outra superfície e explodir em consequência da presença, proximidade ou contacto de uma pessoa ou veículo<sup>6</sup>;

**Mina Antipessoal-** é uma mina concebida para explodir em consequência da presença, proximidade ou contacto de uma pessoa e que incapacite, fira ou mate uma ou mais pessoas<sup>7</sup>;

**Mutumua-** Auxiliar do chefe<sup>8</sup>;

**Nyanga-** Curandeiro

**Refugiado-** é toda pessoa que abandona o seu País ou lar em busca de segurança, comida ou abrigo<sup>9</sup>.

---

<sup>1</sup>www.ind.gov.mz

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> ARPAC. (1996). Projecto de democratização e descentralização em Moçambique: documentos primários, transcrições das entrevistas realizadas durante a pesquisa no âmbito da municipalização em Moçambique. Chimoio: ARPAC, Delegação Provincial de Manica, p-6.

<sup>4</sup> United Nations. (1998). *Descobrimo as Nações Unidas*. New York: United Nations, p-28.

<sup>5</sup> ARPAC. (1996). Projecto de democratização e descentralização em Moçambique..., Op. Cit, p-4.

<sup>6</sup> [www.icbl.org/treaty/treaty\\_portuguese](http://www.icbl.org/treaty/treaty_portuguese). Convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de minas antipessoal e sobre a sua destruição. P-2.

<sup>7</sup> Idem:2.

<sup>8</sup> ARPAC. (1996). Projecto de democratização e descentralização em Moçambique..., Op. Cit, p-22.



**Sabuco**- Chefe do grupo<sup>10</sup>;

**Saguta**- Chefe da povoação<sup>11</sup>;

**Vitima ou Sobrevivente**- é toda a pessoa que tenha sido fisicamente ferida ou psicologicamente afectada pela detonação de minas terrestres ou UXOS<sup>12</sup>;

**UXOS**- refere-se a engenhos explosivos como granadas de mão, morteiros, roquetes, bazucas e munições de diferentes calibres<sup>13</sup>.

---

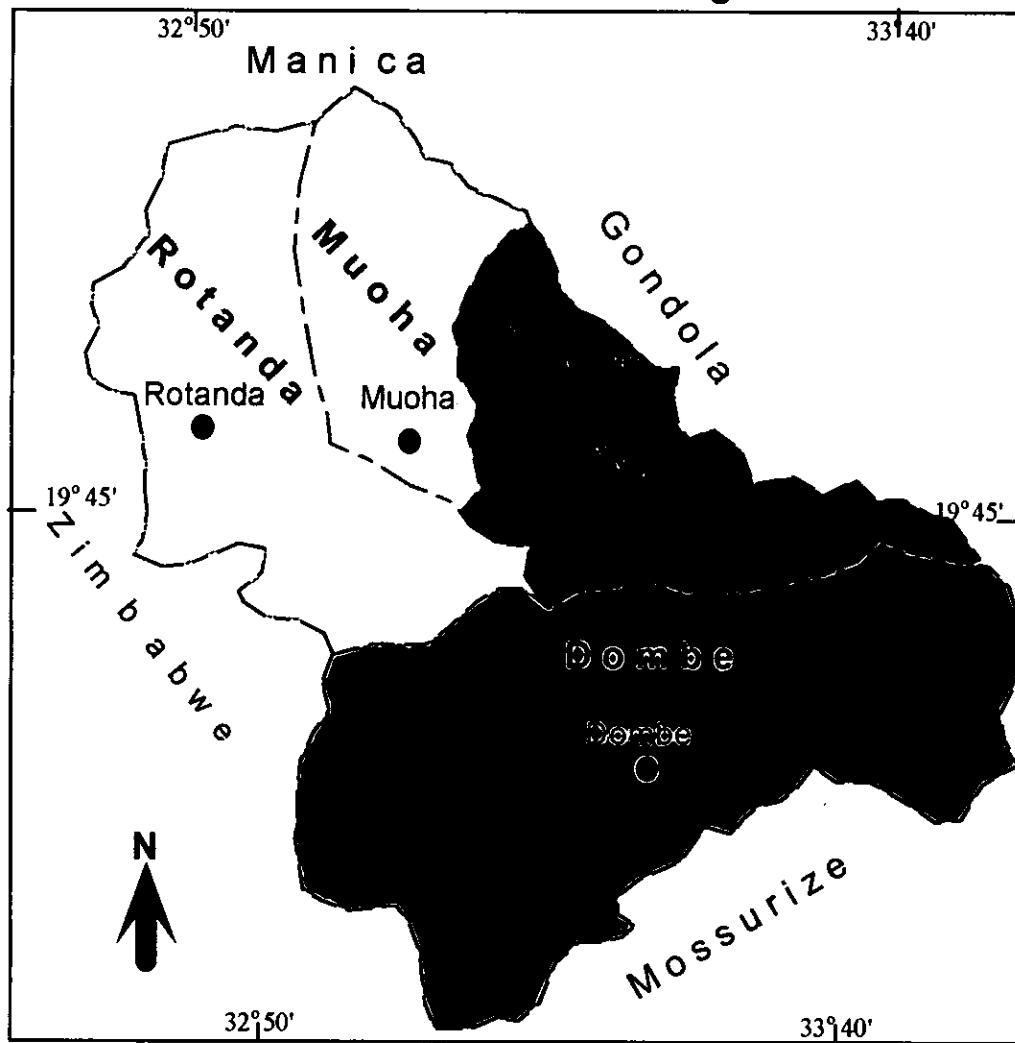
<sup>10</sup> ARPAC. (1996). Projecto de democratização e descentralização em Moçambique..., Op. Cit, p-16.

<sup>11</sup> Idem : 36 ;

<sup>12</sup> www.ind.gov.mz

<sup>13</sup> Idem.

### Distrito de Sussundenga



#### LEGENDA:

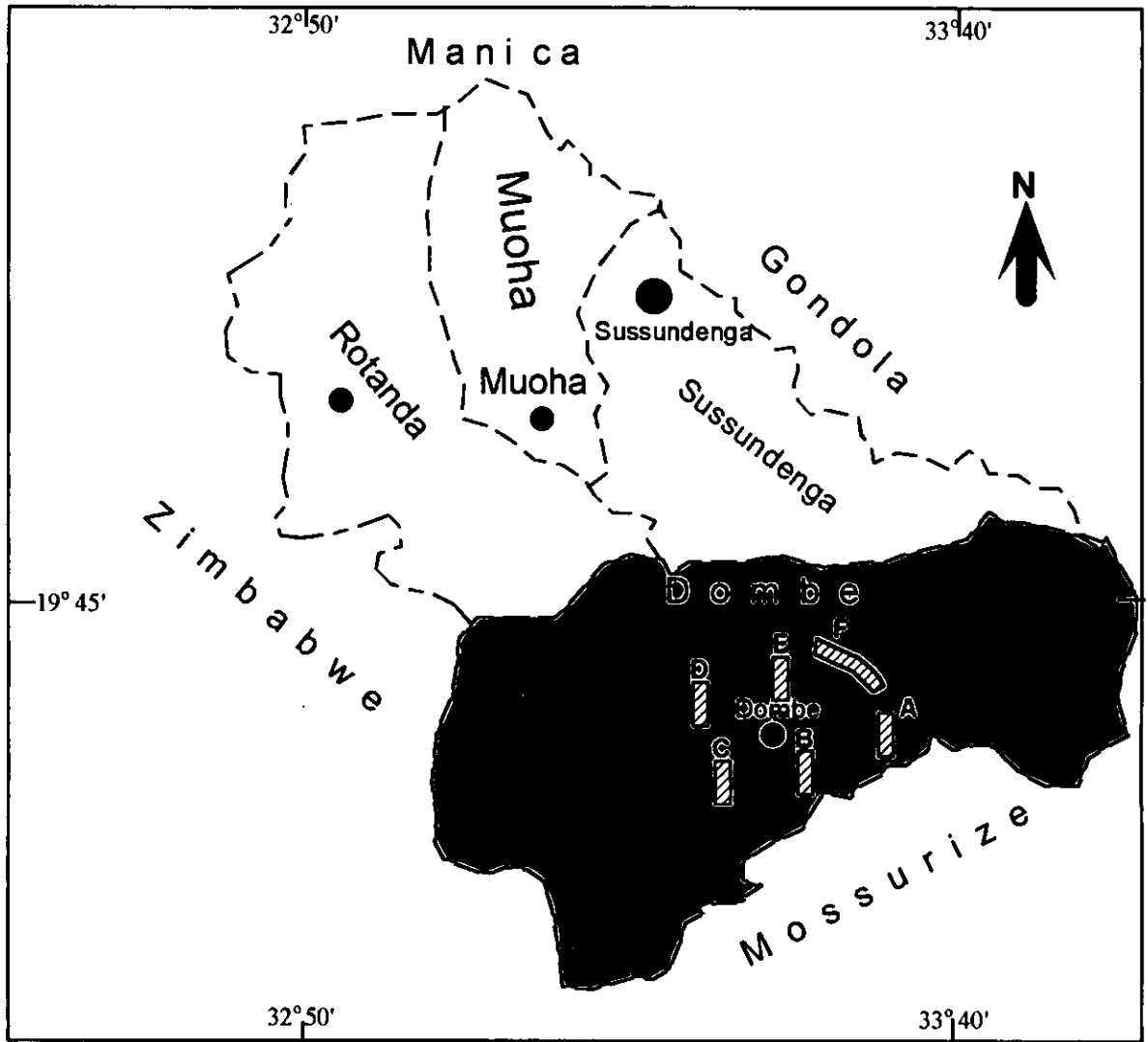
- Limite nacional
- Limite de Distritos
- Sede de Distrito
- Sede de Posto

0 10 20 Km

Fonte: DINAGECA, Matucho/01



Mapa de localização das áreas minadas - Dombe



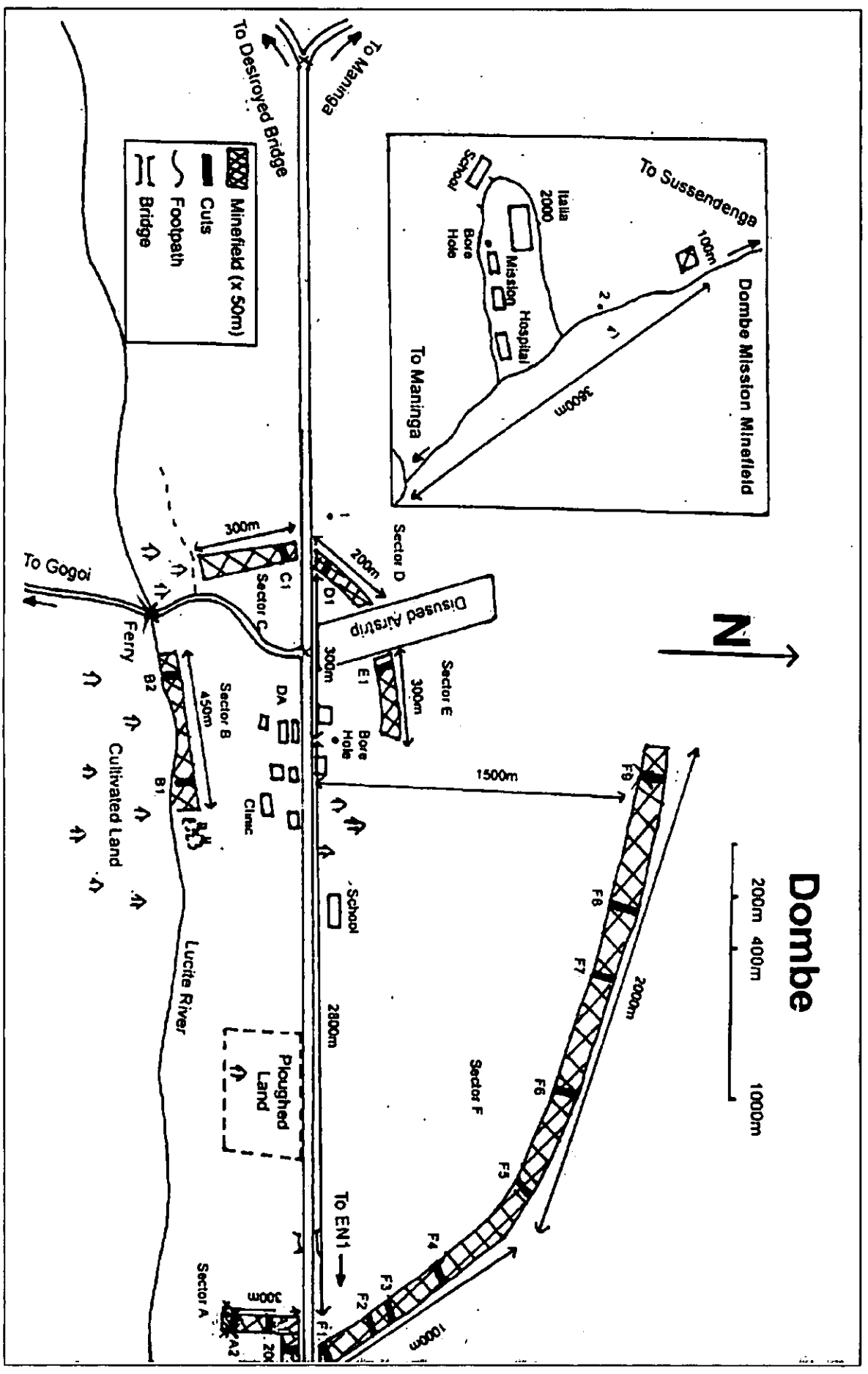
LEGENDA:

----- - Fronteira internacional      - - - - - Fronteira de Distritos      ▨ Áreas minadas

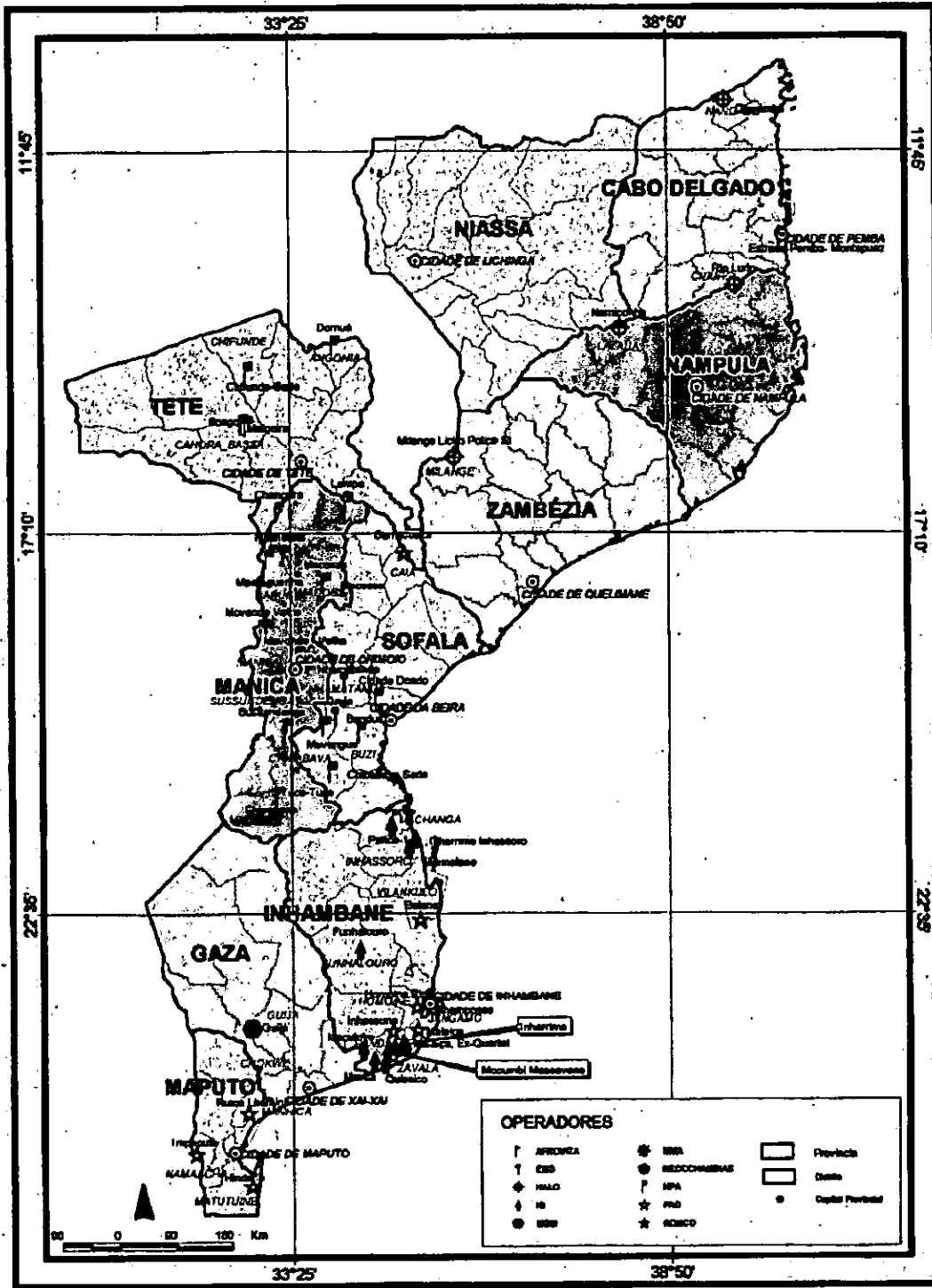
0 10 20 Km

Fonte: IND

# LOCALIZAÇÃO DOS CAMPOS MINADOS EM DOMBE



# LOCALIZAÇÃO DAS ACTUAIS OPERAÇÕES DE DESMINAGEM CURRENT MINE CLEARANCE SITES



Instituto Nacional de Desminagem / DEPI

MARÇO / MARCH 2002

## ABREVIATURAS

- ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- AGP- Acordo Geral de Paz
- AHM- Arquivo Histórico de Moçambique
- APN- Ajuda Popular da Noruega
- BOM- Boletim Oficial de Moçambique
- CCF- Comissão de Cessar Fogo
- CIDA- Canadian International Development Agency
- CIDC- Canadian International Demining Center
- CND- Comissão Nacional de Desminagem
- CVM- Cruz Vermelha de Moçambique
- CX- Caixa
- DESSOF- Desminagem de Sofala
- ECMEP- Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes
- FGDB- Fundo do Governo do Distrito da Beira
- FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique
- GTZ- Agência Alemã para o Desenvolvimento
- HI- Handicap International
- IMSMA- Information Management System For Mine Action
- IND- Instituto Nacional de Desminagem
- LOIS- Level One Impact Survey
- MINED- Ministério de Educação
- MGM- Pessoas Contra Minas
- ONG's- Organizações Não Governamentais
- PAD- Programa Acelerado de Desminagem
- PMA- Programa Mundial da Alimentação
- PNUD- Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
- RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique
- UNOHAC- Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assistência Humanitária
- UXOS- Outros Engenhos Explosivos

## CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste no estudo sobre o impacto sócio-económico das minas anti-pessoal no desenvolvimento comunitário no Posto Administrativo de Dombe, Distrito de Sussundenga no período compreendido entre 1992 e 2001.

As minas são armas perigosas, cuja presença retarda o desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas, através da inviabilização das actividades económicas que lhes permite a sobrevivência, tais como a agricultura, pastorícia, caça, recollecção, pesca e o impedimento no acesso às infra-estruturas sócio-económicas.

As guerras que o mundo sofreu nas últimas três décadas, levaram à degradação das condições de vida das populações em diversos países pobres. Estas guerras não só culminaram com a destruição de infra-estruturas económicas, perdas de vidas humanas, migração maciça das populações como também a abundância do uso indiscriminado de minas anti-pessoal para objectivos táctico-estratégicos militares.

Existem no mundo milhões de minas implantadas no terreno, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, de que a África Austral, particularmente Moçambique é parte integrante. A explicação para tal fenómeno tem sido atribuída à herança histórica dos países do terceiro mundo caracterizados pelos conflitos armados e étnicos.

Com o fim da guerra em Moçambique através da assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, a 4 de Outubro de 1992, vários esforços da Comunidade Internacional foram redobrados com vista a reconstrução pós-guerra. As minas anti-pessoal constituem obstáculo no processo de reconstrução pós-guerra devido ao entrave dos meios essenciais de sobrevivência nas comunidades afectadas e o aumento do número de vítimas por elas causadas. Numa primeira fase, as minas apareciam como obstáculo ao repatriamento da população deslocada e refugiada de guerra e à canalização da ajuda humanitária. Na fase actual, impedem o desenvolvimento das comunidades afectadas, inviabilizando a prática normal das actividades da população.

Compreendem os objectivos gerais do trabalho, a análise do impacto das minas sobre a vida das comunidades e as alternativas adoptadas pelas populações para a erradicação dos seus efeitos. Especificamente, no presente trabalho pretendemos descrever as actividades económicas exercidas pelas populações antes da implantação das minas; examinar o processo da implantação das minas pelas partes envolvidas nos conflitos; avaliar o impacto das minas nas actividades sócio-económicas da população; analisar o papel do Governo e da



comunidade internacional no âmbito da assistência às vítimas das minas, bem como na execução dos programas de desminagem e de prevenção de acidentes de minas e, identificar as estratégias adoptadas pela população na erradicação dos efeitos das minas nas suas comunidades.

### **1.1. Justificação da Escolha do Tema e da Área Geográfica**

A opção por este tema reside na consciência que adquirimos de que os estudos até então efectuados sobre o impacto sócio-económico das minas, não analisam profundamente o papel das comunidades locais no processo de desminagem e na redução dos efeitos das minas. Constatámos também a abundância da literatura referente ao impacto sócio-económico das minas no mundo e em particular em Moçambique, mas que destes estudos, poucos abordam a extensão do problema a nível do local de estudo.

O interesse que nutrimos pelos estudos de questões fronteiriças e a circunstâncias da Província de Manica ter sido desde finais da década 60 do século passado, durante as guerras vividas em Moçambique, palco de grandes disputas por parte das forças envolvidas nos conflitos, com destaque para os conflitos com a Rodésia de Ian Smith, e entre a RENAMO e a FRELIMO, inspirou-nos bastante na escolha de Manica.

A Província de Manica, uma região económica e estrategicamente localizada, constitui um dos potenciais pólos de desenvolvimento da África Austral. É atravessada pelo Corredor da Beira, um sistema de linhas férreas, estradas e pipelines que dá acesso à vizinha República do Zimbabwe.

Por se situar na área fronteiriça, foi alvo da agressão rodesiana que culminou com a implantação de minas como retaliação ao apoio prestado pela FRELIMO às forças nacionalistas zimbabweanas. Depois da independência do Zimbabwe em 1980, mais minas foram implantadas durante o conflito armado entre os guerrilheiros da RENAMO e as forças armadas governamentais.

Atendendo à vastidão da área, houve necessidade de delimitação do campo de estudo. Deste modo, o trabalho foi orientado no sentido da análise do impacto sócio-económico das minas anti-pessoal numa região com elevado potencial agro-pecuário e florestal, neste caso, Dombe e, com particular incidência, no desenvolvimento comunitário.

A escolha de Dombe para a abordagem deste tema, deveu-se ao facto dos resultados obtidos do LOIS<sup>1</sup> na Província de Manica, colocarem o Posto Administrativo de Dombe, depois do distrito de Gondola, como a área com maior impacto das minas.

Este estudo pretende analisar os problemas que as minas trouxeram no desenvolvimento das actividades básicas necessárias à sobrevivência da população afectada e as alternativas adoptadas pelas comunidades para a sua erradicação. Estes dados serão pertinentes para as instituições envolvidas na desminagem obterem um conhecimento sobre as áreas minadas e prioritárias para a desminagem, tendo em conta por um lado, os interesses sócio-económicos das comunidades e por outro, o desenvolvimento do País.

Este estudo contribuirá para o enriquecimento da documentação referente a história social e económica de Dombe, uma vez que não existe nenhum estudo profundo e sistematizado sobre o assunto.

### **1.2. Periodização**

Para a realização deste estudo, foram tomadas como balizas cronológicas, os anos 1992 e 2001. Contudo, recorreu-se aos períodos anteriores ao ano 1992 para explicar a situação sócio-económica precedente à guerra e à implantação das minas.

O ano de 1992 marca o término do conflito armado que durou 16 anos com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma. Este ano é importante porque permite fazer uma avaliação do impacto da guerra, das minas e do início da desminagem sob os auspícios da ONUMOZ.

Durante a guerra as populações refugiaram-se para locais onde se achavam seguras, fora de Dombe. Com o fim das hostilidades e o regresso das populações refugiadas e deslocadas durante a guerra, estas passaram a enfrentar o problema das minas nas suas comunidades. A desminagem foi importante para o restabelecimento da vida normal das populações.

Tem-se a data terminal o ano 2001 porque foi o ano de estudo. É de referir que as minas continuam a fazer surtir os seus efeitos nas áreas afectadas pela guerra, devido a lentidão dos trabalhos de remoção e destruição das mesmas.

### **1.3. Problematização**

No mundo contemporâneo, a problemática das minas e da desminagem têm sido uma das maiores preocupações de diversos países, quer sejam produtores ou não produtores destas armas devastadoras. O seu nefasto impacto na sociedade tem suscitado debates à escala

---

<sup>1</sup> Canadian International Demining Centre. (2000). *Moçambique: landmine, level one impact survey. Executive summary*,

mundial sobre o banimento total da sua utilização, na tentativa de minimizar o seu efeito sobre as populações civis.

As guerras de que Moçambique foi palco durante quase três décadas, caracterizaram-se pelo uso indiscriminado das minas anti-pessoal como parte dos objectivos tático-estratégicos militares<sup>2</sup>. Elas foram colocadas em locais essencialmente estratégicos que muitas vezes eram para a sobrevivência das populações.

Com a paz, a prevalência das minas anti-pessoal em Moçambique, e particularmente, em Dombe é um dos factores que dificultam os esforços do Governo na reconstrução pós-guerra visto que elas impedem a realização das actividades básicas das comunidades, a reabilitação e reconstrução de infra-estruturas sócio-económicas, a circulação livre de bens e da população, bem como aumentam o número de mortos e feridos nas comunidades rurais afectadas. Assim, qualquer investimento nas zonas rurais afectadas pela guerra, carece de uma informação sobre a existência ou não de minas.

Para livrar as populações dos constrangimentos impostos pela presença das minas, as NU adoptaram um vasto programa de intervenção denominado "Acção Contra Minas" no qual tomam parte várias organizações governamentais e não-governamentais. Este programa consiste na prevenção dos acidentes, na desminagem e na assistência às vítimas de minas.

Esta actividade envolvendo instituições Governamentais e não-governamentais nacionais e internacionais, é realizada de acordo com os planos de desenvolvimento de cada País afectado pelas minas que são planificados localmente, a níveis da província, distrito e comunidade num processo cada vez mais descentralizado<sup>3</sup>.

A desminagem é premissa importante para o retorno a normalidade da vida das populações. Em Moçambique esta actividade encontra-se dependente dos fundos obtidos da Comunidade Internacional o que a torna lenta. A falta de mapas e registos sobre os locais minados nas comunidades, vem agravar a morosidade na remoção das minas<sup>4</sup>. É neste contexto que esta actividade tem sido exercida com maior participação das comunidades.

---

*Manica Province.* Maputo: IND, CIDC, CIDA, p-10.

<sup>2</sup>United Nations Development Programme/ Geneva International Center for Humanitarian Demining. (2001). *A study of socio-economic approaches to mine action.* Geneva: International Center for Humanitarian Demining, p-3.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> International Campaign to Ban Landmines. (1999). *Landmine Monitor Report (1999), Toward a mine-free world.* New York: Human Rights Watch, p-48.

A sensibilização tem suscitado uma consciencialização por parte das populações, visto que estas colaboram com as autoridades locais e com as instituições de desminagem na identificação e sinalização das áreas minadas e nas campanhas de sensibilização.

Contudo, há que salientar que muitas vezes após a sinalização de uma área minada, esta permanece durante muito tempo sem ser desminada, o que torna um perigo para as crianças que ingenuamente, ambicionam o local para saber porque é que é proibido aproximar<sup>5</sup>.

Esta situação agrava-se durante a época chuvosa onde as áreas sinalizadas podem sofrer alterações, devido ao arrastamento das minas pelas águas das chuvas para locais indeterminados ou livres de minas, pondo em causa o processo de desminagem e a vida das populações<sup>6</sup>.

A morosidade nos trabalhos de remoção quebra o entusiasmo da participação das comunidades. Este facto pode ser explicado nos custos elevados que a desminagem acarreta. A produção duma mina custa pelo menos três a cinco dólares americanos e a sua remoção varia de 300 a 1000<sup>7</sup> dólares americanos, o que torna cara e difícil a sua remoção.

Um aspecto que não tem merecido muita atenção é a inspeção dos trabalhos realizados pelas instituições de desminagem. Actualmente, tem-se verificado que depois de algumas empresas terem desminado uma certa região, ocorrem acidentes de minas. Esta realidade cria uma insegurança nas comunidades afectadas.

#### 1.4. Conceitos

Para a melhor compreensão do aspecto da participação comunitária, há a necessidade de definir os conceitos de comunidade, participação comunitária e desenvolvimento comunitário.

Segundo Kepe, entende-se comunidade como sendo um grupo ou conjunto de pessoas que vivem na mesma área e que partilham interesses comuns, relações sociais, laços familiares comuns, controlam recursos ou praticam actividades económicas semelhantes para a sua

<sup>5</sup>Rosário, D. (2000). "Minas e desminagem: que papel para as comunidades". In ARPAC. *Minas e desminagem em Moçambique*. Maputo: Coleção Embondeiro 16, p-99.

<sup>6</sup>Sultuane, F. (1995). "A electricidade de Moçambique e o problema das minas na região sul do País". In Arquivo Histórico de Moçambique. *Moçambique: desminagem e desenvolvimento*. Maputo: Estudos 10, p-128-129; CIDC. (2001). *Moçambique: landmine...*, Op. Cit, p-5.

<sup>7</sup>Pequenino, M. (2000). "Impacto sócio-cultural e económico da desminagem no pós-guerra". In ARPAC. *Minas e desminagem em Moçambique*. Maputo: Coleção Embondeiro 16, p-40.

sobrevivência. Os elementos do grupo não têm necessariamente de ser da mesma unidade espacial<sup>8</sup>.

A participação comunitária será segundo Cumbane (2000), o processo de acção colectiva cuja natureza seja contínua e cumulativa e que se baseia na percepção da comunidade de que a participação dos seus membros é uma necessidade correcta e fundamental para a resolução dos problemas. Ainda segundo ele, esta participação deve estar assente no diálogo e consultas permanentes na comunidade para a identificação dos problemas e decidirem a solução para ultrapassá-los<sup>9</sup>.

O desenvolvimento comunitário é a participação activa e informada das comunidades no desempenho de actividades consideradas de interesse comum para o desenvolvimento da comunidade, onde a população deve desempenhar um papel activo<sup>10</sup>.

Portanto, o desejo da população nas áreas afectadas é acabar com as minas nas suas comunidades para a livre circulação e desenvolvimento das actividades com segurança. Sendo a desminagem uma actividade que envolve pessoal tecnicamente qualificado, a participação das comunidades consiste na sensibilização sobre o perigo de minas, na identificação e sinalização dos locais minados. As informações obtidas das populações são importantes para a celeridade dos trabalhos de remoção de minas.

### 1.5. Hipóteses

Parte este trabalho foram consideradas as seguintes hipóteses:

- As minas obstam o desenvolvimento normal das actividades básicas das populações através do impedimento ao acesso aos recursos naturais, o acesso às infra-estruturas sócio-económicas, à circulação livre e diminui a mão-de-obra activa disponível nas comunidades afectadas;
- A falta de mapas de localização das zonas minadas nas comunidades retarda a remoção das minas;

---

<sup>8</sup> Kepe, T. (1998). "Os problemas de definição do termo comunidade: os desafios do programa de reforma de terra nas zonas rurais da África do Sul". In: Kloeck-Jenson, Scott e Waterhouse, Rachel. *Seminário sobre o conceito das comunidades locais em relação à gestão de recursos naturais*. Maputo: Centro de Formação Agrária (CFA), p-9.

<sup>9</sup> Cumbane, A. (2000). "Reflexão sobre a participação comunitária no processo de desminagem". In ARPAC. *Minas e desminagem em Moçambique*. Maputo: Coleção Embondeiro 16, p-109.

<sup>10</sup> Silva, B. et al. (1986). *Dicionário de ciências sociais*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p-330; Moshove, P. (1999). "A organização comunitária: factor chave para o manejo comunitário dos recursos naturais". In *Memórias da 1ª conferência nacional sobre o manejo comunitário dos recursos naturais*. Maputo: UICN, FAO, Direcção Nacional de Floresta e Fauna Bravia, p-163.

- As cheias dificultam o processo de desminagem devido ao arrastamento das minas pelas águas das chuvas para locais indeterminados;
- A comunidade internacional apoia a desminagem, a formação da capacidade moçambicana, a sensibilização sobre o perigo de minas para a redução dos acidentes e a assistência às vítimas; e
- As populações locais são importantes no processo de desminagem. Elas, juntamente com as autoridades locais, participam activamente na identificação e sinalização dos locais minados e na definição das prioridades para a desminagem.

### **1.6. Argumento:**

Ao longo deste trabalho pretende-se responder à seguinte questão de partida: “até que ponto as minas impedem o desenvolvimento sócio-económico nas comunidades afectadas e quais tem sido as estratégias adoptadas pelas populações para acabar com os efeitos das minas?”

De facto, o estudo sobre Dombe demonstra como as minas têm contribuído para retardar o desenvolvimento sócio-económico das áreas afectadas, devido a forma indiscriminada como foram implantadas, impedindo a realização das actividades básicas da população, o acesso às infra-estruturas sócio-económicas e a circulação de bens e pessoas. E para minimizar os efeitos devastadores das minas nas suas comunidades, as populações participam activamente na identificação e sinalização dos locais minados.

### **1.7. Estrutura do Trabalho**

Para darmos resposta a nossa questão de partida e desenvolvermos o nosso argumento, estruturamos o nosso trabalho em cinco capítulos. Por razões metodológicas, no primeiro capítulo temos a parte introdutória do trabalho onde constam os objectivos, a justificativa, periodização, problemática, argumento, hipóteses, metodologia e fontes, e a revisão bibliográfica. Depois do quinto capítulo, temos as conclusões e as recomendações.

No segundo capítulo faz-se a caracterização da região em estudo, focalizando aspectos como a localização geográfica, a divisão político-administrativa, a população, línguas e as actividades económicas desenvolvidas.

No terceiro capítulo apresenta-se um breve historial das minas, dos programas de desminagem e da assistência às vítimas em Moçambique, nomeadamente examina o processo de implantação das minas (suas origens, seus autores, objectivos e as formas como foram implantadas), as áreas mais minadas, o processo da desminagem (objectivos, as



organizações e instituições envolvidas, fontes de financiamento e as políticas de definição das prioridades para a desminagem) e a assistência às vítimas de minas (em que consiste).

O quarto capítulo dedica-se ao estudo de uma situação concreta da guerra e da implantação das minas em Dombe (seus autores, objectivos, as áreas minadas e as formas como foram implantadas) e o seu impacto nas actividades sócio-económicas e no desenvolvimento comunitário.

O quinto capítulo analisa o processo de desminagem em Dombe (objectivos, as organizações e instituições envolvidas, as suas estratégias de actuação e o impacto das cheias na remoção das minas) e a participação comunitária na luta pela erradicação dos efeitos das minas no que concerne a difusão das mensagens sobre perigo de minas, identificação e sinalização das áreas minadas.

### **1.8. Metodologia e fontes**

Com vista a alcançar os objectivos definidos no trabalho, recorreremos a leituras preliminares para a instrumentação teórica e conceptual do trabalho, o que envolveu aspectos como a situação geográfica, a população, organização político-administrativa, as actividades económicas, a história da guerra, a história das minas, a desminagem, a assistência às vítimas, a sensibilização e o impacto sócio-económico das minas.

Para a realização do trabalho, efectuamos a pesquisa em 3 fases. A primeira fase consistiu na leitura e análise profunda das fontes documental e bibliográfica nas bibliotecas do Arquivo Histórico de Moçambique, da Faculdade de Letras, do Centro dos Estudos Africanos, do Núcleo de Estudos da Terra, do ARPAC, da Administração do distrito de Sussundenga e em outras instituições que lidam com o problema das minas, especificamente, o Instituto Nacional de Desminagem, PNUD, Handicap International e DESSOF.

A segunda fase foi a realização do trabalho de campo. A terceira e última fase foi a da análise e confrontação dos dados bibliográficos e das fontes orais recolhidas durante a realização do trabalho de campo em várias localidades do Posto Administrativo de Dombe nomeadamente, Dombe-sede, Mabaia e Chionge-Dundo<sup>11</sup> entre 26 de Março e 26 de Abril de 2002 e a compilação do relatório final.

---

<sup>11</sup> Para a análise do impacto sócio-económico das minas, concentrámo-nos em Dombe-sede, Mabaia e Tchionge. Estas são regiões vizinhas e a maior parte da população, exerce as suas actividades no mesmo local.

Todavia, existe uma grande lacuna no que concerne aos dados estatísticos sobre as vítimas de minas e áreas minadas em Dombe. A falta de transporte impediu a realização das entrevistas no local considerado muito minado ao pé da floresta. Estes foram alguns factores que limitaram a realização do nosso trabalho.

As entrevistas envolveram 56 pessoas das quais, 24 são mulheres e 32 são homens, incluindo duas crianças. Os entrevistados foram 28 camponeses cuja maior parte são ex-refugiados e deslocados de guerra, 3 activistas de sensibilização sobre o perigo das minas, 5 ex-militares, 5 chefes locais (régulo, chefe do posto, sagutas, secretário do régulo), 1 professor, 2 estudantes, 3 vítimas de minas, 2 madeireiros e pessoas influentes em Dombe incluindo idosos.

A disparidade entre o número de mulheres e homens explica-se pela falta de oportunidades da mulher poder se expressar. Alguns homens não deixavam as suas esposas serem entrevistadas na sua presença, devendo elas serem entrevistadas na ausência dos seus maridos<sup>12</sup>.

As entrevistas com as crianças permitiram a obtenção de informações acerca da educação sobre o perigo das minas nas escolas e a sua mudança de comportamento. Pelo facto das crianças estarem muito expostas ao perigo das minas, devido ao seu contacto e curiosidade em relação aos objectos estranhos, houve necessidade da introdução de programas de sensibilização sobre o perigo de minas no curriculum escolar pelo Ministério de Educação em coordenação com a Handicap International em 1995. À este aspecto, está associada a atenção que as crianças prestam às mensagens transmitidas nas escolas do que nas palestras realizadas nas comunidades. Este facto pode ser provado por uma criança que afirma:

*“Eu não costumo ir assistir palestra no Posto. Os activistas costumam vir na escola. Eles marcam um dia e nós vamos à escola. Lá eles mostram esses papeis com desenhos de minas, deficientes, depois começam a fazer como se tira e depois dizem quando vir uma mina, voltar para trás, colocar um sinal e ir avisar a mamã...”*<sup>13</sup>

A língua mais usada nas entrevistas foi o ci-ndau, o que facilitou a comunicação com a população local. Usámos também o português nas entrevistas efectuadas às camadas mais instruídas daquela sociedade.

Não foi possível entrevistar as populações civís vítimas das minas por se encontrarem ausentes nas áreas de estudo. Das informações obtidas no terreno, supõem-se que as vítimas

<sup>12</sup> Os homens partiam do princípio que eram chefes de família e eles é que deviam ser entrevistados, só na sua ausência é que as suas esposas podiam substituí-los.

<sup>13</sup> Natália António, estudante da 5ª classe na EP1 de Dombe-Sede, entrevista realizada em Dombe a 5 de Abril de 2002.



civís tenham emigrado para as zonas urbanas em busca de melhores condições de sobrevivência e apoio social. Muitas vezes o apoio social consiste na reabilitação médica. E o que acontece nas áreas rurais quando alguém acciona uma mina, é levada para o hospital da cidade a fim de receber o tratamento. Frequentemente, depois do tratamento a vítima não regressa à sua zona de origem. E uma das razões que faz com que ela não volte é a distância que a separa do local de residência ao centro da cidade (lugar de troca de próteses). No entanto, as entrevistas também foram dirigidas a três ex-militares do sexo masculino, vítimas de minas e UXOS, entre eles dois da FRELIMO e um da RENAMO.

As entrevistas foram conduzidas individualmente nas quais as pessoas relatavam a sua vivência durante a guerra, a problemática das minas, a forma de convivência com as minas e UXOS nas suas comunidades e o desejo de ver as minas erradicadas.

As entrevistas foram abertas e semi-estruturadas o que permitiu que os entrevistados falassem livremente. As informações recolhidas das entrevistas quase não divergem com as já recolhidas do material documental e bibliográfico consultado, porém serviram para consolidar os capítulos referentes ao impacto sócio-económico das minas anti-pessoal e do impacto das cheias nas actividades de desminagem em Dombe.

### **1.9. Recensão Bibliográfica**

Para a contextualização económica de Dombe no período antecedente à implantação das minas, consultámos a tese de Neves Tembe (1998). Segundo este autor<sup>14</sup>, O Posto Administrativo de Dombe foi uma área pouco desenvolvida no período anterior a independência devido a sua localização geográfica. A localização de Dombe no interior da província de Manica, com estradas precárias e distante do mercado fez com que os fazendeiros brancos ocupassem as terras que se encontravam nos planaltos de Chimoio e Manica ao longo do corredor da Beira onde poderiam exportar os seus produtos.

A partir da década 40, o Estado incentivou a criação de concentrações algodoceiras, com destaque para a expansão das actividades de Companhia Nacional de Algodão (CNA). Mas a prevalência do descontentamento dos camponeses em relação a imposição da cultura do algodão, os baixos preços do algodão, os abusos perpetrados pelos capatazes precipitaram a emigração dos africanos para os países vizinhos, principalmente para Zimbabwe em busca de melhores condições de vida. Em 1950, as autoridades coloniais liberalizaram a produção do algodão e introduziram mais incentivos. Já em 1954, o Governo Colonial estabeleceu o

sistema de ruralato<sup>15</sup> em Dombe com objectivo de melhorar e desenvolver a agricultura indígena<sup>16</sup>.

Com a independência de Moçambique ocorrem as agressões rodesianas, seguindo-se o conflito armado entre as forças governamentais e a RENAMO, que intensificou a migração das populações para o Zimbabwe. Com a paz, muitos refugiados que se encontravam naquele país, retornaram às suas origens. E por causa dos campos agrícolas que foram minados, alguns jovens e adultos voltaram a procurar emprego e a vida segura no Zimbabwe<sup>17</sup>.

Com a assinatura do Acordo Geral de Paz e o processo de reassentamento da população refugiada e deslocada, bem como a necessidade de avançar com programas de reconstrução económica e desenvolvimento, vários estudos têm sido efectuados por várias instituições e investigadores nacionais e estrangeiros.

Borges Coelho (1995), Human Rights Watch (1994, 1997), ICBL (1999), Eaton et al (1997), nos seus estudos mostram como as minas foram utilizadas durante três décadas de guerra, como parte das tácticas de cada uma das partes beligerantes. As minas foram usadas de forma indiscriminada em locais considerados estratégicos com objectivo de ganhar vantagens militares.

Segundo a ICBL, Landmine Monitor (1999), existem em Moçambique 67 tipos de minas manufacturadas em vários países da Europa, América e África. Com o fim das guerras em Moçambique, estas minas constituem um obstáculo para a reconstrução do país. O maior problema que Moçambique encara, é a falta de registos de localização dos locais minados o que coloca em perigo a vida dos refugiados ou deslocados que com a paz, retornaram às suas comunidades, começaram a cultivar as suas terras recuperadas e a frequentar os caminhos que foram minados na sua ausência.

Várias ONG's estrangeiras e instituições nacionais estão engajadas no retorno da vida normal das populações, que será possível com a remoção das minas nas suas comunidades. Segundo a UNDP (2001)<sup>18</sup>, a desminagem garantirá o reassentamento das populações, a

---

<sup>14</sup> Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and labour migration in Central Mozambique, 1930-c1965: a case study of Manica Province". PhD Thesis, London: University of London, p-24-25.

<sup>15</sup> Ver no capítulo respeitante as actividades económicas.

<sup>16</sup> Idem:194; FGDB Cx 730. Relatório sobre as concentrações algodoceiras do Posto Administrativo de Dombe, 1958.

<sup>17</sup> Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and...", Op. Cit, p-26-27.

<sup>18</sup> UNDP. (2001). *A study of socio-economic...*, Op. Cit, p-150.

redução das vítimas, o acesso à ajuda humanitária, o acesso aos campos de cultivo e aos serviços essenciais para o desenvolvimento das comunidades.

Estes estudos permitem contextualizar a problemática das minas, da desminagem e a assistência das vítimas em Moçambique, focalizando aspectos como história da guerra, o processo de implantação, as empresas envolvidas na desminagem, a definição das prioridades para a desminagem e os esforços desenvolvidos pela comunidade internacional na redução das vítimas das minas em Moçambique. No entanto, os estudos não avaliam o papel das comunidades locais no processo de desminagem e na redução dos efeitos das minas nas suas comunidades.

Embora haja alguns estudos efectuados sobre o impacto sócio-económico das minas em Moçambique, muito poucas obras analisam a extensão do problema a nível do local em estudo. Existe um estudo feito pela Canadian International Demining Centre (2001)<sup>19</sup> referente à LOIS. Este relatório contém dados sobre as regiões mais minadas da Província de Manica e faz um estudo sobre a severidade do impacto provocado pelas minas nestas regiões. Segundo este relatório, a Província de Manica por se localizar na zona fronteiriça e por ser atravessada pelo Corredor da Beira foi fortemente minada entre os anos 1973 e 1992. O Posto Administrativo de Dombe é um dos locais com maior índice de minas e com maior impacto na Província de Manica depois do Distrito de Gondola, principalmente nos povoados de Dundo e Ndongue. Neste posto, as minas foram colocadas nos caminhos, ao pé das pontes, nas estradas, em volta das infra-estruturas e nas florestas, bloqueando o acesso às infra-estruturas e aos recursos naturais que são fontes de reabastecimento da população.

Contrariamente ao estudo efectuado pela LOIS que refere Dundo e Ndongue como as localidades mais minadas no Posto Administrativo de Dombe, o estudo efectuado pela Dessoif refere Dombe-sede, Mabaia, Tchionge-Dundo, Máquina-Dárue, Matarara, Magaro e Madibunhane como as regiões mais minadas<sup>20</sup>.

Outros estudos realizados na Província de Manica foram escritos pela ACNUR e PNUD (1996) e Rosário (2000). Os primeiros fazem um levantamento de toda a população existente no distrito de Sussundenga, as actividades económicas existentes, o potencial económico e a segurança pública. Esses dados são relevantes para identificar as actividades

<sup>19</sup> CIDC. (2001). *Moçambique: landmine...*, Op. Cit, p-7-8.

<sup>20</sup> Dessoif. (2001). "Impacto sócio-económico e cultural das minas nas comunidades rurais na zona centro de Moçambique". Beira: sob direcção técnica de Neves Tembe, não publicada.

das populações, avaliar os problemas resultantes da guerra que permitem a definição das prioridades para a desminagem no distrito.

Rosário (2000) por sua vez, na análise da situação das minas na Província de Manica, sublinha que as comunidades têm um papel importante no processo de desminagem. Segundo ele, os líderes comunitários assumem um papel determinante na dissipação dos preconceitos que podem retardar o projecto de desminagem que é uma premissa importante para o restabelecimento da vida normal das comunidades. Eles também são responsáveis pela mobilização das comunidades na educação e sensibilização sobre o perigo de minas e na identificação e sinalização das áreas minadas<sup>21</sup>. A morosidade do processo de desminagem quebra o ritmo de participação das comunidades locais. Este estudo é importante na análise do envolvimento das comunidades nos processos de desenvolvimento e na luta pela erradicação do perigo das minas.

A definição das prioridades para a desminagem são feitas de acordo com o plano de desenvolvimento a nível dos distritos e de acordo com o impacto que as minas têm nas comunidades. Segundo Portilho (1995) e Carthy (1995), na elaboração dos critérios de selecção das prioridades são consideradas a segurança das populações, factores sócio-económicos e a viabilidade económica das operações de desminagem<sup>22</sup>.

Veríssimo (2000) distingue três níveis importantes para a determinação das prioridades para a desminagem: nacional, provincial e distrital. O nível provincial constitui o sector-chave na determinação das prioridades de acção no terreno, fundamentalmente para os operadores de desminagem de carácter humanitário, devido ao seu conhecimento profundo das áreas minadas<sup>23</sup>.

Depois do Acordo Geral de Paz (AGP) iniciou-se o processo de desminagem. As áreas prioritárias para a desminagem, foram seleccionadas tendo em conta o regresso dos refugiados.

Cumbane (2000) nos seus estudos sobre a participação comunitária mostra como as minas influenciam a vida das populações rurais e como estas populações contribuem na eliminação das minas. As comunidades para além de serem a principal vítima das minas, constituem um elemento imprescindível para a identificação das minas ou áreas minadas. Daí que as

<sup>21</sup> Rosário, D. (2000). "Minas e desminagem...", Op. Cit, p-96-98.

<sup>22</sup> Portilho, E. (1995). "A definição e dimensionamento do problema das minas em Moçambique". In Arquivo Histórico de Moçambique. *Moçambique: desminagem e desenvolvimento*. Maputo: Estudos 10, p-59; McCarthy, J. (1995). "A desminagem e a perspectiva de um doador: a Usaid". In Arquivo Histórico de Moçambique. *Moçambique: desminagem e desenvolvimento*. Maputo: Estudos 10, p-114.

comunidades devem ser consideradas parceiros e não um grupo desfavorecido incapaz de contribuir para o sucesso comunitário. Esta contribuição é importante para a remoção das minas nas suas comunidades, criando mais espaços para o cultivo e para a implementação de projectos de grande envergadura que podem gerar emprego para a população<sup>24</sup>. Tanto Rosário (2000) como Cumbane (2000), não abordam o envolvimento das comunidades no apoio às vítimas das minas.

Há também estudos que foram feitos noutras regiões de Moçambique que são úteis na compreensão do impacto sócio-económico das minas. Existe um relatório da MGM, projecto de pesquisa e desminagem da linha férrea do Limpopo. Segundo este relatório, as minas foram colocadas em locais considerados estratégicos, nas estradas, junto às linhas férreas, às árvores de frutas e às florestas onde a população queimava madeira para o fabrico de carvão. Como resultado, as populações deixaram de frequentar esses locais devido a mortes e ferimentos causados por minas na região. Com a desminagem, as terras minadas transformaram-se em terras agrícolas, retomando a vida normal das comunidades.

Para Millard e Harpviken (2000), o problema das minas em Moçambique data da segunda metade de 1960, fruto da luta de libertação nacional e do último conflito armado que envolveu as forças governamentais e a RENAMO. Eles argumentam que estas minas foram colocadas de acordo com os interesses das partes beligerantes. A maior parte das minas foram implantadas no último conflito armado que durou 16 anos, em locais sensíveis à vida das comunidades. A obra de Millard e Harpviken é importante na medida em que permite contextualizar a problemática das minas em Moçambique.

Buque (2000), argumenta que a problemática das minas é herança da última guerra civil onde não só as forças da RENAMO e da FRELIMO colocaram as minas em Moçambique, como também as forças zimbabweana, sul-africana e tanzaniana o fizeram. Estas minas tiveram um impacto negativo na economia das populações, tendo estas deixado de exercer a sua vida normal nas aldeias. Este estudo é importante para a análise das principais dificuldades que as populações repatriadas enfrentam e o esforço efectuado pelas ONG's no domínio da desminagem e prevenção dos acidentes de minas.

Descrito em linhas gerais, a problemática das minas e o seu impacto sócio-económico em Moçambique, constatámos que as discussões estão orientadas sobretudo, na perspectiva da origem das minas, o seu impacto e o papel da comunidade Internacional na "Acção Contra

---

<sup>23</sup> Veríssimo, A. (2000). "Coordenação da actividade da desminagem...", Op. Cit, p-136.

<sup>24</sup> Cumbane, A. (2000). "Reflexão sobre a participação comunitária....", Op. Cit, p-113.

as Minas". Pensámos que as discussões são limitadas, devendo se orientar para a reflexão do desenvolvimento das comunidades afectadas. É neste âmbito que no nosso trabalho procurámos analisar o impacto das minas e identificar as estratégias adoptadas pelas populações na erradicação dos efeitos das minas nas suas comunidades.

Verificou-se também a ausência da literatura que aborda a problemática do tema aqui tratado em Dombe, exceptuando o estudo efectuado pela Dessoif, que ainda não foi publicado e o LOIS, daí, a pertinência do nosso estudo.

## **CAPÍTULO 2: Contextualização Geográfica, Sócio-económica e Política do Posto Administrativo de Dombe**

O posto Administrativo de Dombe é uma região com potencial económico elevado. A sua rede hidrográfica torna as terras mais férteis e propícias para o desenvolvimento das actividades económicas importantes para a sobrevivência das populações. O seu potencial económico, torna-o atractivo para o desenvolvimento do comércio envolvendo pessoas provenientes de outras partes do país.

O objectivo deste capítulo é contextualizar a área de estudo, focalizando os aspectos geográficos, socio-económicos e políticos da região, nomeadamente a situação geográfica, a organização político-administrativa, a população e as actividades económicas praticadas pelas populações antes das guerras e da implantação das minas.

### **2. 1. Localização Geográfica**

O Posto Administrativo de Dombe situa-se na região central da província de Manica, no Distrito de Sussundenga, a 86 km da sede distrital. É limitado ao Norte pela localidade de Munhinga pertencente ao Posto Administrativo de Rotanda, ao Sul, pelo Distrito de Mossurize, a Este, pela localidade de Chitaúze no Posto Administrativo de Goonda, Distrito de Chibavava e a Oeste faz fronteira com a República do Zimbabwe. A sua superfície total é de 2.044 km<sup>2</sup>.

O clima é tropical seco e apresenta duas estações distintas: a chuvosa e a seca. Na estação chuvosa (verão), as chuvas caem a partir do mês de Outubro e terminam em Março/Abril. A estação seca é o inverno, de Maio à Setembro<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and...", Op. Cit, p-24.

É uma região montanhosa e a sua vegetação é constituída por floresta densa com várias espécies de árvores de grande valor económico nas regiões de Mpunga e Muchamba.

A densidade da sua rede hidrográfica torna a região muito fértil para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária e piscatória. A vegetação e a fauna são muito ricas para o desenvolvimento da apicultura, caça e o corte de madeira. Estas duas últimas actividades são alvos de exploração furtiva por indivíduos que vivem na área ou vindos de outras partes da região. E uma das maiores preocupações das autoridades governamentais é a erradicação do uso furtivo dos recursos naturais e a protecção do meio ambiente.

O Posto Administrativo de Dombe é atravessado por duas importantes estradas, a EN 216 que liga a sede do Posto Administrativo ao Distrito de Mossurize com ramificação para Machaze, para além de ser uma estrada com maior circulação de pessoas e bens, é importante sob ponto de vista turístico. E a EN 431 que liga o posto administrativo à Chitaúze com ramificação à EN 1, é importante no desenvolvimento da rede comercial na região<sup>26</sup>.

## 2.2. Organização Político-Administrativa

O Posto Administrativo de Dombe foi criado pela ordem nº 7.689, de 30 de Maio de 1940 do Governo do território sob a administração da Companhia de Moçambique<sup>27</sup>.

No período colonial, o posto administrativo de Dombe pertencia ao Concelho de Manica até o período em que Sussundenga adquiriu o estatuto de concelho, pelo Decreto nº 6/74 de 31 de Janeiro, com sede em Vila Nova de Vidigueira, actual vila de Sussundenga<sup>28</sup>. Dombe passou a fazer parte do distrito de Sussundenga. É constituído por cinco localidades, nomeadamente Mabaia, Dárue, Javera, Matarara e Muoco.

O poder da autoridade formal no Posto Administrativo assim como em todo distrito de Sussundenga é completado pela estrutura tradicional organizada hierarquicamente, constituída por “Mambo”, “Sabuco”, “Saguta” e “Mutumua”<sup>29</sup>. Os régulos são autoridades que têm sob seu controlo aldeias e localidades. Eles trabalham em coordenação com as autoridades governamentais. Segundo o régulo Dombe:

<sup>26</sup> Paulino Paquete, Chefe do Posto Administrativo de Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a 2 de Abril de 2002.

<sup>27</sup> FGDB Cx 10. Circular nº 4.616/A/7, de 21 de Julho de 1947.

<sup>28</sup> Artur, D. (1999). *Tradição e Modernidade: que lugar para a tradição africana na governação descentralizada de Moçambique?* Maputo: Ministério de Administração Estatal, Projecto de descentralização e democratização, p-61; Boletim Oficial de Moçambique, 1ª série, nº 6, 1974, p-130-131.

<sup>29</sup> ACNUR/ PNUD. (1996). *Perfil de Desenvolvimento Distrital, distrito de Sussundenga, Província de Manica*. Maputo: ACNUR/PNUD, p-4.

“... Eu é que velo pela área, por esta região, resolvo os problemas daqui da região. No fim de cada ano, recolho o dinheiro dos impostos e vou entregar ao chefe do posto. Trabalho em conexão com as autoridades governamentais. Os problemas que não consigo resolver, envio para o Chefe do Posto. Esses problemas são catanadas, conflitos de terra, assassinatos, etc. O de feitiço levo para o “Nyanga” e se for apanhado, vamos para o posto...”<sup>30</sup>

O régulo delega funções aos seus subordinados para dirigirem aldeias. No caso de não conseguirem resolver algum problema é que os enviam ao régulo<sup>31</sup>.

Existem em Dombe 8 régulos, nomeadamente Dombe<sup>32</sup>, Gudza, Makoka, Mushamba, Sambanhe, Zichão, Zinguenha e Zomba.

### 2.3. A População

Segundo fontes da administração local, o Posto Administrativo de Dombe albergava em 1997 aproximadamente 36.324 habitantes, divididos em cinco localidades.

Como se pode observar no quadro abaixo indicado:

Localidades	População
Mabaia	8.292
Dárue	2.082
Javera	8.078
Matarara	6.782
Muoco	11.087

Fonte: Administração do distrito de Sussundenga<sup>33</sup>.

O principal grupo étnico existente é o Shona e a sua língua mãe é ci-shona. Esta subdivide-se em variantes como ci-manyika, ci-teve e o ci-ndau<sup>34</sup>. O ci-ndau é a língua mais falada no distrito e tem como subvariantes o ci-danda, o ci-tombodje e o ci-gova<sup>35</sup>. O ci-danda e o ci-tombodje são as subvariantes mais faladas na área de estudo.

<sup>30</sup> Agostinho Cherene Dombe, Régulo de Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a 27 de Março de 2002.

<sup>31</sup> Régulo Dombe 1996, entrevista consultada no ARPAC sobre a Municipalização.

<sup>32</sup> O Régulo Agostinho Dombe lidera as três regiões onde se efectuou o estudo.

<sup>33</sup> Esses dados foram obtidos do recenseamento geral da população de 1997 na sede do Distrito de Sussundenga.

<sup>34</sup> Neves Tembe, J. (1998). “Economy, society and...”, Op. Cit, p-55.

<sup>35</sup> Artur, D. (1999). *Tradição e Modernidade...*, Op. Cit, p-62. Ver Lopes, G. (1928). *Respostas ao questionário etnográfico*. Apresentado pela Secretaria dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques, referente ao território da Companhia de Moçambique, Beira, p-2; Rita-Ferreira, A. (1975). *Os povos de Moçambique: história e cultura*. Porto: Edições Afrontamento, p-130; Cruz, M. J. (1982). “História da formação da classe trabalhadora em Manica e Sofala ao Sul do Pungué, 1892-1926”. Tese de Licenciatura, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, p-62.



## 2.4. Actividades Económicas

A actividade económica predominante em Dombe é a agricultura de subsistência e com alguns excedentes para a comercialização.

A segurança alimentar é garantida no sector familiar pelo cultivo de culturas como o Feijão, milho, mapira, gergelim<sup>36</sup>, mexoeira, mandioca, arroz, batata-doce, girassol, repolho, cebola, mandioca, amendoim, inhame, trigo, tomate, abóbora e outras hortícolas para a subsistência, cabendo o sector comercial que predomina em menor escala em relação ao sector familiar, à produção e venda do milho, algodão, girassol, tabaco, e feijão<sup>37</sup>. Muitas destas culturas cultivadas actualmente em Dombe, eram impostas pelos interesses coloniais principalmente o algodão.

Durante o período colonial Dombe foi encorajado para o cultivo de algodão pelos africanos. Com o aumento da população branca ao longo do Corredor da Beira, nos planaltos de Chimoio e Manica, os camponeses africanos foram expulsos e expropriadas as suas terras pelos fazendeiros brancos, tendo alguns deles se transformado em mão-de-obra nas fazendas dos europeus e outros emigrado para o interior onde desenvolveram a agricultura de subsistência cultivando o milho, a mapira e o sorgum. Com o crescimento dos novos fazendeiros africanos, as autoridades coloniais criaram concentrações algodoeiras onde os camponeses supervisionados pela JEAC, Junta de Exportação do Algodão Colonial, e pela Companhia Nacional Algodoeira em colaboração com as autoridades locais, deviam obrigatoriamente cultivar o algodão. O algodão produzido em Dombe era controlado e vendido pela Companhia Nacional Algodoeira juntamente com os chefes locais. Os baixos preços do algodão não motivavam o africano a cultivar o algodão, pois com o dinheiro que o africano ganhava da venda do algodão não era capaz de comprar mercadorias importadas por serem muito caras. Assim recorriam às lojas rodesianas onde os preços oferecidos eram quase a metade dos preços efectuados em Manica<sup>38</sup>. Os camponeses resistiam ao cultivo forçado do algodão em detrimento do cultivo de culturas alimentares como o milho e a mapira. O aumento dos abusos perpetrados pelos capatazes no cultivo do algodão, os baixos preços do algodão condicionaram a maciça emigração clandestina dos africanos para os países

<sup>36</sup> A Africare tem emprestado às populações máquinas para o fabrico de óleo de gergelim.

<sup>37</sup> O gergelim e o algodão eram vendidos para a Africare e Moçambique Industrial respectivamente. A falta de comprador para a cultura do algodão desencoraja a população de o cultivar.

<sup>38</sup> Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and...", Op. Cit, p-175-185.

vizinhos. Em 1950, o Governo Colonial reconheceu a necessidade de restringir a produção do algodão deixando o cultivo livre das culturas alimentares<sup>39</sup>.

Em 1954, na tentativa de desenvolver a agricultura africana e impedir a emigração dos africanos, as autoridades coloniais criaram o sistema de ruralato em Dombe<sup>40</sup>, sob a administração local supervisionada pela Junta de Exportação do Algodão Colonial e pela Companhia Nacional Algodoeira. Os ruralatos foram estabelecidos em Shambanhe, Chironda e Varucua. Cada família devia cultivar uma superfície mínima de 2 hectares de algodão e 1 a 1/2 de culturas alimentares. A Companhia Nacional Algodoeira e as autoridades administrativas introduziram incentivos como novos preços do algodão e métodos mecanizados na agricultura como arado, tratores e facilidades de transportes. Planejavam estabelecer lojas, postos de saúde e escolas<sup>41</sup>. Em 1962, foram construídas 3 pontes de madeira, uma sobre o rio Lucite e outras 2 sobre o rio Mussapa<sup>42</sup>. Com a abolição do indigenato em 1961, deixou de existir o cultivo forçado do algodão<sup>43</sup>.

Com a independência o algodão continuou a ser produzido pelos camponeses locais. Com a eclosão da guerra civil, houve abandono desta prática até ao fim da guerra. Com a paz, os camponeses voltaram a cultivar o algodão até o ano 2000, quando a Moçambique Industrial deixou de comprar o algodão por razões desconhecidas<sup>44</sup>.

As populações também plantam fruteiras como laranjeiras, tangerineiras, limoeiros, mangueiras, cajueiros, papaeiras e outras espécies de fruteiras que são importantes fontes de rendimento e para a segurança alimentar em determinadas épocas do ano. Essas, para além de constituir fonte de alimentação, são importantes por proporcionarem sombra e para a obtenção da lenha<sup>45</sup>.

O bom rendimento familiar depende da mão-de-obra familiar; homens, mulheres e crianças participam na produção. Contudo, são também usados trabalhadores sazonais nas machambas, denominados "*Ganho-Ganho*", os que cultivam os campos em troca de comida ou dinheiro.

<sup>39</sup> Idem: 180.

<sup>40</sup> Sistema de ruralato, eram comunidades complexas especializadas no cultivo de algodão principalmente em Dombe e Mossurize. Os ruralatos foram concebidos como modelo do desenvolvimento rural e progresso social dos camponeses africanos. Ver Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and...", Op. Cit, capítulo 6, p-172-195.

<sup>41</sup> FGDB Cx 730. Relatório sobre as concentrações algodoeiras do Posto Administrativo de Dombe, 1958. Ver Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and...", Op. Cit, p-194.

<sup>42</sup> FGDB Cx 725. Relatório do chefe do Posto Administrativo de Dombe ao Secretário do Distrito de Manica e Sofala. Referência nº 29044, 1962. Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and...", Op. Cit, p-186.

<sup>43</sup> Neves Tembe, J. (1998). "Economy, society and...", Op. Cit, p-186.

<sup>44</sup> Agostinho Cherene Dombe, Régulo de Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a 27 de Março de 2002.

<sup>45</sup> ACNUR/ PNUD. (1996). *Perfil de Desenvolvimento Distrital ...*, Op. Cit, p-7.

A falta de sementes e insumos, a seca, as pragas, a falta de charruas e tracção animal e o medo de accionar minas em terrenos onde durante a guerra foram minados podem contribuir para a fraca produção das culturas.

Para o melhoramento da terra, as populações usam restolhos de plantas e detritos armazenados ou queimados e estrumes de animais, ou ainda mantêm a sua terra em pousio<sup>46</sup>. A última prática é mais frequente em Dombe, onde as populações cultivam uma machamba e depois da colheita, esta fica em repouso durante seis meses ou mais, dedicando-se ao cultivo de outras culturas nas outras machambas.

A agricultura e a comercialização são complementadas com outras actividades, nomeadamente a pecuária, a caça, a pesca, o corte de lenha, madeira e estacas.

Na pecuária, as populações criam aves como perú, patos, galinhas; criam também cabritos, porcos, coelhos, burros e bois. O boi e o burro são importantes para a lavoura. A criação de animais é importante durante a escassez, servindo para a venda ou troca por produtos alimentares. A limitação para a criação do gado é a falta de dinheiro para a compra de animais<sup>47</sup>.

As populações caçam pequenos animais como gazelas, cabritos do mato, lebres, galinhas do mato, antílopes, aves e ratazanas. A fauna bravia, composta na sua maioria por búfalos, elefantes, macacos, leopardos, zebras, girafas, antílopes, crocodilos e hipopótamos é importante para as populações na prática da caça comercial. Esta é uma prática em extinção devido à gestão e conservação das áreas onde esses animais habitam<sup>48</sup>.

As populações praticam a pesca nos rios Lucite e Mussapa donde tiram variedades de peixe que na sua maioria é destinado à secagem. O peixe também pode ser consumido fresco.

A produção agrícola e a comercialização em pequena escala são actividades que na sua maioria são exercidas pelas mulheres, enquanto a pesca, a caça e a criação de animais, são actividades desenvolvidas pelos homens.

Os produtos provenientes da caça, pecuária e da pesca para além de proporcionarem a proteína animal para a sua alimentação, servem para a comercialização a nível das comunidades, gerando receitas para a compra de produtos de que necessitam nas comunidades.

---

<sup>46</sup> Idem.

<sup>47</sup> Marta Mutombo, camponesa, entrevista realizada em Dombe-sede a 26 de Março de 2002.

<sup>48</sup> ACNUR/ PNUD. (1996). *Perfil de Desenvolvimento Distrital ...*, Op. Cit, p-8.

Actualmente, a comercialização em Dombe é feita informalmente e os mercados para os produtos da agricultura e da pecuária são temporários e ambulatórios, cabendo aos compradores regular os preços do mercado. Na época de abundância, o preço dos produtos diminui e na época de escassez, o preço aumenta<sup>49</sup>. Os comerciantes vêm de lugares distantes como Maputo, Inhambane, Beira e Chimoio a fim de comprar produtos em Dombe para revender nos seus locais de origem. A falta de reservas alimentares influencia a insegurança alimentar porque a maior parte dos produtos vai para a comercialização informal e é escoada para fora da região<sup>50</sup>. O factor limitante para a expansão da comercialização é a falta de créditos<sup>51</sup>. Não existe uma instituição que compre os produtos da população na época de abundância para revender à população durante a escassez.

O Posto Administrativo de Dombe é uma região rica em recursos florestais, onde as espécies predominantes são a Umbila e a Panga Panga<sup>52</sup>. É nas florestas onde os homens praticam as suas actividades tais como o corte de madeira, estacas e capim para a construção de casas, celeiros e currais. Ainda nas florestas, as mulheres e crianças dedicam-se à recolção de frutos silvestres para a sua alimentação e à procura de lenha<sup>53</sup> para confecção dos alimentos e para a venda. As mulheres também se dedicam ao fabrico de bebidas tradicionais e de objectos de barro para a comercialização no mercado local. Aqui, são vendidos cestos e objectos feitos de madeira, tais como cadeiras confeccionadas pelos homens<sup>54</sup>.

Todas características do posto administrativo aqui mencionadas, tornam Dombe uma região com um elevado potencial económico não só para o auto-consumo e segurança alimentar do distrito como também para ajudar a garantir a segurança alimentar em toda a província de Manica, potencial não bem aproveitado devido as minas.

---

<sup>49</sup> Segundo as informações colhidas no campo, na época de colheita, os produtos alimentares de base são obtidos a baixo custo, por exemplo o preço de uma lata de milho de 20 kgs, varia de 10 a 15 mil meticais, e durante a escassez, principalmente de Novembro a Janeiro, a mesma lata de milho custa 50 mil meticais, o que impede o poder de compra das famílias.

<sup>50</sup> Ministério de Plano e Finanças. (1997). *Perfil distrital de segurança alimentar e nutrição: Sussundenga, Manica*. Maputo: Repartição de Nutrição, Direcção Nacional de Saúde, Ministério de Saúde, Direcção Nacional de Planificação, Ministério de Plano e Finanças, p-7.

<sup>51</sup> ACNUR/ PNUD. (1996). *Perfil de Desenvolvimento Distrital ...*, Op. Cit, p-11.

<sup>52</sup> Idem: 8.

<sup>53</sup> A lenha é a fonte mais importante de combustível para a confecção de alimentos nas comunidades. Ela para além de ser obtida das árvores de frutos, ela é obtida dos recursos florestais existente em Dombe. A lenha pode ser obtida nas redondezas das comunidades, nas machambas e nos pomares. Ibidem: 8.

<sup>54</sup> Ibidem: 10.

### **CAPÍTULO 3: A História das Minas, a Desminagem e a Assistência às Vítimas em Moçambique**

O capítulo anterior visava a contextualização geográfica, sócio-económica e política da região de estudo. Chegou-se a conclusão de que Dombe é uma região com potencial económico elevado. O objectivo deste capítulo é examinar o processo de implantação das minas, a desminagem e a assistência às vítimas de minas em Moçambique.

Neste capítulo, será analisado a maneira como as minas foram implantadas em Moçambique, os autores da implantação, as formas, os objectivos, as áreas mais minadas, o início da desminagem, as instituições envolvidas na desminagem, as prioridades para a desminagem e a assistência às vítimas. Aqui, de igual modo será analisado o papel da Comunidade Internacional e do Governo na Acção Contra Minas.

#### **3.1. A História das Minas em Moçambique**

A problemática das minas anti-pessoal em Moçambique é resultante da sua indiscriminada implantação entre as décadas 60 e princípios de 90 do século XX, por diferentes partes intervenientes nos conflitos que afectaram o País.

Embora as minas tenham sido implantadas entre 1965 e 1990, a maior parte delas foram semeadas durante o último conflito armado, 1978 e 1990. Segundo a Human Rights Watch (1997), a estimativa estabelecida e divulgada pela ONU em Dezembro de 1992 é de dois milhões de minas expandidas pelo país. Este número foi calculado na base de estimativas feitas que circulavam na altura, mas na realidade esta estimativa não ultrapassa centenas de milhares, como resultado das operações de clarificação das áreas minadas e suspeitas, o que foi confirmado no seu relatório de 1994<sup>55</sup>. Estas constituem 67 tipos de minas terrestres manufacturadas em vários países como a ex-URSS, Checoslováquia, ex-Jugoslávia, ex-RDA, ex-RFA, França, Roménia, Reino Unido, Itália, Áustria, Portugal, Bélgica, USA, Brazil, Cuba, China, Zimbabwe e África do Sul<sup>56</sup>.

O primeiro caso dos efeitos das minas anti-pessoal em Moçambique foi reportado a 14 de Julho de 1965 em Cóbue, uma localidade da Província do Niassa e o segundo a 25 de

<sup>55</sup> Human Rights Watch. (1997). *Still Killing: landmines in Southern Africa*. New York: HRW, p-73; Carlos, J. "Nobel contra as minas", in *África Hoje*, n°111 (1997), vol. 13, p-16.

<sup>56</sup> International Campaign to Ban Landmines. (1999). *Landmine Monitor 1999...*, Op. Cit, p-45; Vines, A. e Borges Coelho, J. (1995). "Trinta anos de guerras e minas em Moçambique". In *Arquivo Histórico de Moçambique. Moçambique*.

Novembro do mesmo ano em Muidumbe, Província de Cabo Delgado<sup>57</sup>. Estas minas surgem no contexto da luta armada de libertação nacional desencadeada pela FRELIMO contra o regime colonial português, entre 1964 e 1974<sup>58</sup>. Foram os portugueses os pioneiros na implantação de minas em Moçambique<sup>59</sup>.

A partir daí, o uso de minas foi crescendo, existindo minas colocadas pelos guerrilheiros da FRELIMO e pelas tropas coloniais. As tropas da FRELIMO usaram as minas nas suas operações de emboscadas e armadilhas para evitar confrontos directos com o seu inimigo devido a sua inferioridade militar. Aumentaram também o uso de minas nas estradas para cortar a comunicação e dificultar a mobilidade do inimigo<sup>60</sup>.

O exército colonial colocou minas para proteger as suas infra-estruturas económicas de grande envergadura. Segundo as fontes do exército colonial, a Província de Tete era a mais minada porque aí se localiza a barragem hidroeléctrica de Cahora Bassa. A FRELIMO abriu a Frente de Tete em 1969 para conter os portugueses no norte de Moçambique e ameaçar os planos portugueses de completar o seu projecto de construção da barragem de Cahora Bassa, que constituía uma das mais importantes infra-estruturas do Governo Colonial<sup>61</sup>. A segurança do projecto de Cahora Bassa era uma das principais preocupações das autoridades coloniais portuguesas. Foi deste modo que a barragem foi cercada de 80 mil minas<sup>62</sup>.

Para impedir a sabotagem do projecto por parte dos guerrilheiros da FRELIMO, o exército colonial cercou a zona da barragem em construção por um cordão de minas. A FRELIMO por sua vez, minou o principal suporte de Cahora Bassa, a linha Férrea da Beira-Moatize, por onde passava a maior parte do equipamento de construção da barragem<sup>63</sup>.

Com o fim da luta pela independência em 25 de Junho de 1975 as minas foram retomadas durante as agressões perpetradas pelo regime da Rodésia do Sul, onde as tropas de Ian Smith minaram extensivamente as áreas fronteiriças das Províncias de Manica e Tete, como retaliação ao apoio concedido pelas forças da FRELIMO à guerrilha zimbabweana.

---

*desminagem e desenvolvimento*. Maputo: Estudos 10, p-26; Human Rights Watch. (1994). *Landmines in Mozambique*. New York: HRW, p-26; Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-1.

<sup>57</sup> Vines, A. e Borges Coelho, J. (1995). "Trinta anos de guerras e minas...", Op. Cit, p-12; International Campaign to Ban Landmines. (1999). *Landmine Monitor 1999...*, Op. Cit, p-46; Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-63.

<sup>58</sup> A luta armada de libertação nacional iniciou a 25 de Setembro de 1964, quando os guerrilheiros da FRELIMO atacaram o posto administrativo de Chai, na Província de Cabo Delgado. Em simultâneo, iniciou-se o uso das minas terrestres.

<sup>59</sup> UNDP. (2001). *A study of socio-economic...*, Op. Cit, p-148.

<sup>60</sup> Vines, A. e Borges Coelho, J. (1995). "Trinta anos de guerras e minas...", Op. Cit, p-15.

<sup>61</sup> Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-64.

<sup>62</sup> Idem: 64.

<sup>63</sup> Borges Coelho, J. (1989). *O Início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial*. Maputo: AHM/ Núcleo Editorial da UEM, p-50; Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-63; Vines, A. e Borges Coelho, J. (1995). "Trinta anos de guerras e minas...", Op. Cit, p-18.

Em 1977, eclodiu a guerra civil em Moçambique envolvendo as forças governamentais e as forças da RENAMO. A RENAMO foi criada pelo CIO, Gabinete Central de Inteligência, na Rodésia aliado às forças especiais portuguesas que haviam fugido para aquele país quando a FRELIMO tomou o poder.

Com a independência do Zimbabwe em Abril de 1980, a coordenação da RENAMO foi transferida para a África do Sul, liderada pela MID, Direcção de Inteligência Militar. O Governo Sul Africano usou a RENAMO como ferramenta para a desestabilização de Moçambique, alegando que este apoiava o ANC e pelo seu papel activo na criação da SADCC, Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral, que visava a diminuição da dependência económica em relação à África do Sul<sup>64</sup>.

A eclosão desta guerra aprofundou a situação das minas no país, visto que, tanto as forças da RENAMO como o exército governamental utilizaram indiscriminadamente as minas e outros engenhos explosivos em locais considerados estratégicos para alcançar os seus objectivos<sup>65</sup>.

A RENAMO na sua tentativa de desestabilizar a economia moçambicana, adoptou a estratégia de minar grandes infra-estruturas, particularmente o sistema de estradas, caminhos rurais e aeródromos como meio de bloquear o acesso às fontes de alimentação, da canalização da ajuda humanitária e da migração das pessoas que tentavam escapar das vilas e aldeias sob sua tutela. Minaram de igual modo os poços, os acessos e arredores das pontes, as margens dos rios e as terras férteis para aterrorizar as populações civis, de forma a pressionar o governo a ceder as suas intenções e impedir que elas apoiassem as forças governamentais.

As tropas do governo e os seus aliados<sup>66</sup> recorriam à minagem defensiva para proteger instalações e infra-estruturas económicas, tais como quartéis, aldeias, postes de energia,

---

<sup>64</sup>Com a independência do Zimbabwe, a base militar da RENAMO foi instalada em Phalaborwa, na África do Sul, perto da fronteira de Moçambique. O MID apoiou a RENAMO em material bélico e em informações. Com a subida do Frederick de Klerk ao poder nos finais de 1989 e o reconhecimento do ANC como partido político, foi o fim da confrontação e desestabilização na África Austral. A África do Sul deixou de apoiar os movimentos dissidentes. Vines, A. e Borges Coelho, J. (1995). "Trinta anos de guerras e minas...", Op. Cit, p-24; International Campaign to Ban Landmines. (1999). *Landmine Monitor 1999...*, Op. Cit, p-49; Human Rights watch. (1994). *Landmines in...*, Op. Cit, p-9; Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-69; Newitt, M. (1995). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, p-483 e 490; Arminõ, K. (1997). *Guia de reabilitação pós-guerra: o processo de Moçambique e a contribuição das ONG'S*. Bilbao: Hegoa, p-36; Abrahamsson, H. e Nilsson, A. (1994). *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Cegraf, p-101-102.

<sup>65</sup> O objectivo principal da colocação das minas pelas partes beligerantes, era impedir ao outro o acesso às fontes de reabastecimento para a sua sobrevivência.

<sup>66</sup> As tropas tanzanianas apoiaram o exército governamental e plantaram campos de minas defensivos nas suas bases na província da Zambézia. As tropas zimbabweanas plantaram as minas nos corredores da Beira e Limpopo. Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-71; Buque, S. (2000). "Os custos sociais, culturais e económicos das minas terrestres". In ARPAC. *Minas e desminagem em Moçambique*. Maputo: Coleção Emboadeiro 16, p-7.

barragens, fábricas, as canalizações, estradas, linhas férreas, postos de saúde, escolas e aeródromos da tentativa de evitar actos de sabotagem ou de ocupação por parte da RENAMO.

Frequentemente, as partes beligerantes não registavam os locais por eles minados. Esta situação é agravada pelo facto das pessoas que foram responsáveis pela implantação das minas terem sido mortas durante o conflito armado ou desmobilizadas em 1993 e neste momento, não se encontram disponíveis para dar o panorama das zonas minadas.

A “Guerra de 16 Anos” terminou com o acordo geral de paz assinado a 4 de Outubro de 1992 em Roma. Desde o fim da guerra, há reportagens sobre a implantação de um número reduzido de minas em Moçambique, em particular na região Centro de Moçambique, onde um grupo de criminosos colocou minas entre 1994 e 1997 nas estradas que haviam sido desminadas, ameaçando o processo de reconstrução do País<sup>67</sup>. O elevado índice de proliferação das minas anti-pessoal e o seu severo impacto em Moçambique, levou a Comunidade Internacional a incluí-lo juntamente com o Afeganistão, Angola e Cambodja entre os países mais minados do mundo.

As áreas mais minadas em Moçambique localizam-se nas fronteiras com a República do Zimbabwe, nomeadamente, nas províncias de Tete e Manica. Sofala, Inhambane e Maputo, são as outras províncias bastante minadas.

A Província de Manica, uma região económica e estrategicamente privilegiada, constitui um dos polos de desenvolvimento de toda a África Austral. É atravessado pelo Corredor da Beira, um sistema de linhas férreas, estradas e pipelines que dá à República do Zimbabwe o acesso ao porto da Beira, localizado a 170 km. Devido a sua localização, constituiu um dos pontos preferenciais para acções militares durante a guerra.

As minas nesta Província foram colocadas entre as décadas 70 e 90. Primeiramente, as minas foram implantadas na Província de Manica durante a luta armada pela independência Nacional. Por se localizar na zona fronteiriça com o Zimbabwe, depois da independência de Moçambique foi alvo de agressões rodesianas como retaliação ao apoio concedido pelas forças governamentais aos guerrilheiros nacionalistas zimbabweanos que culminaram com a minagem de extensas áreas fronteiriças da Província de Manica.

---

<sup>67</sup> Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-72; UNDP. (2001). *A study of socio-economic...*, Op. Cit, p-149; “Governo e oposição continuam a colocar minas em Moçambique”, in Notícias, 24 de Maio de 1997, p-4.



Com a independência do Zimbabwe, o uso de minas intensificou-se numa forma geral ao longo do Corredor da Beira, principalmente no distrito de Gondola e ao longo das maiores rotas de transportes, nomeadamente nos distritos nortenhos de Guro, Tambara, Bárue e Macossa<sup>68</sup>. Estas foram colocadas maioritariamente pelas forças da FRELIMO<sup>69</sup> com o objectivo de proteger as suas infra-estruturas das sabotagens dos guerrilheiros da RENAMO.

Depois da guerra ter terminado, as minas continuaram a ser colocadas na Província de Manica nas estradas que ligam os Distritos de Mossurize e Sussundenga, e nos Distritos de Machaze e Mavonde por um grupo de indivíduos desconhecidos, em estradas que haviam sido desminadas<sup>70</sup>. Actualmente, mais de 89 mil pessoas dum total de 700.828 vivem na Província de Manica onde cohabitam com o problema de minas nas suas comunidades<sup>71</sup>.

### **3.2. A Desminagem em Moçambique**

A eliminação das minas anti-pessoal é uma componente imprescindível na reabilitação pós-guerra e para o desenvolvimento económico pois as minas constituem um problema sério para o reassentamento das populações nas suas comunidades pelo facto delas terem sido colocadas em locais sensíveis à sua sobrevivência.

A desminagem em Moçambique foi iniciada nos finais de 1992, logo depois do Acordo Geral de Paz e foi uma das principais tarefas da ONUMOZ que coordenou a actividade de desminagem até ao final do seu mandato em 1994. Em Outubro de 1994, foram realizadas as eleições democráticas das quais resultou a formação do primeiro Estado multipartidário. O governo definiu a remoção das minas terrestres e de outros engenhos explosivos como pressupostos necessários para a implementação dos programas do governo inerentes à reconstrução sócio-económica do país.

Com o fim das actividades da ONUMOZ que se associava ao fortalecimento do papel do governo saído das eleições de 1994, o governo teve que criar um organismo nacional e estatal para dar prosseguimento à coordenação das operações de desminagem. Neste âmbito, o Conselho de Ministros criou a CND, Comissão Nacional de Desminagem, através do decreto 18/95 de 3 de Maio. Esta instituição passou a ser responsável pela definição de políticas, estratégias, prioridades e organização de todo o processo de desminagem assim

<sup>68</sup> CIDC. (2001). *Moçambique: landmine...*, Op. Cit, p-7-8.

<sup>69</sup> A FRELIMO com o apoio das forças zimbabweanas para a guarnição do Corredor da Beira.

<sup>70</sup> Notas de conversas pessoais com os trabalhadores da APN.

<sup>71</sup> CIDC. (2001). *Moçambique: landmine...*, Op. Cit, p-10.

como a condução, coordenação e fiscalização de toda a actividade de desminagem no território nacional<sup>72</sup>.

A CND foi substituída a 10 de Julho de 1999 pelo IND, Instituto Nacional de Desminagem, visando ainda melhorar a capacidade do governo de Moçambique na gestão da remoção das minas e em matérias com ela relacionada<sup>73</sup>.

Numa primeira fase, logo após a guerra, o objectivo da desminagem visava a remoção das minas nas 28 estradas prioritárias, perfazendo 2022 km, previamente elaboradas pela Comissão de Cessar-fogo<sup>74</sup>, que na sua maioria se localizavam na região Centro do País. A sua implementação esteve a cargo do sub-comité de desminagem dirigido por um elemento da UNOHAC. A desminagem destas estradas, vinculava-se à necessidade do retorno seguro das populações refugiadas e deslocadas pela guerra estimada em 1.5 e 4.2 milhões respectivamente<sup>75</sup>, e garantir o seu reassentamento e a distribuição da ajuda humanitária.

A desminagem em Moçambique é maioritariamente realizada pelas ONG's estrangeiras, cujo financiamento, provém dos doadores com a participação do estado moçambicano. É uma operação dispendiosa cujos custos de remoção superam os custos da sua implantação, isto é, 3 a 5 dólares para a implantação das minas e 300 a 1000 dólares para a sua remoção<sup>76</sup>. É neste âmbito que o Governo recorre à ajuda externa para a sua execução. Segundo o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, o fundo para a desminagem de 1992 a 1993 excedeu 116 milhões de dólares americanos. Este fundo poderia ter sido aplicado nos programas de desenvolvimento e alívio da pobreza se não tivesse sido necessário corrigir os males causados pela guerra<sup>77</sup>. A boa qualidade do trabalho realizado por diversas instituições de desminagem, é da responsabilidade do IND.

Segundo Veríssimo (2000), distinguem-se três níveis importantes para a determinação das prioridades para a desminagem: nacional, provincial e distrital. O escalão provincial constitui o nível-chave na determinação das prioridades de acção no terreno, fundamentalmente para os operadores de desminagem de carácter humanitário, devido ao

<sup>72</sup> Severiano, O. (1995). "A perspectiva da Comissão Nacional de Desminagem". In Arquivo Histórico de Moçambique. *Moçambique: desminagem e desenvolvimento*. Maputo: Estudos 10, p-96; www.ind.gov.mz.

<sup>73</sup> O IND foi criado pelo Conselho de Ministros através do decreto nº 37/ 99. Boletim da República, 1 série, 1999. Veríssimo, A. (2000). "Coordenação da actividade da desminagem". In ARPAC. *Minas e desminagem em Moçambique*. Maputo: Coleção Embondeiro 16, p-135.

<sup>74</sup> A CCF incluía representantes de ambos partidos beligerantes no conflito, Raul Domingos e Armando Guebuza, da RENAMO e FRELIMO respectivamente. Eaton, R. et al. (1997). *Mozambique: the development of indigenous mine action capacities*. New York: United Nations, p-111-112.

<sup>75</sup> International Campaign to Ban Landmines. (1999). *Landmine Monitor 1999...*, Op. Cit, p-48.

<sup>76</sup> Pequenino, M. (2000). "Impacto sócio-cultural e económico da desminagem...", Op. Cit, p-40.

<sup>77</sup> Lipangue, C. (2000). "Minas antipessoais: enquanto a desminagem não terminar, Moçambique continua ainda em guerra". In *Tempo*, 27 de Fevereiro, p-23.

seu conhecimento profundo das áreas minadas<sup>78</sup>. O Governo provincial é que define as prioridades da desminagem tendo em conta os planos de desenvolvimento de uma determinada região.

Nos critérios para a definição das prioridades para a desminagem, foram tomadas em conta a abertura das estradas que facilitariam o repatriamento dos deslocados internos e refugiados e que condicionariam o escoamento da ajuda de emergência nas áreas dos recém-chegados. Eram também áreas prioritárias para a desminagem, áreas para o reassentamento das populações, infra-estruturas sociais tais como hospitais, escolas e centros comerciais; as áreas em redor ou no interior dos aglomerados populacionais, infra-estruturas e áreas de interesse sócio-económico com especial destaque para as áreas identificadas de possuir elevado potencial agro-pecuário, estradas, pontes, caminhos de ferro, indústria e postes de energia.

De acordo com os dados da Campanha Moçambicana Contra Minas<sup>79</sup>, CMCM, entre 1995-1999 foram desminadas 7.733,2 km de rodovias, 1829,45 km de linhas de transporte de energia eléctrica, 40528 ha de área para aproveitamento da agricultura, pecuária e outros outros fins sociais. Foram destruídas 56.176 minas anti-pessoal e anti-grupo, 456 minas anti-tanque, 30.432 UXOS (bombas, munições de artilharia, roquetes e granadas) e 446.333 munições de pequeno calibre.

Após o AGP, Moçambique foi dividido em três zonas principais atribuídas respectivamente a PAD, o Halo Trust e à APN. A PAD inteirou-se na desminagem das províncias de Inhambane, Maputo e Gaza. O Halo Trust é responsável pela desminagem na zona Norte do País, nomeadamente Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Nampula. E por fim a APN, responsável pela desminagem nas províncias de Sofala, Manica e Tete<sup>80</sup>. A MGM e a HI juntam-se ao grupo da desminagem humanitária. A primeira responsabiliza-se pela remoção das minas na província de Gaza e a segunda é coordenadora de toda a actividade de sensibilização sobre minas no País e é responsável pela desminagem na Província de Inhambane.

Para além das instituições de carácter humanitário, existem outras de carácter comercial, destacando-se a Mine-tech, Afrovita, Qualitas, Special Clearance Services, Ronco, Mechem e outras.

<sup>78</sup> Veríssimo, A. (2000). "Coordenação da actividade da desminagem...", Op. Cit, p-136.

<sup>79</sup> Lipangue, C. (2000). "Minas antipessoais: enquanto a desminagem não terminar, Moçambique continua...", Op. Cit, p-25.

<sup>80</sup> International Campaign to Ban Landmines. (1999). *Landmine Monitor 1999...*, Op. Cit, p-47.

A desminagem na Província de Manica foi realizada por várias instituições internacionais sendo a APN<sup>81</sup>, uma ONG de carácter Humanitária, a Minetech, a Ronco e o Consórcio Itália 2000<sup>82</sup>, empresas comerciais<sup>83</sup>.

Numa primeira fase, a desminagem em Manica visava a remoção das minas nas rodovias que facilitavam o regresso dos refugiados e deslocados a sua origem, o escoamento da ajuda humanitária e que permitiam a ligação entre o centro de produção, região norte, e o centro de consumo, a região sul, e as áreas de reassentamento das populações.

As zonas prioritárias para a desminagem na Província de Manica foram definidas de acordo com as políticas anteriormente citadas elaboradas pelo IND, onde o Posto Administrativo de Dombe foi prioritário<sup>84</sup>.

### 3.3. A Assistência às Vítimas de Minas em Moçambique

O custo humano das minas em Moçambique é alto. Estima-se cerca de 10 a 15 mil vítimas das minas, entre vítimas mortais e pessoas amputadas<sup>85</sup>. Os sobreviventes das minas enfrentam muitos problemas no seu quotidiano, muitos deles relacionados com a resolução das necessidades básicas.

As vítimas necessitam de apoio devido a sua incapacidade de obter meios para a sua sobrevivência. Vários esforços estão a ser efectuados pela comunidade internacional no apoio às vítimas de minas em Moçambique. Segundo Parlow (1995)<sup>86</sup>, os relatórios do *Arms Project of Human Rights*, concluem que os países mais afectados pelas minas encontram-se destituídos de capacidade para mobilizar os recursos necessários para responder às consequências médicas, sociais, económicas e ambientais da explosão das minas.

O Artigo 6 do tratado de proibição de minas e apoio às vítimas, estipula que “cada Estado que para tal tenha meios, forneça apoio ao cuidado e reabilitação, incluindo a reintegração social e económica das vítimas de minas e para programas de sensibilização às minas”; e afirma “o direito de cada Estado de procurar receber a ajuda que for possível para as

<sup>81</sup> A APN não só dedicou-se a remoção como também ao treinamento dos sapadores moçambicanos para exercerem a desminagem no País.

<sup>82</sup> O Consórcio Itália 2000 é uma empresa comercial que foi responsável pela desminagem das linhas de transporte de energia eléctrica da barragem de Cahora Bassa para África do Sul. Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-72.

<sup>83</sup> Human Rights Watch. (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-72-73.

<sup>84</sup> Ver este aspecto no capítulo 5 deste trabalho.

<sup>85</sup> Human Rights Watch. (1994). *Landmines in...*, Op. Cit, p-42.

<sup>86</sup> Parlow, A. (1995). “Banir as minas”. In Arquivo Histórico de Moçambique. *Moçambique: desminagem e desenvolvimento*. Maputo: Estudos 10, p-155.

vítimas”<sup>87</sup>. Este artigo implica a responsabilidade da comunidade internacional de apoiar os programas de apoio às vítimas nos países afectados de recursos limitados, como é o caso do nosso País.

O apoio às vítimas, entre muitos, destacam-se a reabilitação física que consiste nos cuidados dos primeiros socorros, cirurgia de amputação e acompanhamento pós-operatório, próteses, muletas e cadeiras de rodas; a reabilitação psicológica que inclui o apoio às vítimas de minas não amputadas<sup>88</sup> e a reabilitação sócio-económica que implica a integração no emprego para o seu auto-sustento<sup>89</sup>.

Em Moçambique, no geral, o apoio prestado às vítimas de minas consiste na reabilitação física, onde as vítimas obtêm da Acção Social em coordenação com a CVM<sup>90</sup> e o Ministério da Saúde, próteses, muletas e cadeiras de rodas. Os desmobilizados de guerra com deficiências físicas gozam de um estatuto legal e beneficiam de pensões do Estado ao contrário da população civil<sup>91</sup>. Esta situação cria constrangimentos para a população civil que de modo algum participou na implantação das minas e hoje encontra-se desprovida de meios para o auto-sustento, uma vez que o trabalho do campo constituía a sua principal fonte de rendimento.

A situação agrava-se quando as vítimas não conseguem encontrar emprego e a sua condição social não lhes possibilita obter formas adequadas de sobrevivência. As vítimas têm dificuldades de encontrar emprego pela falta de oportunidades no mercado de trabalho, pelo seu baixo nível de escolarização e pela falta de legislação que possa garantir a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho<sup>92</sup>.

Esta realidade mostra a necessidade de uma maior participação comunitária na procura de soluções alternativas para a reintegração das vítimas de minas na sociedade. Nhandale (2000), defende que as vítimas podem realizar trabalhos artesanais que consistem em

<sup>87</sup> International Campaign to Ban Landmines. (2001). *Landmine Monitor Report (2001), Toward a mine-free world*. New York: Human Rights Watch, CD-room, p-2001:35.

<sup>88</sup> As vítimas de minas não amputadas são aquelas que pela explosão de minas contraíram a cegueira, surdez e outras doenças e não foi necessário a intervenção cirúrgica para o melhoramento.

<sup>89</sup> International Campaign to Ban Landmines. (2001). *Landmine Monitor Report ...*, Op. Cit, p-35.

<sup>90</sup> A CVM faz o levantamento das vítimas e envia o relatório à Acção Social, e esta instituição por sua vez envia as vítimas para o Hospital Central mais próximo onde ocorre a reabilitação física.

<sup>91</sup> As vítimas desmobilizadas de guerra auferem uma reforma através do Ministério de Defesa, consoante as funções desempenhadas antes da reforma. Enquanto que a população civil só obtém o apoio médico.

<sup>92</sup> Barnes, C. e Mercer, G. (1995). “Disability: emancipation, community participation and disabled people”. In Graig, G. e Moyo, M. *Community empowerment: a reader in participation and development*. London, New Jersey: Zed Books, p-33-34.

confeccionar cestos, vassouras, peneiras e outros objectos que podem ser colocados no mercado para garantir o seu auto-sustento<sup>93</sup>.

Desde 1993 que o Ministério de Coordenação e Acção Social começou a implementar o programa de atendimento baseado na comunidade conhecida por ABC. Este programa tem como objectivo a integração na comunidade de deficientes com vista a mudanças de atitudes negativas em relação aos mesmos. Segundo Buque (2000), foram formados 270 activistas que estão a trabalhar como voluntários nas comunidades com apoio de organizações internacionais. Mas este programa tem suas limitações relacionadas com a insuficiência de recursos, pois já foram identificados dois mil deficientes e apenas 750 mil beneficiam-se do apoio do ABC<sup>94</sup>.

Como em todas partes do País, a assistência às vítimas civis das minas na Província de Manica consiste na reabilitação física. As pessoas que accionam minas nos distritos, são transportadas para o hospital Provincial de Chimoio a fim de receber o tratamento, devendo estas, voltarem periodicamente ao hospital para trocar de próteses. A distância de ir trocar as próteses na cidade de Chimoio faz com que as vítimas não voltem ao hospital ou às suas aldeias<sup>95</sup>.

Desde o início da luta armada pela independência Nacional até 1992, foram reportadas mais de 150 vítimas de minas na Província de Manica<sup>96</sup>. Não existem instituições que integrem as vítimas no mercado de trabalho ou em alguma actividade que lhes garanta a obtenção de rendimentos para a sua sobrevivência. 10/03/08

#### **CAPÍTULO 4: O Impacto Sócio-Económico das Minas Anti-pessoal no Desenvolvimento Comunitário**

Depois de termos abordado a história das minas, a desminagem e a assistência às vítimas em Moçambique no capítulo anterior, neste capítulo tentaremos debruçar-nos sobre o impacto sócio económico das minas antipessoal no desenvolvimento comunitário.

<sup>93</sup> Nhancale, O. (2000). "O processo de desminagem em Moçambique: uma contribuição para a compreensão do seu impacto sócio-cultural e económico". In ARPAC. *Minas e desminagem em Moçambique*. Maputo: Coleção Embondeiro 16, p-28-29.

<sup>94</sup> Buque, S. (2000). "Os custos sociais, culturais e económicos...", Op. Cit, p-15.

<sup>95</sup> Duas situações são observadas no processo de troca de próteses: a primeira é aquela onde o deficiente, uma vez na cidade, prefere permanecer no local de modo a ter facilidades de se deslocar periodicamente ao hospital. E a segunda, é aquela em que uma vez trocada a prótese, o deficiente volta à aldeia de origem, não conseguindo todavia, voltar a cidade para trocar a prótese devido a distância e a falta de meios financeiros.

<sup>96</sup> CIDC. (2001). *Moçambique: landmine...*, Op. Cit, p-3-4.

O objectivo deste capítulo é analisar até que ponto as minas afectam o desenvolvimento sócio-económico das comunidades em Dombe. Aqui, avalia-se o impacto da guerra e examina-se o processo de implantação das minas em Dombe. A seguir, avalia-se o impacto das minas nas actividades económicas da população, no acesso às infra-estruturas económicas, no acesso ao emprego e na circulação das pessoas e bens.

#### **4.1. A Guerra e a Implantação das Minas em Dombe**

O Posto Administrativo de Dombe foi palco de grandes confrontações durante a guerra civil que iniciou em 1980, envolvendo as tropas governamentais e a RENAMO. A sua disputa entre os beligerantes culminou com a sua ocupação em 1991 pelas tropas da RENAMO. Com o AGP, os efeitos da guerra continuavam, desta vez com a dupla administração, do Governo e da RENAMO que durou até 1995<sup>97</sup>, quando o Governo saído vitorioso das eleições gerais de 1994 assumiu o poder.

As consequências da guerra foram inúmeras, destacando-se a migração da população para áreas de refúgio e segurança e a implantação das minas. As minas em Dombe começaram a ser colocadas durante o conflito zimbabweano em retaliação a ajuda prestada pela FRELIMO à guerrilha zimbabweana. As tropas de Ian Smith em 1977 destruíram duas pontes sobre os rios Lucite e Mussapa respectivamente, e minaram à volta das pontes para impedir a comunicação das populações duma e doutra margem dos rios.

Com a eclosão da guerra civil mais minas foram implantadas, desta vez pelas tropas da RENAMO e da FRELIMO. Estes usaram as minas indiscriminadamente para cortar o acesso a alimentação ao inimigo, sem ter em conta a população civil. Em Dombe, as minas foram implantadas pela FRELIMO, numa linha de aproximadamente 8 km, da Missão Católica de Dombe até a ponte sobre o rio Maruque, visando proteger a Sede do Posto Administrativo de Dombe dos ataques das forças da Renamo. Foram colocadas também ao longo da estrada EN 216 (Dombe-Rio Lucite), à volta do aeródromo, do quartel e das aldeias de Chionge-Dundo e Mabaia. As tropas da Frelimo colocaram ainda as minas a volta da ponte de controle de Chionge-Dundo e nas florestas de Chionge-Dundo e Matindiri.

Enquanto as forças da FRELIMO colocavam minas organizadamente isto é, em linhas, as forças da RENAMO implantavam-nas desordenadamente e sem qualquer registo. São estas

---

<sup>97</sup> Em Dombe existiam em diversas sectores tais como Educação e Saúde representantes eleitos pela RENAMO sem o consenso do Governo. Depois das eleições gerais, os membros que tinham qualificações foram integrados e aqueles que não tinham algum nível de escolaridade foram expulsos.

minas colocadas pelas forças da RENAMO que se encontram dispersas nas aldeias, caminhos e machambas.

De acordo com um residente de Dombe, no período de guerra as populações refugiavam-se nas aldeias protegidas pelas tropas governamentais. Essas, durante as noites minavam à volta das aldeias e das florestas por onde provinham as forças da RENAMO, com o objectivo do inimigo accionar as minas e abandonar a sua missão devastadora nas aldeias. E quando amanhecia, as tropas da FRELIMO removiam as minas<sup>98</sup>.

Por sua vez, as tropas da RENAMO nas suas incursões nocturnas, recrutavam pessoas que serviam como cobaias humanas<sup>99</sup> na explosão dos campos minados pela FRELIMO, em seguida, penetravam e saqueavam as populações nas aldeias. Enquanto as forças da RENAMO saqueavam as populações, simultaneamente colocavam minas nos caminhos, nas machambas e à volta dos poços para aterrorizar a população e impedir confrontos directos com as forças governamentais depois das suas acções maléficas. Como se pode depreender pelo seguinte extrato:

*“Uma mulher ao depositar o pilão no chão do quintal da sua casa, colocou-o inconscientemente por cima de uma mina que explodiu imediatamente matando a vítima”<sup>100</sup>.*

Nesta altura, a estrada que liga a sede do Posto Administrativo de Dombe a Chitaúse, a EN 431, e outros caminhos que ligam a Sede a outras vilas, nomeadamente Pambanisa, Madembunhana e Makokova foram extensamente minadas pelas tropas da Renamo<sup>101</sup>.

Esta estratégia adoptada pelas forças da RENAMO resultou na emigração maciça das populações. Segundo o recenseamento geral da população de 1980, a população de Dombe era cerca de 26.463 habitantes. Este número reduziu-se devido à guerra para 8.767 habitantes, de acordo com o recenseamento da população em 1993<sup>102</sup>. A maior parte da população emigrava para a Sede do distrito de Sussundenga, Chimoio e República do Zimbabwe.

*“Durante a guerra, as pessoas refugiaram-se para onde se sentiam seguras. Alguns foram para Zimbabwe, outros foram para Chimoio e muitos ainda foram para a Sede do Distrito. Eu e a minha família juntamente com outras famílias fomos para a sede do Distrito de Sussundenga e só regressámos quando a guerra terminou de carros da ONUMOZ”<sup>103</sup>.*

<sup>98</sup> Noé Pita, trabalhador do Ataíde, entrevista realizada em Dombe-sede a 3 de Abril de 2002.

<sup>99</sup> Dados obtidos de conversas particulares em Dombe.

<sup>100</sup> Orlando Mateus Julai, carpinteiro, entrevista realizada em Dombe-sede a 5 de Abril de 2002.

<sup>101</sup> Relatório do IMSMA. (2000), p-11.

<sup>102</sup> Artur, D. (1999). *Tradição e Modernidade...*, Op. Cit, p-65.

<sup>103</sup> Marta João Mutombo, camponesa, entrevista realizada em Dombe-sede no dia a 26 de Março de 2002.



Um outro método muito usado pelas partes beligerantes em Dombe, era o de colocar minas à volta das árvores de frutos, visto que estas fornecem frutos e constituíam lugares de atracção para a paragem dos beligerantes.

Depois do término da guerra, não houve indícios de nova implantação das minas. São as minas colocadas durante a guerra que mesmo com a paz, impedem a reconstrução e desenvolvimento das comunidades afectadas, pelo facto delas terem sido colocadas nos locais sensíveis ao desenvolvimento das actividades básicas das populações. A agravar esta situação, não existem mapas de localização das zonas minadas, sendo por isso fundamental a intervenção das comunidades na denúncia dos locais suspeitos e minados.

#### **4.2. Impacto das Minas nas Actividades Sócio-Económicas das Populações**

As minas têm um impacto negativo na economia rural devido a forma indiscriminada da sua implantação. Durante as duas guerras, as minas foram implantadas em locais estratégico-militares, porém, muitas vezes, coincidiam com as áreas que garantem a sobrevivência das comunidades.

Com o fim da guerra, as minas constituem um obstáculo para a reconstrução sócio-económica em Dombe, na medida em que impedem o desenvolvimento das actividades económicas nas comunidades afectadas.

As minas afectam seriamente a actividade agrícola pois esta constitui o sector base da economia rural bem como nacional e a maior parte da população vive dos produtos provenientes da terra. O facto da terra estar minada impede as populações de cultivar em certas parcelas e de expandir as suas áreas de cultivo. Isto, tem consequências negativas em relação ao meio ambiente. Esta realidade encontra explicação no sistema rudimentar da agricultura empregado pelos camponeses. O pousio, prática rudimentar para a regeneração dos solos, requiere largas extensões de matas desbravadas ou queimadas para a abertura de novos campos de cultivo. A presença das minas nas terras agrícolas impede os camponeses de utilizar a técnica de pousio para o melhoramento dos solos, em detrimento do uso contínuo das terras disponíveis.

Este facto pode ser testemunhado por um camponês em Dombe que afirma:

*“... Nós quando regressámos para Dombe, vindos do campo de refugiados no Zimbabwe, fomos distribuídos pelo régulo as terras que hoje cultivámos. Estas terras já não tem estrume, o que*

*produziamos, já não dá para nada. Na floresta não podemos ir, só agora é que fomos autorizados a cultivar as terras da missão, vamos ver se melhora a situação da fome...*<sup>104</sup>

De acordo com Chilundo e Cau (2000), a limitação para o estabelecimento dum sistema de pousio conduz a obtenção de baixos rendimentos na agricultura, já que não se dá tempo ao solo para recuperar os nutrientes perdidos. A isso, adiciona-se o facto da população estar obrigada a cultivar as mesmas terras continuamente, aumentando o risco da ocorrência da erosão dos solos e a consequente degradação da terra<sup>105</sup>.

Ainda segundo os mesmos autores, para aumentar os seus rendimentos e diminuir a infertilidade dos solos, os camponeses são obrigados a procurar parcelas noutras áreas não minadas, que muitas vezes se encontram distantes das suas comunidades<sup>106</sup>. O tempo gasto no processo de ir e vir da machamba diminui o nível de investimento no trabalho agrícola, uma vez que o tempo e a energia gastos durante a caminhada poderiam ser aplicados em actividades no campo agrícola. Seria vantajoso possuir uma terra em condições de ser utilizada ao pé da aldeia e o tempo gasto nas caminhadas seria inteiramente aplicado na produção agrícola, o que geraria maiores rendimentos em relação às terras agrícolas distantes.

Como acontece na agricultura, as minas também tem um impacto desastroso na pecuária. As minas limitam a expansão e reprodução de gado. O gado desloca-se para pastar no interior ou fora da aldeia. Este é frequentemente dizimado pelas minas, reduzindo o número de gado existente. Pelo facto, as populações pastoreiam o seu gado em áreas pequenas. Segundo uma residente:

*“...As minas não só matam as pessoas como também animais, isto é elas não escolhem a quem matar. Uma vez eu ia à floresta a procura de lenha. A frente iam os bois e eu ia atrás deles. De repente ouvi um bum, quando reparo vi que um deles tinha accionado uma mina e morreu ali. Os outros tentavam fugir, mais um accionou e partiu a perna. Dai eu recuei e voltei para casa porque tive certeza que ali existiam mais minas para além das duas que explodiram... as pessoas já têm medo de pastar o seu gado naquela área...”*<sup>107</sup>

Todavia, para além da presença de minas reduzir as terras para a pastagem do gado, cria pressão sobre as terras disponíveis para o desenvolvimento desta actividade. Nestas terras, a vegetação tende a desaparecer e o solo começa a degradar-se, obrigando o gado a pastar em

<sup>104</sup> Monquei Malindo, camponês, entrevista realizada em Mabaia a 28 de Março de 2002.

<sup>105</sup> Chilundo, A. e Cau, B. (2000). “Desminagem em Moçambique: a reconquista da terra”. In ARPAC. *Minas e desminagem em Moçambique*. Maputo: Coleção Embondeiro 16, p-71.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Celina Naene, camponesa, entrevista realizada em Dombe-sede a 5 de Abril de 2002.

áreas onde não se alimenta devidamente. Esta, reflete-se na qualidade e quantidade dos alimentos produzidos<sup>108</sup>.

Sendo as populações rurais dependentes dos rendimentos provenientes duma agricultura rudimentar, a presença das minas nas florestas impede os camponeses de derrubarem as árvores para expandirem as suas machambas.

As minas nas florestas vedam o desenvolvimento das actividades complementares para a sobrevivência das populações, nomeadamente a procura de lenha, recolha de frutos silvestres, a procura de plantas medicinais, o corte de madeira, de capim e de estacas para a construção e o desenvolvimento da actividade cinegética. Segundo um residente:

*“... As minas impedem muitas actividades por exemplo, as pessoas quando querem cortar estacas tem que entrar na floresta por onde a outra pessoa entrou, se entrar numa área onde não se entra porque tem minas, accionas. Então as pessoas sempre sofrem, não têm lenha, estacas e capim para construção... Nas machambas as pessoas também sofrem, por exemplo nessa área de Matindiri, não se pode abater as árvores até onde elas querem para fazer machambas, tem uma certa área limitada e as pessoas ficam mesmo limitadas de alargarem as suas áreas de cultivo...”<sup>109</sup>*

As mulheres são obrigadas a abandonarem a procura de lenha nas florestas e matas consideradas minadas ou suspeitas recorrendo ao abate de árvores de frutos, sobretudo no pomar da Missão católica de Dombe. A lenha retirada destas espécies da citricultura não serve para a venda e deve ser consumida economicamente.

O consumo limitado da lenha também tem reflexos negativos nas praticas sócio-culturais locais. Segundo Noé Pita, antes da implantação das minas, a população obtinha a lenha em abundância. Esta servia para fazer a fogueira durante a noite com objectivo de afugentar os animais ferozes e servia também para acolher reuniões familiares onde os idosos contavam suas histórias. Actualmente, estas práticas foram abandonadas devido a dificuldade de acesso à floresta<sup>110</sup>. A lenha, para além de servir para a venda, era utilizada para a iluminação durante a noite, e quando não tivessem fósforos, acendiam uma fogueira que permanecia até o dia seguinte<sup>111</sup>.

<sup>108</sup> O leite e a carne são importantes em proteínas para a alimentação da população. Uma má alimentação do gado, diminui as proteínas nos produtos produzidos pelo mesmo. Chilundo, A. e Cau, B. (2000). “Desminagem em Moçambique...”, Op. Cit, p-74.

<sup>109</sup> Francisco João Baptista, Presidente da Cruz Vermelha em Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a 26 de Março de 2002.

<sup>110</sup> Noé Pita, Trabalhador do Ataide (empresa madeireira em Dombe), entrevista realizada em Dombe-sede a 3 de Abril de 2002.

<sup>111</sup> Idem.

As minas também têm implicações sérias na actividade florestal, principal ocupação económica dos homens da região. Os homens não percorrem extensivamente as florestas à procura de material de construção temendo a acção das minas e limitam-se a trabalhar na orla das florestas. Noé Pita refere que:

*“... Os serviços vêm da floresta e mete medo ir para lá porque pode accionar uma mina e morrer. É na floresta onde se obtém material para construção, a pessoa é obrigada a cortar estacas pequenas aqui perto enquanto que as boas estacas estão lá no fundo, agora se te atreves a ir para lá, a frente, já estragou o trabalho, porque pode morrer...”<sup>112</sup>*

Temos como exemplo a Ataide, uma empresa madeireira de carácter privado, que opera nas localidades de Dárue, Mabaia e Matarara, todas no Posto Administrativo de Dombe. Esta é uma região rica em madeira de várias espécies e em minas anti-pessoal. Os trabalhadores contornam as áreas minadas. Os madeireiros não podem cortar a madeira nas áreas minadas, conseqüentemente os lucros são reduzidos, o que desencoraja o investimento desta actividade nesta área.

O impacto das minas é extensível à actividade pesqueira e cinegética. A pesca é uma actividade exercida maioritariamente nos rios Lucite e Mussapa. Mas, a existência de outros rios é evidente, onde podemos destacar Nharitiquite, Maruque e Mukambe. Para poder alcançar estes rios, é necessário atravessar a floresta, que se tornou perigosa devido a presença das minas.

A caça é uma actividade importante na vida das populações. Os produtos obtidos da caça, constituem um importante suplemento em proteína na dieta alimentar. A presença das minas em locais de caça, obriga o abandono da prática desta actividade nas florestas de Chionge e de Matindiri. Isto é agravado pela proibição da caça em locais um pouco distantes considerados protegidos por serem área de conservação.

A água é um líquido indispensável à vida das populações. As populações obtêm a água nos rios, poços e nas fontenárias. As últimas são escassas, existindo apenas três para servir cerca de onze mil habitantes. Dentre as três fontenárias, duas estão em pleno funcionamento e uma está minada. A colocação das minas junto às fontes de água obriga a população a não frequentar esses locais. A população prefere percorrer a distância de quatro a cinco quilómetros à procura de água em locais mais seguros ou mesmo aos rios sob o perigo dos crocodilos.

---

<sup>112</sup>Ibidem.

O emprego é importante para o desenvolvimento das comunidades locais. Em Dombe como em qualquer outro meio rural, a maior parte da mão-de-obra enquadra-se no sector agrícola. As oportunidades de emprego são mínimas ou quase inexistentes. As populações emigram para as cidades, nomeadamente Chimoio e Beira ou ainda para os países vizinhos<sup>113</sup> principalmente para as Repúblicas do Zimbabwe e da África do Sul à procura de emprego.

Como se pode constatar, as minas vêm agravar a situação do desemprego que se verifica em Dombe devido a ausência de empreendimentos capazes de absorver muita mão-de-obra. Para a implementação de qualquer projecto que gera emprego para a população local, por vezes é exigido uma informação da existência ou não de minas ou UXOS e até a desminagem. Esta actividade por acarretar valores muito elevados, só é efectuada enquanto existir financiamento. Por causa da falta de emprego, muitos homens e jovens vão procurar emprego nos países vizinhos.

Portanto, a própria desminagem já é um projecto que tenta resolver o problema de desemprego nas áreas rurais afectadas pelas minas, mas não absorve muita mão-de-obra local por envolver pessoal tecnicamente qualificado. A APN para além de empregar a mão-de-obra dos desmobilizados de guerra<sup>114</sup>, também emprega a população civil para trabalho de cozinheiros, guardas e para tirar a água.

Como conclusão, as minas impedem o desenvolvimento das actividades básicas da população. Devido à falta de alternativas, a população desempenha um papel importante na luta pela erradicação das minas e UXOS. Segundo a população local, a mata ou floresta deve ser considerada prioritária para a desminagem, é lá onde as populações desenvolvem as suas actividades. Uma área minada tem mesmo efeito que uma área suspeita. As populações deixam de frequentar esses locais, trazendo prejuízos nos rendimentos das famílias rurais nas áreas afectadas pelas minas. Segundo uma residente:

*“...Estamos a morrer de fome. As nossas terras estão a ficar inférteis, já não produzem bem porque estão cansadas. Para arranjar outras terras é difícil. Muitas delas estão ocupadas. Na mata não se pode ir porque há minas...”*<sup>115</sup>

As minas vêm agravar o problema de desemprego nas comunidades de Dombe.

---

<sup>113</sup> Desde o período colonial, a maior parte da população emigrava a procura de emprego nas farmas dos europeus na Rodésia do Sul e nas minas sul africanas. A maior parte dos homens de Dombe emigravam para a Rodésia, do Sul, algo que continuou com maior intensidade durante a guerra de 16 anos em Moçambique. Com o fim da guerra e a falta de emprego fez com que alguns jovens não retornassem a origem.

<sup>114</sup> Os desmobilizados de guerra foram formados e treinados para trabalhar como sapadores na desminagem.

<sup>115</sup> Celina Naene, camponesa, entrevista realizada em Dombe-sede a 5 de abril de 2002.

### 4.3. Impacto das Minas no Acesso às Infra-estruturas

As minas impedem a reconstrução de infra-estruturas destruídas durante a guerra e as construções públicas que são indispensáveis para o desenvolvimento, tais como hospitais, escolas e estradas.

As minas colocadas nas estradas interferem na livre circulação das populações e de bens, principalmente logo após o Acordo Geral de Paz, em que os refugiados e deslocados tentavam alcançar as suas zonas de origem ou preferidas para a acomodação. Estes no seu retorno, eram vulneráveis à acção das minas por não possuírem conhecimentos sólidos sobre a localização das minas colocadas na sua ausência. Para além das minas colocadas nas estradas perigarem o regresso dos refugiados e deslocados, impossibilitavam simultaneamente as operações de acção humanitária para os regressados<sup>116</sup>.

Para a implementação de qualquer investimento nas zonas rurais carece de uma informação sobre a existência ou não de minas ou UXOS, ou até são exigidos trabalhos de clarificação para a posterior implementação de projectos importantes para a vida das populações<sup>117</sup>.

Por exemplo, a reabilitação de infra-estruturas é antecipado por uma pesquisa sobre a existência de minas. As estradas EN 216 e a EN 431, ambas localizadas em Dombe, estavam inclusas na lista de 28 estradas prioritárias para a reabilitação acordadas pelo governo e pela RENAMO em Dezembro de 1992. A estrada EN 216 liga o distrito de Sussundenga ao distrito de Mossurize, Dombe/Espungabera, é o principal ponto para o desenvolvimento do distrito. Antes da guerra e da colocação das minas, esta via era importante para a circulação das populações dum distrito para o outro, principalmente aquelas que não tinham recursos para fazê-la via Zimbabwe como acontecia no tempo da guerra. Este facto, mostra a pertinência da desminagem desta estrada depois do AGP. A empresa zimbabweana AJT, executou a reabilitação das estradas EN 216 e EN 431, mas só depois da realização de pesquisas de minas pela operadora comercial zimbabweana, a Mine-tech em 1996.

A desminagem e reabilitação das duas estradas, EN 216 e EN 431, foram feitas sob o auspício da ACNUR e da GTZ no âmbito do programa do reassentamento dos refugiados e deslocados de guerra nas suas zonas de origem ou de preferência. Muitas minas foram encontradas nestas estradas depois das operações de desminagem terem sido efectuadas. Este fenómeno é atribuído à ineficiência dos trabalhos efectuados pela empresa de

<sup>116</sup> A acção humanitária era protagonizada pelas ONG's como a GTZ e a PMA no âmbito da situação de emergência, que apoiavam as populações necessitadas em alimentos e insumos agrícolas, nomeadamente sementes, fertilizantes e instrumentos agrícolas.

<sup>117</sup> [www.ind.gov.mz/corpop.htm](http://www.ind.gov.mz/corpop.htm)

desminagem que estava a trabalhar em Dombe, a Mine-tech<sup>118</sup>. A construção da EP2 e do novo posto de saúde na sede do Posto Administrativo de Dombe ainda pela AJT, cuja obra encontra-se actualmente (2002) em construção, foi antecipadamente desminada pela Mine-tech.

#### 4.4. O Impacto Social Das Minas Anti-pessoal

Uma das principais consequências da implantação das minas é o aparecimento dum grupo vulnerável de sobreviventes que na sua esmagadora maioria é a população civil. Torna-se difícil determinar o número de vítimas ou de acidentes devido as minas, mas sabe-se que os acidentes de minas ocorrem maioritariamente nas zonas rurais, provocando mortes e ferimentos.

Em Dombe, a maior parte das vítimas accionou minas durante o conflito armado na fuga aos ataques inimigos rumo aos esconderijos ou no decorrer dos combates. Este último caso é válido só para os militares. Algumas vítimas accionaram minas depois do AGP, devido ao desconhecimento das áreas minadas na sua ausência. Estas accionaram as minas em conexão com as actividades tais como a procura de lenha, na tentativa de recuperação das antigas terras para a agricultura e no corte de capim e estacas. As vítimas também accionavam minas nos caminhos quando circulavam nas comunidades ou quando regressavam a sua zona de origem fora da supervisão da ONUMOZ. As práticas de adultério<sup>119</sup> e de defecação ao céu aberto nas matas igualmente eram afectadas pelas minas causando vítimas.

Em Dombe, não existe um número exacto das vítimas, mas sabe-se que muitos homens, mulheres e crianças morreram e outros ficaram feridos em consequência das explosões de minas. Só em Chionge, entre 1998 e 1999, morreram 40 pessoas<sup>120</sup>. Segundo os dados obtidos das entrevistas no local de estudo, as vítimas mais vulneráveis são os homens que vão à mata realizar as suas actividades tais como corte de estacas e capim para a construção. Os homens não têm outras alternativas a não ser continuar a frequentar a floresta que se encontra fortemente minada<sup>121</sup>.

<sup>118</sup> O aspecto a que me referi irei explicar adiante, quando estiver a analisar o processo de desminagem em Dombe.

<sup>119</sup> Segundo o chefe do Posto Administrativo de Dombe, Manuel Alberto, uma mina anti-pessoal desfez definitivamente o romance de um casal de adúlteros que teria escolhido sem conhecer o perigo, as matas dos arredores de Dombe para efectuar as suas relações amorosas. Quando a mulher se preparava para posicionar-se no chão, foi assentada sobre uma mina anti-pessoal que explodiu matando-a e ferindo gravemente o seu parceiro. "Dombe ainda continua minado", in Notícias, 3 de Agosto de 1998, p-4.

<sup>120</sup> Relatório do IMSMA. (2000).

<sup>121</sup> Este aspecto foi focado no capítulo referente ao impacto sócio-económico das minas nas actividades das populações.

Em muitas regiões, a mulher está mais exposta ao perigo de minas por ela ser responsável pela realização da maior parte dos trabalhos domésticos. Em Dombe, devido às minas, as mulheres deixam de procurar a lenha nas florestas com medo de accionar estes engenhos, passando a obter esta fonte de energia doméstica nas redondezas das suas comunidades, nas machambas e nas árvores de frutas. Como se pode constatar, o medo de accionar as minas faz com que as mulheres não frequentem as florestas. Aliás, este facto pode ser testemunhado por uma residente que afirma o seguinte:

*“... Não frequento a floresta porque há minas. Para poder cozinhar, procuro a lenha aqui na minha machamba e lá no pomar da missão. De maneira nenhuma vou à mata, porque há minas...”<sup>122</sup>*

As minas não só afectam as actividades das populações, como também diminuem a mão-de-obra activa nas comunidades na medida em que provocam mortalidade e deficiências nas pessoas.

No meio rural, a produção familiar depende da mão-de-obra familiar e um bom rendimento da família depende do desempenho de todos que participam na produção. A perda de um membro na família ou a existência de um deficiente na família, pode alterar o rendimento da produção familiar, gerando insegurança alimentar.

Muitas famílias perderam os chefes dos agregados familiares devido às minas e UXOS, deixando viúvas e as crianças órfãs entregues a sua sorte. A mulher encontra sérios problemas na educação e no sustento dos filhos após a morte do marido. Uma residente afirma o seguinte:

*“... Eu tenho um filho que morreu vítima da explosão de uma mina. Ele morreu durante o combate, era militar. Deixou uma esposa e filhos. Disseram para irmos receber o salário no fim de cada mês em Sussundenga, mas só recebemos uma vez. No mês seguinte quando fomos para receber o dinheiro, disseram que já não tínhamos o direito. O que vamos fazer com as crianças, elas precisam de ir à escola, precisam de cadernos, lápis... a mãe não trabalha e não tem condições para sustentá-las. Estamos a sofrer...”<sup>123</sup>*

Catarina Filipe<sup>124</sup> acrescenta que:

*“... A viúva cumpre o tempo de luto e depois ela casa-se com um outro homem para poder garantir o sustento dos filhos. O mais triste é que o novo marido não aceita os filhos da esposa, ficando estes desamparados...”*

<sup>122</sup> Celeste João, camponesa, entrevista realizada em Chionge-Dundo a 28 de Março de 2002.

<sup>123</sup> Inês Wache, camponesa, entrevista realizada em Mabaia a 26 de Março de 2002.

<sup>124</sup> Catarina Filipe, camponesa, entrevista realizada em Dombe a 3 de Abril de 2002.



O homem é o chefe de família e é ele quem garante o sustento da família. Com a morte ou deficiência deste, a mulher não consegue garantir a sustentabilidade dela e das crianças. A morte dos pais numa família deixa os agregados familiares desprovidos de meios de sustento das crianças aumentando o número de crianças órfãs e desamparadas nas comunidades.

A mulher, para além de dedicar-se à família, é responsável pelos trabalhos domésticos, a busca de água, a procura de lenha, a confecção da alimentação e cuida da roupa. Uma mulher deficiente, sente-se inválida por não exercer as suas funções de dona de casa.

As minas para além de matar e mutilar, provocam traumas psicológicos nas vítimas devido à falta do seu reconhecimento como seres humanos iguais aos outros.

Segundo Nhancale (2000), uma vítima acha-se não igual aos outros, dependendo do membro que tiver perdido e se sente discriminada pelos outros, o que conduz a um isolamento. Começa a sentir-se mal porque não pode dar o seu contributo na família e quando lhe falta algo, ela pensa que está a ser discriminada<sup>125</sup>.

Em Dombe as vítimas encontram o apoio apropriado no seio das suas famílias e comunidades<sup>126</sup>. Ainda neste âmbito, raramente nota-se o divórcio devido a deficiência por minas. Segundo Samuel Mushomoia, as vítimas civis que recebiam muletas de madeira que são menos duradoiras, eram apoiadas pelas suas famílias na compra de muletas de ferro<sup>127</sup>. Noé Pita refere ainda que:

*“...Ninguém recusou a sua esposa ou o seu marido dizendo que não quer mais viver com ela porque é deficiente. Isso não se faz, mesmo na sua família ninguém o fez até neste preciso momento...”*<sup>128</sup>

É também importante mencionar o caso das pessoas que accionaram minas em conexão com relações extra-conjugais, como se pode citar:

*“...A esposa do Zoero foi encontrar-se com um homem na mata a fim de praticarem o adultério. Lá, o casal accionou uma mina anti-pessoal matando o homem, e a mulher ficou gravemente ferida. Esta foi levada para o hospital para receber tratamento, onde perdeu as duas pernas. O marido divorciou-se dela porque ia prostituir...”*<sup>129</sup>

Neste caso, o marido da vítima separou-se dela por esta ter accionado uma mina na altura em que cometia adultério. Este facto tem explicação nas práticas sócio-culturais inerentes às

<sup>125</sup> Nhancale, O. (2000). “O processo de desminagem em Moçambique...”, Op. Cit, p-67.

<sup>126</sup> Muitas vezes os deficientes recorrem às suas famílias para apoiá-los na compra de muletas de ferro devido a má qualidade de muletas anteriormente fornecidas pelo Governo.

<sup>127</sup> Samuel Saizeze Mushomoia, Secretário do Régulo Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a a 27 de Março de 2002.

<sup>128</sup> Noé Pita, trabalhador do Ataide, entrevista realizada em Dombe-sede a 3 de Abril de 2002.

<sup>129</sup> Orlando Mateus Julai, carpinteiro, entrevista realizada em Dombe-sede a 5 de Abril de 2002.

comunidades e a sociedade em geral. O adultério é visto como algo contrário aos seus valores sócio-culturais<sup>130</sup>.

Contudo, como se pode observar, existe falta de emprego para as vítimas das minas em Dombe. O facto das populações de Dombe se dedicarem a arte de trabalhar com o barro, a implementação dum projecto que integre as vítimas de minas nesta área, seria importante para as vítimas angariarem fundos que permitiriam o seu auto-sustento. Os objectos confeccionados podem ser vendidos tanto a nível local como noutras partes do País. Porém, este projecto tem suas desvantagens por ter impacto a curto prazo. Para garantir o futuro das vítimas civís de minas, seria importante que se criasse um fundo que apoiasse o auto-sustento das vítimas.

Neste momento está a decorrer em Dombe, uma pesquisa liderada pela Acção Social em conexão com as autoridades locais, que consiste no levantamento do número de deficientes e a causa da sua deficiência para sua reintegração sócio-económica.

Existe um projecto patrocinado pela OSEU<sup>131</sup> denominado Circulo de Interesse. Este projecto apoia as mulheres na educação das populações na construção e uso de latrinas, e na preparação da água potável. Este projecto foi iniciado no ano 2001 e não abrange toda a população. Futuramente, a organização tem interesse em implantar um projecto de geração de rendimento para a mulher deficiente que numa primeira fase receberão uma formação na área de corte e costura<sup>132</sup>.

Desde que a guerra terminou o número de novas vítimas em Dombe tem vindo a reduzir. As causas do fenómeno são atribuídas a forte sensibilização sobre o perigo das minas nas comunidades, à maior participação das populações no processo de identificação e sinalização dos locais minados e à desminagem que decorre no presente momento. Um agente de sensibilização testemunha que:

*"... Desde que fomos formados em 1998 até aqui não houve problemas de acidentes com minas pelo menos aqui na sede porque muitos locais já estão sinalizados e mesmo as populações já conhecem os locais onde existem minas..."*<sup>133</sup>

<sup>130</sup> Uma mulher que comete o adultério é expulsa da casa do marido e obrigada a devolver entre muitas coisas, o dinheiro do lobolo e as crianças geradas do casamento. Ver Lopes, G. (1928). *Respostas ao questionário etnográfico...*, Op. Cit, p-48.

<sup>131</sup> A OSEU é uma organização da cooperação Suíça.

<sup>132</sup> Paulino Paquete, Chefe do Posto Administrativo de Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a 24 de Abril de 2002.

<sup>133</sup> Luis Alberto Chere Dombe, activista de sensibilização sobre o perigo das minas, entrevista realizada em Dombe-sede a 29 de Março de 2002.

## CAPÍTULO 5: A Desminagem e a Participação Comunitária em Dombe

O capítulo anterior analisou o processo de implantação das minas e a forma como elas afectam a vida das populações em Dombe.

Este capítulo analisa a desminagem em Dombe, os principais operadores, e as implicações das cheias na remoção das minas. Por último é analisada a participação comunitária na luta pela erradicação das minas e o papel do Estado e das ONG's na sensibilização sobre o perigo de minas nas comunidades afectadas.

### 5.1. A Desminagem em Dombe

O processo de desminagem é avaliado através da redução das áreas minadas, das campanhas de educação cívica sobre o perigo de minas às populações que vivem nas zonas afectadas e do maior envolvimento da comunidade nacional e internacional no processo de remoção.

As operações de desminagem em Dombe foram efectuadas por dois operadores, sendo um de carácter humanitário e o outro comercial, a APN e a Mine-tech respectivamente<sup>134</sup>.

A remoção das minas teve início em 1994, quando a Mine-tech inteirou-se na desminagem das estradas que ligam o posto Administrativo a outros pontos do Distrito de Sussundenga e da província. Esta surge no âmbito do programa de reabilitação das estradas que permitiam o regresso dos refugiados e deslocados de guerra.

A partir de 1998, o processo de desminagem estava virado essencialmente à Sede do Posto Administrativo de Dombe, considerada a prioritária, onde foram desminadas as áreas à volta do aeródromo, do antigo hospital, do quartel e ao longo da EN 216, totalizando 171.605 m<sup>2</sup>. A desminagem foi combinada, conduzida manual e mecanicamente por um bulldozer.

Depois do empreiteiro ter declarado a área isenta de minas, aconteceram acidentes com bois causados pelas mesmas. Todavia, para evitar que a sequência dos acidentes atingisse alta dimensão, a APN foi contratada para desminar as áreas que já haviam sido desminadas pela Mine-tech. Como se pode observar:

---

<sup>134</sup> A Ajuda Popular da Noruega é um operador com fins humanitários responsável pela desminagem nas províncias do Centro do País nomeadamente Manica, Sofala e Tete. Iniciou o seu trabalho no País nos finais do ano 1993. A Mine-tech é um empreiteiro comercial de origem zimbabweana, começou a trabalhar na zona Centro do País em 1993, um pouco depois da APN ter iniciado. Millard, A. e Harpviken, K. (2001). *Reassessing the impact of humanitarian mine action*. Oslo: Prio Report, p-22; International Campaign to Ban Landmines. (1999). *Landmine Monitor 1999...*, Op. Cit, p-47; Human Rights Watch . (1997). *Still Killing...*, Op. Cit, p-92.

*“ A Ajuda Popular da Noruega está a trabalhar nos locais já desminados pela Mine-tech. Esses da Mine-tech quando trabalharam e foram-se embora, foi quando houve esse problema de bois e cabritos começarem a accionar minas nos sítios que já haviam sido trabalhados pela Mine-tech...”<sup>135</sup>*

Ainda segundo um agente de sensibilização:

*“ ... Tem amputados aqui ao lado do campo de aviação, alguém sofreu ali e foi parar no hospital provincial. Lá mesmo em Dombe, uma senhora morreu ali, alguns animais também sofreram sobre de minas...”<sup>136</sup>*

Esta realidade demonstra a pertinência da criação de um regime melhorado para o controlo e avaliação da qualidade das operações de desminagem comercial pelo IND. O controlo e a avaliação da qualidade da desminagem é destinado aos empreiteiros comerciais devido a execução da desminagem com fins lucrativos. Estes concentram-se mais na obtenção de lucros, dando mais prioridade ao tempo decorrido do que a taxa de eliminação. Quanto menos tempo despende a desminar um campo minado, mais dinheiro afluem os seus cofres. E para alcançar os seus objectivos utilizam técnicas eficientes, “buldozers”, que são importantes na contabilização do tempo.

As empresas de desminagem são contratadas pelo Governo ou pelas empresas que possuem projectos nas áreas rurais, devendo elas pagar por cada tarefa ou metros quadrados para a desminagem. Muitas empresas tem o empreiteiro comercial como preferência devido aos meios eficientes de remoção que eles possuem. Devido a aderência que possuem e a procura de obtenção de lucros, nota-se a ausência da boa qualidade do trabalho por eles efectuados.

Enquanto algumas empresas trabalham com fins lucrativos, as ONG's trabalham com fins humanitários de acordo com um orçamento anual pago pelos doadores destinados a desminagem. O contrato é feito pela PNUD, responsável pela acção humanitária em Moçambique<sup>137</sup>.

Neste momento, a APN encontra-se encarregada na remoção das minas no Posto Administrativo de Dombe, particularmente na Sede do Posto onde já foi desminada uma área de 48.171 m<sup>2</sup>. Só depois da remoção das minas na sede do posto, é que se passará para as restantes localidades, nomeadamente Matarara e Dárue que de igual modo, as populações

<sup>135</sup> Luís Alberto Cherene Dombe, agente de sensibilização sobre o perigo de minas e professor do EP1, entrevista realizada em Dombe-sede a 29 de Março de 2002.

<sup>136</sup> Agente de sensibilização, entrevista realizada em Dombe a 19 de Dezembro de 1999 pelo AHM.

sofrem com a presença das minas. Esta particularidade insere-se nas políticas do IND para a definição das áreas prioritárias para a desminagem.

Neste caso, Dombe-sede é prioritário porque para além de constituir a Sede do Posto Administrativo, foi mais minada durante a guerra a nível do Distrito de Sussundenga e possui um elevado impacto na vida da população. Há necessidade de expandir a rede de infra-estruturas como hospitais, escolas e edifícios e abrir machambas para as populações cultivarem.

Apesar das áreas de interesse das comunidades fazerem parte das prioridades para a desminagem no País, na realidade essa política não é tomada em conta. Como se pode observar em Dombe, as grandes florestas que se localizam em Chionge e Matindiri deviam ser consideradas prioritárias para a desminagem. É uma área de interesse comum das comunidades e é lá onde a população exerce as suas actividades. Esta região encontra-se fortemente minada e não há vestígios de desminagem.

Esta realidade encontra explicação no próprio carácter da desminagem no País. A desminagem para além de arrecadar recursos financeiros elevados, o País depende maioritariamente dos recursos provenientes da Comunidade Internacional, alocados sob a forma de empréstimo para a desminagem, onde os critérios de prioridades de canalização desses fundos é estabelecido pelos doadores. O que se tem verificado é que existem empresas comerciais que obtém o fundo a partir dos doadores e conduzem-no à desminagem sem o conhecimento do IND e sem obedecer as prioridades dos governos provinciais<sup>138</sup>.

Este é um factor importante para a reformulação da estratégia de desminagem e a concretização da ideia de criação do Fundo Nacional de Desminagem<sup>139</sup>.

A falta de mapas e de informações sobre a localização exacta das áreas minadas nas comunidades dificulta o processo de desminagem. Neste sentido, a população que por alguma razão tomou conhecimento da existência de minas em algumas áreas, colabora activamente com os operadores de desminagem, na identificação e sinalização dos locais

---

<sup>137</sup>Entrevistas com os doutores Georg Kruessen da MGM, e Tomás Alexandre do IND realizadas em Maputo a 23 de Fevereiro de 2000 e a 8 de Março de 2002 respectivamente.

<sup>138</sup> Instituto Nacional de Desminagem. (2002). "Actividade de desminagem em Moçambique de 1997 a 2001". Maputo: IND, CIDA, CIDC, P-14.

<sup>139</sup> Fundo Nacional de desminagem foi definido na resolução 17/99 do conselho de Ministros. É um instrumento de coleta e gestão transparente de todos recursos financeiros doados por entidades nacionais e internacionais à actividade de desminagem. [www.ind.gov](http://www.ind.gov). Com este fundo, o País contará com um fundo próprio obtido das solidariedades nacionais e internacionais que permitirá acelerar a desminagem e apoiar as vítimas.

minados. As informações fornecidas pela população têm sido muito importantes para os operadores de desminagem efectuarem os seus trabalhos<sup>140</sup>.

### Os operadores de desminagem em Dombe

Número de operadores	ONG's humanitárias	Área desminada em m <sup>2</sup>	Minas destruídas	UXOS e munições descobertos	Os anos da desminagem
1	APN	48.171	16	13.897	2001-2002
Subtotal		48.171	16	13.897	1
	Empresas comerciais				
1	Mine-tech	171.605	36	360	1998-2000
Subtotal		171.605	36	360	2
Total		-	52	14.257	3

Fonte: IND, relatórios do IMSMA, Information Management System For Mine Action.

Esta tabela mostra a eficiência dos trabalhos efectuados pela Mine-tech no período de dois anos, no qual a área desminada é três vezes maior que a efectuada pela APN num ano. Em contrapartida, apesar das desigualdades dos anos de desminagem, a APN num período de um ano, localizou mais de 13 mil UXOS e 16 minas nas áreas que a Mine-tech tinha declarado como livres de minas e UXOS.

A desminagem em Dombe tem-se revelado de importância primordial, pois permite a circulação livre das pessoas e mercadorias na Sede do Posto, a expansão da rede comercial, desenvolvimento da agricultura e a reabilitação e construção de infra-estruturas importantes para a população, nomeadamente, escolas, hospitais, lojas e edifícios.

#### 5.1.1. O Impacto das Cheias nas Actividades de Desminagem

As chuvas torrenciais que caíram sobre a África Austral entre os meses de Fevereiro e Março dos anos 2000 e 2001, agravaram a situação das chuvas em Moçambique e fizeram com que se perdessem as esperanças de desenvolvimento.

<sup>140</sup> Este aspecto será desenvolvido quando se tratar da participação comunitária.



Nos países vizinhos, o nível das águas nas suas barragens subiram drasticamente o que obrigou o governo destes países a abrirem as suas comportas que descarregaram as suas águas. Esta descarga, fez expandir as suas águas através dos rios que desaguam no território, provocando cheias em Moçambique<sup>141</sup>.

O Posto Administrativo de Dombe, atravessado por dois grandes rios que nascem na República do Zimbabwe, nomeadamente Lucite e Mussapa, e outros afluentes, não esteve isento desta catástrofe atmosférica. Quando há cheias no Zimbabwe, estes rios juntam-se e provocam inundações em Dombe.

*“ ... A cada momento que chove no Zimbabwe, também cria-nos problemas aqui porque os rios enchem provocando cheias”<sup>142</sup>.*

Durante dois anos consecutivos, 2000 e 2001 respectivamente, os seus rios inundaram toda a região. O poder erosivo das águas, fez sobressair uma maior parte de engenhos explosivos e minas dos locais onde estavam enterrados. De igual modo, as águas arrastaram as sinalizações e outras demarcações que haviam sido efectuadas nas comunidades.

*“Cá em Dombe, não há indícios das minas terem sido arrastadas pelas chuvas durante as cheias de 2000 e 2001. O que aconteceu é que durante as cheias as minas começaram a sair e os sinais desapareceram. Logo que as pessoas descobriam ou suspeitavam os locais minados recorriam aos activistas e estes colocavam os sinais nessas zonas”<sup>143</sup>.*

Esta situação foi vantajosa para a população que estava sob perigo de accionar minas pelo desaparecimento das sinalizações. Contudo, o desenterro das minas pela acção das chuvas, permitiu a actualização dos levantamentos e sinalização das áreas minadas nas comunidades o que facilitou ao operador de desminagem.

## **5.2. A Participação Comunitária em Dombe**

A participação comunitária em Dombe consiste na educação das populações sobre o perigo de minas com a finalidade de reduzir os efeitos desastrosos por elas provocados. Consiste também nas estratégias adoptadas pela população na erradicação dos efeitos das minas.

Neste sub-capítulo analisa-se o papel das ONG's e dos líderes comunitários na formação e na educação das populações sobre o perigo de minas. Também será analisado o papel das comunidades na luta pela erradicação das minas em Dombe.

<sup>141</sup> “Chuvas e cheias”, in *Moçambique*, 35 (2000), p-6.

<sup>142</sup> Paulino Paquete, Chefe do Posto Administrativo de Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a 2 de Abril de 2002.

### 5.2.1. A Sensibilização Sobre o Perigo de Minas

A sensibilização sobre o perigo de minas significa a criação de programas informativos para reduzir o impacto desastroso das minas nas comunidades afectadas, através de mecanismos pedagógicos que incidem na alteração de comportamentos de risco e da criação de conhecimento sobre as medidas de segurança<sup>144</sup>.

Logo após do Acordo Geral de Paz, este programa foi realizado pelas ONG's que entre várias actividades<sup>145</sup>, dedicam-se à sensibilização nas comunidades. A Handicap International era a organização coordenadora da campanha de sensibilização sobre o perigo das minas que assumiu a formação de três organizações não-governamentais, nomeadamente a PAD, Halo Trust e a APN para difundirem as mensagens de perigo de minas nas diferentes regiões do País (Sul, Norte e Centro respectivamente). Este programa deve anteceder a remoção das minas, de modo que as populações aprendam as formas de convívio nas zonas infestadas pelas minas e UXOS, até que sejam criadas condições financeiras para a desminagem. A medida que a situação de emergência terminava, formavam activistas nas comunidades para dar continuidade deste trabalho nas suas comunidades.

A sensibilização destinava-se inicialmente as populações refugiadas e deslocadas. Todavia, o processo de repatriamento decorreu com uma campanha de sensibilização sobre minas nos centros de refugiados<sup>146</sup> e junto as comunidades afectadas pelas minas. Os refugiados e os deslocados eram os mais vulneráveis ao perigo de minas pelo não conhecimento das áreas minadas durante a sua ausência. Por vezes, as populações que permaneceram na região durante a guerra, não estavam aptas em transmitir mensagens sobre as áreas minadas aos recém-chegados.

Segundo Rosário (2000), os repatriados na sua entrada ao país passavam por centros de trânsito a eles reservados, onde se beneficiavam da educação cívica sobre o perigo das minas que podiam enfrentar nas suas antigas zonas de origem.

Um ex-regressado afirma que:

---

<sup>143</sup> Francisco João Baptista, Presidente da CVM em Dombe, entrevista realizada em Dombe-sede a 26 de Março de 2002.

<sup>144</sup> International Campaign to Ban Landmines. (2001). *Landmine Monitor Report ...*, Op. Cit, p-32.

<sup>145</sup> As ONG's para além da sensibilização sobre o perigo de minas, dedicam-se à desminagem e ao apoio às vítimas.

<sup>146</sup> Os centros dos refugiados que acolheram a maior parte da população de Dombe são de Chambuta e Tongogara, ambos na República do Zimbábue, e o de Sussundenga. No centro dos refugiados nos países vizinhos, as campanhas eram coordenadas por duas agências das Nações Unidas, a UNOAC e ACNUR.



*“Durante a guerra refugiei-me para o campo de Chambuta Refugees no Zimbabwe. E quando a guerra terminou fomos trazidos para cá pela ONUMOZ. Antes de regressarmos para cá, assistíamos palestras e filmes sobre minas e o seu perigo e ensinavam o que devemos fazer se encontramos uma mina no regresso à casa. E quando regressámos do Zimbabwe já sabíamos da existência de minas, mas quando cá chegámos, o chefe do posto que esteve a trabalhar cá, realizava palestras junto com os seus activistas, indicando os locais minados em Dombe na nossa ausência...”*<sup>147</sup>

Ainda Rosário (2000), refere que as populações que regressavam individualmente sem ter que passar por um centro de refugiados eram as mais expostas aos perigos, necessitando de uma sensibilização nas suas comunidades<sup>148</sup>.

Em Dombe, esta actividade foi realizada pelos activistas formados pela Handicap International, Mine-tech e CVM. As mensagens de sensibilização sobre o perigo de minas foram integralmente difundidas nas comunidades<sup>149</sup> através de peças teatrais, rádio, palestras, onde normalmente, os materiais como cartazes com ilustrações de minas e vítimas, panfletos, fotografias e exemplares eram exibidos durante as palestras realizadas nas comunidades e nas escolas.

As escolas primárias contemplam nos programas de educação formal a componente sobre o perigo das minas. Este facto é devido a vulnerabilidade que as crianças representam na sociedade: dada a sua natural inconsciência e curiosidade inacta, elas brincam com qualquer objecto estranho que encontram. A sua estatura torna-as mais vulneráveis, uma vez que estão mais próximas do centro da onda explosiva, as consequências são mais devastadoras, tendo menor probabilidade de sobreviverem. Por outro lado, as crianças também constituem um importante meio de transmissão da mensagem do perigo de minas nas suas comunidades<sup>150</sup>. Elas assimilam rapidamente as mensagens transmitidas nas escolas do que nas palestras realizadas nas suas comunidades. Este facto pode ser testemunhado por uma criança:

*“Eu já ouvi falar das minas através dos activistas da sensibilização sobre o perigo de minas que tem realizado palestras na nossa escola. Eles dizem se vocês encontrarem uma mina, devem colocar um sinal e ir imediatamente comunicar os activistas ou aos papás”*<sup>151</sup>.

Ainda segundo uma outra criança:

<sup>147</sup> Monquei Malindo, camponês, entrevista realizada em Mabaia a 28 de Março de 2002.

<sup>148</sup> Rosário, D. (2000). “Minas e desminagem...”, Op. Cit, p-91.

<sup>149</sup> Os postos de saúde, as escolas e as igrejas, eram lugares privilegiados para apresentações de campanhas sobre minas.

<sup>150</sup> As crianças prestam mais atenção às mensagens transmitidas nas escolas do que nas palestras nas suas comunidades, mentalizam e transmitem nas casas.

<sup>151</sup> Samuel Alberto Cherene Dombe, estudante da Missão de Dombe, entrevista realizada em Mabaia a 26 de Março de 2002.

*“os activistas da sensibilização sobre minas nas suas palestras tem mostrado panfletos com desenhos de minas e deficientes... se eu vir uma mina no caminho ou junto do poço onde vou tirar a água, volto para trás, procuro um sinal para colocar lá e vou para casa comunicar a mamã para ir falar com o chefe do posto...”<sup>152</sup>*

os extratos acima transcritos mostram a percepção que as crianças tem acerca do perigo das minas.

A fonte de informação sobre perigo de minas mais importante nas comunidades é a sinalização dos locais minados. As sinalizações no terreno variam de acordo com quem as colocam. As populações utilizam paus cruzados ou pedaços de troncos para sinalizarem as áreas minadas. Por sua vez, os agentes de sensibilização normalmente usam paus atados por um pano ou fita vermelha para simbolizar o perigo<sup>153</sup>. Por último, os operadores de desminagem utilizam os sinais vermelhos quadrangulares com o símbolo da caveira e de ossos em cruz e a inscrição “perigo minas”, que pode estar escrito na língua local.

A Rádio Moçambique é outro meio de comunicação social de extrema importância na difusão da informação sobre o perigo de minas que são transmitidas em todas línguas locais. Mas o acesso restrito de rádios ou pilhas faz com que certas famílias obtenham o conhecimento do perigo das minas através de outras fontes de informação, nomeadamente palestras, peças teatrais e as sinalizações.

Neste sentido, constituíam temas principais da campanha não mexer, não tocar, não remover um objecto desconhecido e avisar quando se descobre uma zona minada<sup>154</sup>. A contínua sensibilização sobre o perigo das minas nas comunidades reduz o número de acidentes e vítimas nas comunidades devido ao conhecimento das populações de locais minados<sup>155</sup>.

A sensibilização para além de servir de precaução das populações para a redução dos incidentes ocasionados pela explosão de uma mina, serve também para mobilizar as populações para o seu maior envolvimento no processo de erradicação das minas. Deste modo, as autoridades locais incluindo os régulos<sup>156</sup>, e as populações locais trabalham bastante no sentido de trazer à luz dados sobre as áreas minadas que facilitarão a sua erradicação.

<sup>152</sup> Natália António, estudante da EPI de Dombe-Sede, entrevista realizada em Dombe-Sede a 5 de Abril de 2002.

<sup>153</sup> A cor vermelha é vista como um sinal de perigo por isso é usada com frequência. Geralmente as fitas levam duas cores, vermelha e branca e é utilizada para amarrar árvores de frutas minadas

<sup>154</sup> Toulemonde, C. (1995). “A Handicap International e a resposta médico-social ao problema das minas”. In Arquivo Histórico de Moçambique. *Moçambique: desminagem e desenvolvimento*. Maputo: Estudos 10, p-87.

<sup>155</sup> As populações já conhecem os locais minados, mesmo os que não estão sinalizados, as populações não frequentam.

<sup>156</sup> As autoridades tradicionais são envolvidas no processo de sensibilização sobre o perigo das minas pois os régulos conhecem melhor do que ninguém, as zonas da sua jurisdição que foram alvos de grandes confrontações durante a guerra.

### 5.2.2. A Participação Comunitária na Luta pela Erradicação das Minas

O impacto negativo das minas antipessoal nas comunidades afectadas e a falta de dados prévios sobre a localização das áreas minadas, tornam as populações mais activas no processo da erradicação das minas nas suas comunidades.

Contudo, o envolvimento da comunidade no processo de erradicação das minas pode ser definido em geral como significando a participação das comunidades em actividades que contribuam para reduzir os efeitos das minas e contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Dombe, durante a guerra de desestabilização, constituiu bastião da RENAMO onde as populações permaneceram sob seu controlo. Segundo Rosário (2000), a convivência das populações que permaneceram durante a guerra sob o controlo da RENAMO, com os novos representantes das comunidades, resultou no conhecimento das áreas minadas pelas forças da RENAMO. Com a paz, essas populações tinham receio de indicar os locais minados, temendo represálias e acusações por parte do governo ou dos familiares das vítimas. Mais tarde estas populações começaram a exigir recompensa monetária ou em bens, alegando estarem a subsidiar o programa das ONG's, conhecidas como possuidoras de montante de dinheiro.

Este estudo, mostra que as populações inicialmente não estavam cientes da necessidade da remoção das minas que representavam perigo nas comunidades. Isto deveu-se ao facto das populações conhecedoras dos locais minados já contornarem a situação das minas nas suas comunidades, servindo-se de sinais tradicionais bem conhecidos pelas populações para indicarem os locais minados. Como mostra o extrato seguinte:

*“... A população usava marcos tradicionais para sinalizar as áreas minadas. Usava marcos tradicionais e mais tarde receberam mesmo cartazes sobre os cuidados que deviam ter para com as minas... Quando encontravam um lugar que estava mal, apanhavam troncos ou arranjavam ramos das árvores e fechavam aí para circundar o campo minado, e informavam que não podiam usar aquele caminho... prontos, cortavam a árvore e impediam o trânsito no caminho...”<sup>157</sup>*

Na fase de emergência, a HI<sup>158</sup> dedicou-se a educação das populações para prevenção dos acidentes das minas, para garantir o repatriamento e reassentamento seguro dos refugiados e

<sup>157</sup> Paulino Paquete, Chefe do Posto, entrevista realizada em Dombe-sede a 24 de Abril de 2002.

<sup>158</sup> A Handicap International é a organização que assume a coordenação da campanha de sensibilização sobre o perigo das minas no País. Para além da sensibilização, têm trabalhado na criação de estruturas para fornecimento de aparelhos ortopédicos e para acolhimento dos deficientes durante a fabricação dos aparelhos; na informação ás pessoas amputadas

deslocados internos no contexto de emergência; e a preparação dos agentes de educação cívica nas comunidades para dar continuidade a sensibilização depois do período de emergência.

Os líderes comunitários são responsáveis pela organização da participação das populações na solução dos problemas que afectam as suas comunidades e promover o desenvolvimento local. É nesta ordem de ideias que não se pode alcançar os resultados pretendidos sem envolver as comunidades. A forte liderança comunitária incluindo a autoridade tradicional e os activistas de sensibilização sobre o perigo de minas, ajudaram rapidamente as populações a terem consciência do perigo e da necessidade de indicarem os locais minados para a desminagem. Este, foi levado a cabo por uma grande campanha de sensibilização<sup>159</sup>, particularmente através de meios de comunicação anteriormente mencionados: rádios, panfletos, cartazes, televisão, etc.

Desta forma a questão seguinte é pertinente para a percepção do papel jogado pelas comunidades na erradicação das minas. De que forma as comunidades participam na erradicação das minas?

A desminagem é uma componente importante para a erradicação total das minas. Segundo Cumbane (2000), esta actividade requer pessoal tecnicamente qualificado que as comunidades não possuem<sup>160</sup>.

As comunidades locais participam na erradicação das minas através de campanhas de sensibilização, educação, prevenção e recolha de números de acidentes de minas ocorrido nas comunidades. Esta actividade é exercida pelos líderes comunitários e activistas, cabendo a população, a tarefa de identificar e sinalizar os locais minados, e promover a manutenção dos sinais de perigo-minas<sup>161</sup>.

Para além da população ser conhecedora dos locais minados, ela identifica as minas no desenvolvimento das suas actividades, na recuperação das terras que foram minadas durante a sua ausência e entre outras ocasiões.

Em Dombe existe uma comissão formada pelos activistas e líderes comunitários, responsável pelo supervisionamento e acompanhamento de todas as actividades relacionadas

---

sobre a existência de centros ortopédicos onde podem receber próteses. Toulemonde, C. (1995). "A Handicap International...", Op. Cit, p- 84-85.

<sup>159</sup> Numa primeira fase, como foi referido na secção anterior a campanha de sensibilização destinava-se à situação de emergência, onde para preparar os refugiados e deslocados sobre a existência das minas e como conviver com elas.

<sup>160</sup> Cumbane, A. (2000). "Reflexão sobre a participação comunitária...", Op. Cit, p-111.

<sup>161</sup> Esta actividade é maioritariamente exercida pelos activistas.

com minas. De acordo com as informações colhidas no terreno, procedem a elaboração dos relatórios sobre as áreas minadas, número dos acidentes e o potencial económico do Posto Administrativo que são enviados para o Distrito e para a província. A província define as prioridades e envia ao IND, donde provêm os fundos para a desminagem. A comissão trabalha em coordenação com a CVM e Acção Social, promovendo palestras, peças teatrais onde a mensagem sobre minas está sempre presente.

Existe um maior desejo nas comunidades em acabar com as minas. Esta é uma das razões que levou ao maior envolvimento das comunidades no processo de desminagem.

*“... Queremos tirar a lenha na floresta e não temos como. Procurámos a lenha nas mangueiras para podermos cozinhar. É necessário a desminagem para conseguirmos andar, ir à procura de lenha e para alargarmos as nossas machambas. Estamos a chorar dia e noite para acabarem com as minas, mas estas foram semeadas como a batata-doce e estão a nos fazer sofrer. Nos sítios onde estão a desminar, estamos a ouvir no dia seguinte que morreu alguém...”<sup>162</sup>*

Porém, a morosidade do processo de desminagem quebra o ritmo do envolvimento das comunidades. Nos locais minados são constantemente renovados os sinais colocados até que haja recursos financeiros para a remoção das minas. Segundo uma activista de sensibilização sobre o perigo de minas:

*“...A desminagem está a agradar-nos porque estão a explodir e a acabar com as minas. Mas em muitos lugares de Dombe como na floresta ainda não foram desminados, tem que se fazer a desminagem primeiro aqui em Dombe e depois nesses lugares para ficar óptimo, as pessoas circularem livremente e estarmos todos bens. Só que estão a demorar muito. Todos anos colocámos sinais de perigo-minas nos campos e no ano seguinte já não existem, ora porque o sinal caiu, ou as crianças tiraram para brincar com eles ou as pessoas levaram para cozinhar com eles...”<sup>163</sup>*

Segundo Rosário (2000), esses locais constituem um perigo para as crianças que por curiosidade, querem aproximar-se desses lugares para ver de perto porque é proibido aproximar ou então, entendem brincar com as chapas coloridas<sup>164</sup>. De facto, com a morosidade do processo de desminagem, as populações aprenderam a conviver com as minas e UXOS nas suas comunidades.

Como foi referido anteriormente, os chefes tradicionais têm papel importante na erradicação das minas. Para além de sensibilizarem a população sobre o perigo que as minas

<sup>162</sup> Fátima Jonasse, camponesa, entrevista realizada em Mabaia no dia 27 de Março de 2002.

<sup>163</sup> Sara João, activista de sensibilização sobre o perigo de minas, entrevista realizada em Mabaia a 28 de Março de 2002.

<sup>164</sup> Rosário, D. (2000). “Minas e desminagem...”, Op. Cit, p-99.

representam, servem de intermediários entre a população e os operadores de desminagem, assim como, entre a população e os espíritos dos antepassados.

As instituições que executam trabalhos relacionados com minas devem passar por rituais de purificação recomendados aos espíritos da região. Estes rituais são realizados pelos indivíduos indicados pelo régulo denominados "Chingores". Os chingores realizam também outras cerimónias na região. De acordo com Fátima Jonasse:

*"... Eu como chingore, realizo cerimónias tradicionais no cemitério relacionadas com as mortes, falta de chuvas e ela cai... se alguém precisa de trabalhar aqui em Dombe vem ter comigo e eu recomendo que me traga uma capulana vermelha e faço a cerimónia para que os espíritos da região lhe protejam e nada de mal lhe aconteça ..."*<sup>165</sup>

Este facto mostra a importância do poder tradicional e espiritual no amparo das populações que vivem nas áreas afectadas pelas minas. As populações acreditam que os espíritos da região ou de pessoas individuais ajudam as pessoas a encontrar um caminho a seguir, ou mesmo a adiar a viagem ou a passagem pelo sítio considerado perigoso. Contudo, não quer dizer que os espíritos impedem a acção mortífera das minas.

## 6. Conclusões

Antes de nos concentrarmos na análise sobre o impacto sócio-económico das minas no desenvolvimento comunitário, (que é o objecto do nosso estudo), descrevemos os aspectos económicos do Posto Administrativo de Dombe antes das guerras que resultaram na implantação das minas.

Dombe é uma região com elevado potencial económico, constituído por terras férteis para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária e por recursos florestais, hídricos e faunísticos. Devido ao seu potencial, pode ser considerado capaz de garantir a segurança alimentar de toda a província de Manica, potencial não bem aproveitado devido ao problema de minas que afectam consideravelmente esta região. Antes da implantação das minas em Dombe, as populações tinham acesso aos campos de cultivo, às pastagens, às vias de acesso as florestas e aos outros recursos que se dispunham ao homem sem qualquer tipo de risco.

A existência de minas e o seu impacto negativo nas comunidades afectadas em Moçambique no geral e, em Dombe em particular, é uma realidade inegável. Grande parte da região do Posto Administrativo de Dombe encontra-se gravemente minada.

As minas começaram a ser implantadas em Dombe, por volta de 1977 durante o período de agressão movida pelo regime de Ian Smith, como retaliação a ajuda prestada pela FRELIMO a guerrilha zimbabweana. Esta implantação foi retomada indiscriminadamente no conflito entre a FRELIMO e a RENAMO, muitas vezes, em locais sensíveis a vida da população de acordo com os objectivos táctico-estratégicos militares. É de realçar que a maior parte das minas foi implantada durante o último conflito armado.

Durante a guerra muitas pessoas morreram e outras ficaram feridas como consequência da acção das explosões das minas. Mesmo depois do AGP, elas ainda se fazem sentir pelos seus efeitos desastrosos.

A colocação das minas nos locais sensíveis a vida das populações, impede o desenvolvimento das actividades acima mencionadas que também contribuem para o desenvolvimento do País. As populações deixam de frequentar os locais minados ou suspeitos de existirem minas com o medo de accionar minas retardando, deste modo, o desenvolvimento das suas comunidades.

Comparativamente a outras regiões mais minadas da Província de Manica, localizadas junto ao corredor da Beira, ou ao longo de importantes vias de comunicação, onde as minas foram preferencialmente colocadas nas estradas, Dombe por se localizar no interior, e com importância militar estratégica, as minas foram maioritariamente implantadas nas terras agrícolas e nas áreas militares.

O estudo de Dombe mostra que é nas florestas onde as minas criam mais dificuldades, como se pode depreender com o bloqueio das vias de acesso ao corte da lenha, madeira, estacas e capim para a construção bem como a abertura de campos agrícolas, caça, recolha de frutos silvestres e a procura de medicamentos tradicionais. Os homens são as principais vítimas de minas, pelo facto de estarem mais expostos à Floresta, principal lugar de risco, onde desenvolvem a maior parte das suas actividades.

Em Dombe, para livrar as populações dos constrangimentos impostos pela presença das minas, instituições governamentais (IND), ONG's (APN, Handicap International, CVM), empresas comerciais (Minetech) têm apoiado na prevenção dos acidentes, na assistência às vítimas de minas e nos programas de desminagem. Este processo tem sido muito lento e por vezes desespera as comunidades que tanto precisam de explorar os espaços minados para expandir os seus campos de cultivo.

---

<sup>165</sup> Fátima Jonasse, camponesa, entrevista realizada em Mabaia a 27 de Março de 2002.

A morosidade do processo de desminagem desencoraja a participação comunitária em Dombe devido, por um lado, a falta de apoios financeiros e por outro, pela fraca qualidade dos trabalhos efectuados por algumas organizações. Em muitas zonas, têm acontecido acidentes mesmo depois de declaradas livres de minas.

Ao contrário das outras regiões onde as cheias tornam a desminagem morosa devido ao arrastamento das minas para locais indeterminados, cabendo ao operador a actualização da localização das áreas minadas, em Dombe, o poder erosivo das águas fez com que as minas sobressaissem nos locais onde se encontravam enterradas facilitando os programas de desminagem.

Apesar do descontentamento, a prevenção dos acidentes de minas é um processo que ainda decorre com maior participação das comunidades. Existe um maior desejo por parte destas em acabar com as minas. Elas têm desempenhado um papel importante na luta pela erradicação dos efeitos das minas, cabendo às autoridades locais participar na sua educação no sentido de mudança do comportamento e permitir uma maior participação na identificação e sinalização dos locais minados. A informação das populações têm sido importante para os operadores de desminagem, devido a falta de mapas de localização dos locais minados.

As campanhas de sensibilização sobre o perigo da minas levadas a cabo pelas ONG's, particularmente a Handicap International, foram devidamente assumidas pelas comunidades, facto que se manifesta pela redução de acidentes com minas nas comunidades. A ausência de uma instituição governamental ou humanitária em Dombe que apoie as vítimas civis no emprego ou noutra actividade que garanta o seu auto-sustento faz com que estas se encontrem dependentes dos outros membros da família ou da comunidade, uma vez que a sua condição social não lhes possibilita obter rendimentos para a sua sobrevivência.

Neste trabalho, tentámos mostrar que as minas em Dombe retardam o desenvolvimento das comunidades afectadas na medida em que, elas dificultam o desenvolvimento das suas actividades.



## 7. Recomendações

A presença das minas em Moçambique, particularmente em Dombe, constitui uma ameaça as populações civis.

- O deficiente de minas tem de ser aceite como uma pessoa humana para que não se sinta desesperado, isolado e rejeitado;
- É necessário que se criem programas de geração de emprego para as vítimas de minas nas áreas afectadas, como por exemplo, a criação de cooperativas de produção de objectos de uso comum (artesanato e costura), para que os deficientes possam participar numa vida normal;
- Recomenda-se a criação de um fundo para ajudar as vítimas civis de minas a reconstruírem as suas vidas como acontece com os ex-militares;
- A materialização da ideia da criação do Fundo Nacional de Desminagem, afigura-se pertinente para que Moçambique possa contar com um fundo próprio, não só para a celeridade da desminagem como também, para a continuação do processo depois do término do apoio concedido pelas ONG's;
- A desminagem de todo o Posto Administrativo de Dombe é pertinente para a implementação de projectos de desenvolvimento na área agro-pecuária. Estes podem dum lado, oferecer oportunidades de emprego às comunidades e permitir doutro a expansão da rede comercial, escolar e sanitária que beneficiem directamente a população.
- A desminagem das terras agrícolas e da floresta será importante para a expansão da actividade agrícola, pois a agricultura é a actividade que ocupa a maior parte da população rural. Esta população vive maioritariamente dos produtos provenientes da terra, cultivando extensas áreas para a sua subsistência;
- É necessário que se crie um organismo de controlo e avaliação da qualidade de desminagem por parte das empresas comerciais para evitar que a desminagem se transforme num mero negócio, ficando o trabalho mal feito;
- Para mitigar as futuras acções das chuvas que podem ser fatais nas comunidades afectadas pelas minas, os operadores de desminagem deveriam concentrar-se na remoção das minas numa determinada região ou distrito após a conclusão é que

transitariam para a outra. Só desta forma é que as áreas poderão ser declaradas livres e as comunidades sentir-se-ão seguras;

- Os países produtores e exportadores de minas para Moçambique, devem contribuir em recursos financeiros na área da desminagem e na assistência das vítimas;
- O governo moçambicano deve cumprir a resolução da convenção das Nações Unidas sobre a proibição do uso de minas anti-pessoal, destruir os "stocks" de minas e editar leis que proibam a sua importação pois os custos de remoção das minas são extremamente elevados. Estes fundos poderiam ser aplicados nos programas de desenvolvimento e de alívio a pobreza.
- Recomenda-se a criação de brigadas de inspecção das zonas anteriormente minadas, antes destas serem declaradas livres de minas.

## 8. Bibliografia

### 1. Fontes Primárias

AHM, FGDB, CX 10. Circular nº 4.616/A/7 de 21 de Julho de 1947.

AHM, FGDB, CX 724. Relatório do Administrador do Concelho de Manica. 1959.

AHM, FGDB, CX 725. Relatório do chefe do Posto Administrativo de Dombe ao Secretário do Distrito de Manica e Sofala, 1968.

AHM, FGDB, CX 725. Relatório do chefe do Posto Administrativo de Dombe ao Secretário do Distrito de Manica e Sofala. Referência 29044, 1962.

AHM, FGDB, CX 726. Acta da Direcção Provincial de Administração Civil. 1948.

AHM, FGDB, CX 730. relatório elaborado nos termos do artigo 26 do decreto nº 11. 994 de 1926.

AHM, FGDB, CX 730. Relatório sobre as concentrações algodoeiras do Posto Administrativo de Dombe. 1958.

### 2. Artigos em Periódicos e Seriados

- **Alexander, Jocelyn.** “ A terra, autoridade política no pós-guerra em Moçambique: o caso da província de Manica”, in: *Arquivo*, 16 (1994) Maputo.pp.1-43.
- **Barnes, Sam.** “ As ONG’s em operações de manutenção da paz: o seu papel em Moçambique”, in: *Arquivo*,21 (1997) Maputo.pp. 53-74.
- *Boletim da República*, 1ª série, 1999.
- *Boletim Oficial de Moçambique*, 1ª série, nº 6, 1974, p-130-131.
- **Borges, A.S.** “Relatório da inspeção ordinária ao Concelho de Manica”. *Inspenção dos Serviços Administrativos*, 1968.
- **Carlos, João.** “Nobel contra as minas”, in: *África Hoje*, 111 (1997) , vol.13.pp 16-17.
- **Carlos, João.** “Moçambique acolhe conferência contra minas”, in: *África Hoje*, 128 (1999), vol.15.p.8.
- **Cockburn, B.** “Timeless Bombs: the mines of Mozambique”, in: *Southern Africa Report*, 11 (1995).pp.14-22.

- **Harsch, Ernest.** "L'ONU se mobilise pour la paix: Mozambique, emerge des décombres de la guerre", in: *Afrique relance, document d'information*, 8 (1993) 20p.
- **Lipangue, Cremildo.** "Minas anti-pessoais: enquanto a desminagem não terminar Moçambique continua ainda em guerra", in: *Tempo*, 1473 (2000).pp.22-25.
- "Chuvas e cheias", in: *Novo Moçambique*, 35 (2000). pp.5-17.
- "Dificuldades na desminagem: Governo e Renamo negam acusações da Africa Watch", in: *Notícias*, 5 de Abril de 1994.p.1.
- "Minas ainda provocam vítimas em tempo de paz", in: *Notícias*, 11 de Julho de 1994.p.3.
- "Começou em Manica desminagem de 2000 km de estrada", in: *Notícias*, 15 de Julho de 1994.p.1.
- "Minas inviabilizam reconstrução em Manica", in: *Notícias*, 22 de Maio de 1995.p.1.
- "Proliferação de minas compromete desenvolvimento", in: *Notícias*, 22 de Março de 1996.p.3.
- "Governo e oposição continuam a colocar minas em Moçambique", in: *Notícias*, 24 de Maio de 1997.p.4.
- "Dombe ainda continua minado", in: *Notícias*, 3 de Agosto de 1998.p.4.
- "Educação sobre minas nas escolas primárias do país", in: *Notícias*, 29 de Setembro de 1998.p.3.
- "Minas no país: milhão e meio de pessoas vivem em áreas suspeitas", in: *Notícias*, 31 de Agosto de 2000.p.1.
- **Uaene, Roberto.** "Campos de minas virarão agrícolas", in: *Tempo*, 1295 (1995).pp.4-8.

### 3- Monografias e trabalhos Publicados

- **Abrahamsson, Hans e Nilsson, Anders.** *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992.* Maputo: Cegraf, 1994.365p.
- **ACNUR E PNUD.** *Perfil de desenvolvimento distrital: Distrito de Sussundenga, Província de Manica.* Maputo: ACNUR/ PNUD, 1996.20p.

- **Africa Policy Information Center.** *Landmines: Africa's strake, global initiatives.* Apic Background Paper 009.
- **Agência Suíça Para O Desenvolvimento E Cooperação Moçambique.** *Cooperação Suíça para o desenvolvimento em Moçambique.* Maputo: Seco, 2001.
- **AHM.** *Moçambique: Desminagem e desenvolvimento.* Maputo: Estudos 10, 1995.192p.
- **Arminõ, Karlos Pérez.** *Guia de reabilitação pós-guerra: o processo de Moçambique e a contribuição das ONG's.* Bilbao: Hegoa,1997.
- **ARPAC.** *Minas e desminagem em Moçambique: actas do seminário sobre o impacto sócio-económico das minas e da desminagem em Moçambique.* Maputo: Coleção Embondeiro 16, 2000.137p.
- **ARPAC.** *Projecto de democratização e descentralização em Moçambique: documentos primários, transcrições das entrevistas realizadas durante a pesquisa no âmbito da municipalização em Moçambique.* Chimoio: ARPAC, Delegação Provincial de Manica, 1996.
- **Artur, Domingos do Rosário et al.** *Tradição e Modernidade: que lugar para a tradição africana na governação descentralizada de Moçambique?* Maputo: Ministério de Administração Estatal, Projecto de descentralização e democratização, 1999. 221p.
- **Barnes, Colin e Mercer, Geof.** "Disability: emancipation, community participation and disabled people". In: **Graig, G. e Moyo, M.** *Community empowerment: a reader in participation and development.* London, New Jersey: Zed Books, 1995. pp.33-45.
- **Borges Coelho, João Paulo.** *O Início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reacção colonial.* Maputo: AHM/Núcleo Editorial da UEM, 1989.161p.
- **Canadian International Demining Centre.** *Mozambique: landmine, level one impact survey.* Executive summary, Manica province. Maputo: IND, CIDC, CIDA, 2001.12p.
- **Eaton, R. et al.** *Mozambique: the development of indigenous mine action capacities.* New York: United Nations, Department of Humanitarian Affairs, 1997.

- **Handicap International.** *Guia de trabalho para o agente de sensibilização sobre o perigo das minas anti-pessoal e outros engenhos explosivos: coordenação dos programas sobre o perigo de minas e outros engenhos explosivos.* Moçambique: Handicap International 1995.
- **Hanlon, Joseph.** *Mozambique: who calls the shots?* London, James Currey, Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1991. 301p.
- **Human Rights Watch.** *Landmines in Mozambique.* New York: Human Rights Watch, 1994. 119p.
- **Human Rights Watch.** *Still Killing: landmines in Southern Africa.* New York: Human Rights watch, 1997.204p.
- **International Campaign to Ban Landmines.** *Landmine Monitor Report: toward a mine-free world.* New York: Human Rights Watch, 1999.
- **International Campaign to Ban Landmines.** *Landmine Monitor Report: toward a mine-free world.* New York: Human Rights Watch. CD-room 2001.
- **Kepe, Thembele.** “ Os problemas de definição do termo comunidade: os desafios do programa de reforma de terra nas zonas rurais da África do Sul”. In: **Kloeck-Jenson, Scott e Waterhouse, Rachel.** *Seminário sobre o conceito das comunidades locais em relação à gestão de recursos naturais.* Maputo: Centro de Formação Agrária (CFA), 1998.
- *Landmines in Africa: fact sheet.* Mimeo, s/d.
- **Lopes, Gustavo de B. P.** *Respostas ao questionário etnográfico.* Apresentado pela Secretaria dos Negócios Indígenas em Lourenço Marques, referente ao território da Companhia de Moçambique. Beira, 1928.
- **Millard, Ananda S, Harpviken, Kristian B.** *Reassessing the impact of humanitarian Mine Action.* Oslo: Prio Report, 2000. 111p.
- **Ministério de Plano e Finanças.** *Perfil distrital de segurança alimentar e nutrição: Sussundenga, Manica.* Maputo: Repartição de Nutrição, Direcção Nacional de Saúde, Ministério de Saúde, Direcção Nacional de Planificação, Ministério de Plano e Finanças, 1997.

- **Ministério de Plano e Finanças.** *Perfis distritais de segurança alimentar e nutrição: Província de Manica.* Maputo: Repartição de Nutrição, Direcção Nacional de Saúde, Ministério de Saúde, Direcção Nacional de Planificação, Ministério de Plano e Finanças, 1998.
- **Ministério de Plano e Finanças.** *Perfil provincial de pobreza e desenvolvimento humano de Manica.* Maputo: departamento de programação macroeconómica, 2000.
- **Moshove, P.** "A organização comunitária: factor chave para o maneio comunitário dos recursos naturais". In *Memórias da 1ª conferência nacional sobre o maneio comunitário dos recursos naturais.* Maputo: UICN, FAO, Direcção Nacional de Floresta e Fauna Bravia, 1999.
- **Naciones Unidas.** *50 anos 1948-1998: las naciones unidas y el mantenimiento de la paz.* S/c. Naciones Unidas, 1999.pag
- **Newitt, M.** *História de Moçambique.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1995.
- **Programa Mundial para a Alimentação.** *Moçambique em guerra e paz.* Zimbabwe. S/ data. 35p.
- **Quivy, Raimond e Campenhoudt, Luc Van.** *Manual de investigação em Ciências Sociais.* Lisboa: Gradiva, 1992.
- **República de Moçambique.** *Programa de reconstrução pós-cheias da região centro de Moçambique.* Maputo, 2001.
- **Rita-Ferreira, A.** *Os povos de Moçambique: história e cultura.* Porto: Edições Afrontamento, 1975.
- **Silva, Benedicto at al.** *Dicionário de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio vargas, 1986. ,
- **UNDP/GICHD.** *A Study of Socio-Economic Approaches to Mine Action.* Geneva: International Center for Humanitarian Demining, 2001. 188p.
- **United Nations.** *Descobrimo as Nações Unidas.* New York: United Nations, 1998.
- **United Nations.** *Landmines: A special Issue.* A review of United Nations activities in Mine Action. New York: United Nations, 1999.
- **UNOHAC.** *Mozambique National Mine Survey (10 províncias excluindo a cidade de Maputo).* Maputo: ONUMOZ,1994.

#### 4- Teses e trabalhos não publicados

- **Chilundo, A. e Cau, Boaventura M.** “Organizações das comunidades no actual contexto agrário em Moçambique”. Documento apresentado no workshop sobre *reformas legislativas e de políticas de terras envolvendo os utilizadores*, organizado pela ORAM- Organização Rural de Ajuda Mútua, e ZERO- Regional Environment Organization. Maputo, 1999.
- **Cruz, Miguel J.** “História da formação da classe trabalhadora em Manica e Sofala ao Sul do Pungué, 1892-1926”. Tese de Licenciatura, Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1982.
- **DESSOF.** “Impacto sócio-económico e cultural das minas nas comunidades rurais na zona centro de Moçambique”. Sob direcção técnica de Joel das Neves Tembe. Beira, 2001.
- **IND.** “Actividade de desminagem em Moçambique de 1997 à 2001”. Maputo: IND, CIDA, CIDC, 2002. 21p.
- **MGM.** “Projecto de pesquisa e desminagem da linha férrea do Limpopo”. Maputo: MGM, 2001.
- **Neves Tembe, Joel M. das.** “Economy, society and labour migration in Central Mozambique, 1930-c1965: a case study of Manica Province”. PhD Thesis, London: University of London, 1998.

#### 5- Locais do Espaço Cibernético

- [www.icbl.org](http://www.icbl.org) (International Campaign)
- [www.ind.gov.mz](http://www.ind.gov.mz) (Instituto Nacional de Desminagem)
- [www.landminesurvey.org](http://www.landminesurvey.org) (Survey Action Centre, Nova York)
- [www.map.org.mz](http://www.map.org.mz) (Mine Action Program-Mozambique)
- [www.mgm.org](http://www.mgm.org) (People Against Mines)
- [www.unicef.org](http://www.unicef.org)
- [www.un.org/depts/landmine/](http://www.un.org/depts/landmine/)
- [www.unog.ch](http://www.unog.ch) e [www.gichd.ch](http://www.gichd.ch) (Geneva International Center for Humanitarian Demining)



**ANEXOS**

## **ANEXO-1**

### **Cronologia**

- 1964- Início da Luta Armada de Libertação Nacional em Moçambique
- 1965- Surgimento dos primeiros casos dos efeitos das minas em Moçambique
- 1974- Fim da Guerra Colonial
- 1975- Independência de Moçambique
- 1977- Implantação das minas pelas forças do Regime Rodesiano em Dombe
- Criação da RENAMO pelo Gabinete Central de Inteligência, na Rodésia do Sul, actual República do Zimbabwe
  - Início da Guerra de Desestabilização em Moçambique
- 1977-1992-Implantação das minas pelas forças governamentais e da RENAMO em Dombe
- 1980- Independência do Zimbabwe
- Transferência da base da RENAMO do Zimbabwe para Phalaborwa, África do Sul
  - Criação da SADCC
- 1991- Ocupação do Posto Administrativo de Dombe pela RENAMO
- 1992- Assinatura do AGP e Fim do conflito armado em Moçambique
- Início da desminagem em Moçambique pela ONU
  - Início da dupla administração em Dombe
- 1994- Eleições Gerais
- 1995- Criação da CND
- Fim da dupla administração em Dombe
- 1997- Fim da colocação das minas em Moçambique
- 1998-2001- Desminagem em Dombe pela Mine-tech
- 1999- Substituição da CND pela IND
- 2001- Início da desminagem em Dombe pela APN

## ANEXO 2

**Tabela 1: Mapa da Produção Algodoeira Obtida na Campanha 1966/67 no Posto de Dombe**

Regedorias	1ª Qualidade		2ª Qualidade		Total	
	Quantidade (kgs)	Pago (Esc.)	Quantidade (kgs)	Pago (Esc.)	Quantidade (kgs)	Pago (Esc.)
Loa	23.520	18.816\$00	2.502	5.504\$40	26.022	24.320\$40
Gudza	123.123	467.867\$40	12.764	28.080\$80	135.887	495.948\$20
Chibué	180.749	686.846\$20	19.557	43.029\$80	200.308	729.876\$00
Muoco	209.472	795.993\$60	22.148	48.725\$60	231.620	844.719\$20
Zomba	110.841	421.195\$80	10.632	23.390\$40	121.473	444.586\$20
Muchamba	50.842	193.199\$60	14.167	31.167\$40	65.009	224.367\$00
Sambanhe	58.055	220.609\$00	19.186	42.209\$20	77.241	262.818\$20
Dombe	139.230	529.074\$00	25.809	56.779\$80	165.039	585.853\$80
Gohonda	41.779	158.760\$20	16.353	35.976\$60	58.132	194.736\$80
<b>Soma</b>	<b>937.611</b>	<b>3.492.361\$80</b>	<b>143.120</b>	<b>314.864\$00</b>	<b>1.080.731</b>	<b>3.807.225\$80</b>

Fonte: Borges, A. (1968). "Relatório da inspeção ordinária ao Concelho de Manica". *Inspecção dos Serviços Administrativos*, p-65.

### ANEXO-3

**Tabela 2: Estradas Prioritárias para a Desminagem**

Estrada	Localização/Província	Km	Estado
Maringué-Canda	Sofala	142	Muitas pontes destruídas
ENI- Magunde	Sofala	21	Estrada em mau estado
Magunde-Chibabava	Sofala	15	Estrada em mau estado
Dondo-Muanza	Sofala	82	Estrada em mau estado, duas pontes destruídas, minas anti-tanques
Muanza-Inhaminga	Sofala	65	Estrada em mau estado, três pontes destruídas, minas anti-tanques
Inhaminga-Caia	Sofala	114	Estrada em mau estado, cinco pontes destruídas
Gorongosa-Inhaminga	Sofala	112	Estrada em mau estado, quatro pontes destruídas, minas anti-tanques
Gorongosa-Vunduzi	Sofala	43	Estrada em mau estado, minas anti-tanques
Maqueze-Dindiza	Sofala	116	Estrada de terra batida, cinco pontes destruídas
Marromeu-Chemba	Sofala	224	Não transitável, algumas pontes destruídas
Chemba-Tambara	Sofala	96	Estrada em péssimas condições, duas pontes destruídas
Gorongosa-Canda	Sofala	35	Estrada em péssimas condições
Subtotal	Sofala	1065	-
Macossa-Maringue	Manica/ Sofala	59	Pontes destruídas, minas anti-tanques
Goonda-Dombe	Sofala/ Manica	90	Pelo menos cinco pontes destruídas
Chitobe-Chibabava	Manica/ Sofala	70	Estrada em mau estado, intransitável
Subtotal	Manica/ Sofala	219	-
Sussundenga-Dombe	Manica	90	Péssimas condições
Catandica-Choa	Manica	26	Péssimas condições
Guro-Mungari	Manica	20	Péssimas condições, uma ponte destruída
Mungari-Buzua	Manica	93	Dois pontes destruídas
Espungabera-Inhacufera	Manica	37	Péssimas condições, gravemente minada
Inhacufera-Citobe	Manica	87	Estrada em mau estado
Fundeze-Macossa	Manica	85	Péssimas condições
Subtotal	Manica	438	-
Nicoadala-Derre	Zambézia	144	Pontes destruídas
Derre-Liciro	Zambézia	105	Pontes destruídas
Liciro-Milange	Zambézia	51	Muita vegetação
Subtotal	Zambézia	300	-
Total	-	2022	-

Fonte: Human Rights Watch. (1994). *Landmines in Mozambique*. New York: Human Rights Watch, p-87-90.

#### ANEXO-4

**Tabela 3: Registo das Vítimas de Minas em Moçambique, 1997-2001 (feridos)**

Ano	1997	1998	1999	2000	2001
Homens	257	140	141	102	60
Mulheres	62	43	31	25	20
Total	319	183	172	127	80

Fonte: Ministério da Saúde, Secção de Medicina Física e Reabilitação. Citado pelo IND. (2002). "Actividade de desminagem em Moçambique...", Op. Cit, p-10.

## ANEXO-5

**Tabela 4: Principais Doadores da Acção Contra Minas em Moçambique**

Países	Fundos em milhões de dólares Americanos	Anos
Estados Unidos da América	164.3	1993-1998
Noruega	66.6	1994-1998
Suécia	52.1	1990-1998
Reino Unido	49.7	1992-1999
Alemanha	42.4	1993-1998
Japão	38.7	-
Dinamarca	37.7	1992-1998
Canadá	37.0	1989-1998
França	35.7	1995-1998
Suiça	30.2	1996-1998

Fonte: ICBL. (1999). *Landmine Monitor Report 1999: Toward a mine-free world*. New York: Human Rights Watch, p-27-29.

## ANEXO-6

Tabela 5: Principais Operadores de Desminagem em Moçambique

Operador	Tipo	Actividades	Início da desminagem	Fim da desminagem	Fundos 1994-2001 em USD USS
Gurkha Security Guards (GSG)	Comercial (britânica)	Desminagem de estradas	Janeiro de 1993	Fevereiro de 1994	-
Handicap International (HI)	ONG (Francesa)	Reconhecimento de locais minados; Desminagem a partir de 1998	Junho de 1993	-	5.134.000 (5,5%)
Ajuda Popular da Noruega (APN)	ONG (Norueguesa)	Desminagem de áreas e estradas	Julho de 1993	-	20.100.000 (21,5%)
Mine-Tech	Comercial (Zimbabwean a)	Desminagem de estradas, linhas de alta tensão, linhas férreas; Desminagem de áreas (em coordenação com o programa de desenvolvimento da GTZ)	Dezembro de 1993	-	1.952.000 (2,0%)
HALO Trust	ONG (Britânica)	Pesquisa Nível Um em 1994; Desminagem de estradas e áreas	Janeiro de 1994	-	3.791.000 (4,0%)
RONCO	Comercial (USA)	Desminagem de canina de estradas	Janeiro de 1994	Junho de 1995	10.000.000 (10,5%)
Mechem	Comercial (Sul africana)	Desminagem de estradas e áreas	Fevereiro de 1994	-	4.200.000 (4,5%)
Comissão Nacional de Desminagem	Governo	Recolha e análise de dados ; Determinação	Maior de 1995	Junho de 1999	10.207.000 (11%)

(CND)		das prioridades ; Monitoramento ; Coordenação e standartização ; Coordenação de actividade de pesquisa			
Programa Acelerado de Desminagem (PAD)	UNDP/Gover no	Desminagem de estradas e áreas	Outubro de 1995	-	20.030.000 (21,5%)
Special Clearance Services (SCS)	Comercial (Zimbabwean a)	Desminagem de áreas	Meados de 1996	-	4.813.000 (5,0%)
Carlos Glassman Tecnologias de Vanguarda Aplicadas Lda (CGTVA)	Comercial (Portuguesa)	Acessoria à CND	1997	-	-
CIDEV	Comercial (Francesa)	Desminagem de linhas de alta tensão	Junho de 1998	Dezembro de 1998	3.158.000 (3,5%)
Centro de Desminagem Internacional Canadiano (CIDC)	ONG (Canadian)	Pesquisa Nível Um	1999	-	-
Instituto Nacional de Desminagem (IND)	Governo	Substituiu a CND mas com maior autonomia, ligada ao estabelecimento do FUNAD, Fundo Nacional de Desminagem	Junho de 1999	-	-
Afrovita	Comercial (Moçambican a)	Desminagem de estradas	1999	-	-

Fonte: UNDP/GICHD. (2001). *A Study of Socio-Economic Approaches to Mine Action*. Geneva: International Center for Humanitarian Demining, p-153.



## ANEXO-7

Tabela 6 : Lista das Pessoas Entrevistadas em Dombe

Nome	Sexo	Idade	Ocupação	línguas	Local	Data
Ecita Nhaoa	F	≈ 40	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Marta João Mutombo	F	26	Camponesa	Português/ Ndau	Dombe- sede	26/03/02
Zacarias João	M	28	Camponês	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Feliciano Zacarias	M	35	Trabalhador da AJT	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Luís Zacarias	M	26	Camponês	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Sara João	F	74	Camponesa	Ndau	Mabaia	26/03/02
Francisco João Baptista	M	30	Presidente da CVM	Português	Dombe- sede	26/03/02
Inês Wache	F	50	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Maria Mateus	F	≈ 30	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Lúcia Waite	F	-	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Samuel Alberto Dombe	M	14	Estudante	português	Mabaia	26/03/02
Araújo Dombe	M	-	Desmobiliza do/ camponês	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Eugénio Samuel Dombe	M	41	Alfaiate	Português	Mabaia	26/03/02
Estrela Estevão	F	-	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	26/03/02
Elias Musseve Zombe	M	60	Desmobiliza do, camponês	Ndau	Mabaia	26/03/02
Samuel Mushomoia	M	36	Secretário do régulo	Português/ Ndau	Dombe- sede	27/03/02
Agostinho Cherene Dombe	M	66	Régulo de Dombe	Português/ Ndau	Dombe- sede	27/03/02
Laurinda Samuel Dombe	F	44	Camponês	Português/ Ndau	Mabaia	27/03/02
Isabel Manuel	F	≈50	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	27/03/02
Fátima Jonasse	F	≈74	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	27/03/02
Fátima Dombe	F	-	Camponesa e activista do	Português/ Ndau	Mabaia	27/03/02

			circulo de interesse			
Armando Manuel	M	26	Camponês	Português/ Ndaú	Mabaia	27/03/02
Olinda João	F	-	Camponesa	Português/ Ndaú	Mabaia	28/03/02
Monquei Malindo	M	58	Camponês	Português/ Ndaú	Mabaia	28/03/02
Fátima Samuel	F	-	Camponesa	Português/ Ndaú	Mabaia	28/03/02
Sara João	F	-	Activista sobre perigo de minas	Português/ Ndaú	Mabaia	28/03/02
Dora Holissone	F	40	Desmobilizada, activista da CVM	Português/ Ndaú	Chionge/ Dundo	28/03/02
Francisco Chimuene	M	32	Camponês	Português	Chionge/ Dundo	28/03/02
Celeste João	F	32	Camponesa	Português/ Ndaú	Chionge/ Dundo	28/03/02
Cecília	F	-	Camponesa	Português/ Ndaú	Chionge/ Dundo	28/03/02
José Cherene Dombe	M	41	Saguta de Chionge	Português/ Ndaú	Chionge/ Dundo	29/03/02
Luís Cherene Dombe	M	28	Professor do EPI e activista de sensibilização sobre minas	Português	Dombe- sede	29/03/02
Júlio João	M	50	Desmobilizado da Renamo, vítima de morteiro	Português/ Ndaú	Mabaia	29/03/02
Joaquim Carmona	M	78	Desmobilizado, alfaiate	Português/ Ndaú	Mabaia	29/03/02
Saieze	M	80	Camponês	Português/ Ndaú	Mabaia	29/03/02
Luís Manhule	M	35	Desmobilizado, camponês	Português/ Ndaú	Mabaia	31/03/02
Samuel Nyamunda	M	47	Camponês	Português/ Ndaú	Dombe- sede	31/03/02
Joanita José	F	30	Camponesa	Português/ Ndaú	Mabaia	31/03/02
Zijone Nguiraze	M	27	Camponês	Português/ Ndaú	Mabaia	31/03/02

Fernando Guive	M	45	Camponês, desmobiliza do da Frelimo, víctima de minas	Português/ Ndau	Mabaia	31/03/02
Helena Waite	F	-	Camponesa	Português/ Ndau	Mabaia	31/03/02
Hermínio Alberto	M	24	Carpinteiro	Português/ Ndau	Mabaia	31/03/02
Alberto Kussara	M	48	Farmeiro, desmobiliza do, vítima de uxos	Português	Dombe- sede	31/03/02
Isabel Idrisse	F	-	Camponesa	Português/ Ndau	Dombe- sede	01/04/02
Nyasse Sevene	F	-	Deficiente de guerra	Português/ Ndau	Dombe- sede	01/04/02
Francisco Jeque	M	33	Professor e director da Escola da ADPP	Português	Dombe- sede	01/04/02
Paulino Paquete	M	43	Chefe do Posto Administrati vo de Dombe	Português	Dombe- sede	02/04/02 e 24/04/02
Filipe Jossias	M	45	Guarda da APN, desmobiliza do da Frelimo	Português/ Ndau	Dombe- sede	02/04/02
Matias Zaquau	M	-	Camponês	Português/ Ndau	Dombe- sede	03/04/02
Noé Pita	M	53	Trabalhador do Ataide	Português/ Ndau	Dombe- sede	03/04/02
Catarina Filipe	F	-	Camponesa	Português/ Ndau	Dombe- sede	03/04/02
Lucas Zacarias	M	25	Trabalhador da ECMEP	Português/ Ndau	Dombe- sede	03/04/02

Lucas Basquete	M	66	Saguta de Dombe, desmobilizado	Português/ Ndau	Dombe-sede	05/04/02
Orlando Julai	M	44	Carpinteiro	Português/ Ndau	Dombe-sede	05/04/02
Celina Naene	F	-	Camponesa	Português/ Ndau	Dombe-sede	05/04/02
Natália António	F	12	Estudante	Português	Dombe-sede	05/04/02
Tomás Alexandre	M	-	Funcionário do IND	Português	Maputo	08/03/02
George Kruessen	M	-	Funcionário da MGM	Português	Maputo	23/02/02

## **ANEXO-8**

### **Guião de Entrevistas**

#### **A- Dados Pessoais**

- Nome
- sexo
- Idade
- Ocupação
- Agregado familiar

#### **B- A História da Guerra e das Minas**

- Durante a guerra onde é que estava?
- Já ouviu falar de minas?
- Onde, quando e como é que ouviu falar de minas?
- Quando é que as minas começaram a ser colocadas?
- Onde é que as minas foram colocadas?
- Quem foram os autores da implantação das minas?
- Qual é a razão da colocação das minas?
- Com o fim das guerras, as minas continuaram a ser colocadas cá em Mossurize?

#### **C- Impacto Sócio-económico das Minas**

- Quais são as principais actividades económicas desenvolvidas aqui no distrito?
- O que é que cultivam?
- Onde é que caçam e o que é que caçam?
- Onde é que pescam e o que é que pescam?
- Onde é que vão buscar a água, lenha, não existem minas?
- Tem familiares que trabalham ou estudam no Zimbabwe ou noutro país vizinho? Tem ajudado a família, como? Costuma vir de férias? O que tem trazido quando vem de férias?
- As minas impedem o desenvolvimento de alguma actividade aqui no distrito tais como a agricultura, pecuária, comércio, no acesso à água, à lenha, à educação, à saúde e outras actividades que contribuem para o desenvolvimento de uma comunidade?
- Existem conflitos de terras aqui em Mossurize? Até que ponto a situação de minas agrava estes conflitos?
- Que implicações as minas tem no emprego e no acesso aos recursos naturais?
- Quando uma zona está minada, o que a população tem feito como alternativa para a sua sobrevivência?

- Costuma vender produtos no Zimbabwe ou comprar produtos no Zimbabwe para revender cá no distrito?
- O que é que vende ou que é que compra?
- Que caminhos usam para chegar no Zimbabwe? Pagam alguma taxa para a travessia da fronteira?
- Não existem minas nos caminhos que vocês percorrem para chegarem ao Zimbabwe?
- Se existem, como conseguem contorná-los?

#### **D- A Desminagem e a Participação Comunitária**

- Quais são as regiões ou áreas minadas?
- Quais são as organizações envolvidas na desminagem cá no distrito?
- O que elas fazem quando tem chegado cá?
- Quais são as zonas que já foram desminadas? conhece a superfície da área desminada?
- Quais são os critérios usados para a definição das áreas prioritárias para a desminagem?
- O que é que a desminagem mudou aqui no distrito?
- O que a população tem feito quando identifica uma mina?
- Que papel tem tem as comunidades no process de desminagem?
- Existem aqui no distrito comités de minas?
- Existe alguma ligação entre as populações e as empresas de desminagem?
- Qual é o papel das autoridades locais na resolução de conflitos causados pela presença das minas?
- Já ouviu cheias aqui no distrito, quando? Muita gente morreu ou desapareceu?
- As cheias não terão arrastado as minas ou as sinalizações durante as cheias?
- Qual é a diferença da desminagem humanitária e comercial, e como é que são contratados? É através do fundo das ONU?

#### **E- A Consciencialização das Populações**

- Conhecem alguma vítima de minas ou tem algum familiar vítima de minas?
- Quais são as populações mais vulneráveis, são mulheres, crianças, homens ou velhos?
- Elas tem recebido apoio de alguma organização não governamental, do governo ou das comunidades, no que diz respeito à criação de empregos ou num outro meio?
- O que é que as ONG's tem feito para reduzir o número de vítimas?
- O que é que a população tem feito para acabar com as minas nas suas comunidades?

## TIPOS DE MINAS ANTI-PESSOAL MAIS FREQUENTES EM DOMBE



PMN

Origem: Ex-URSS (Copiada pela China e Iraque)

Fonte: MGM



POMZ-2

Origem: Ex-URSS (Copiada pela China, Ex-RDA e Coréia do Norte)

Fonte: MGM

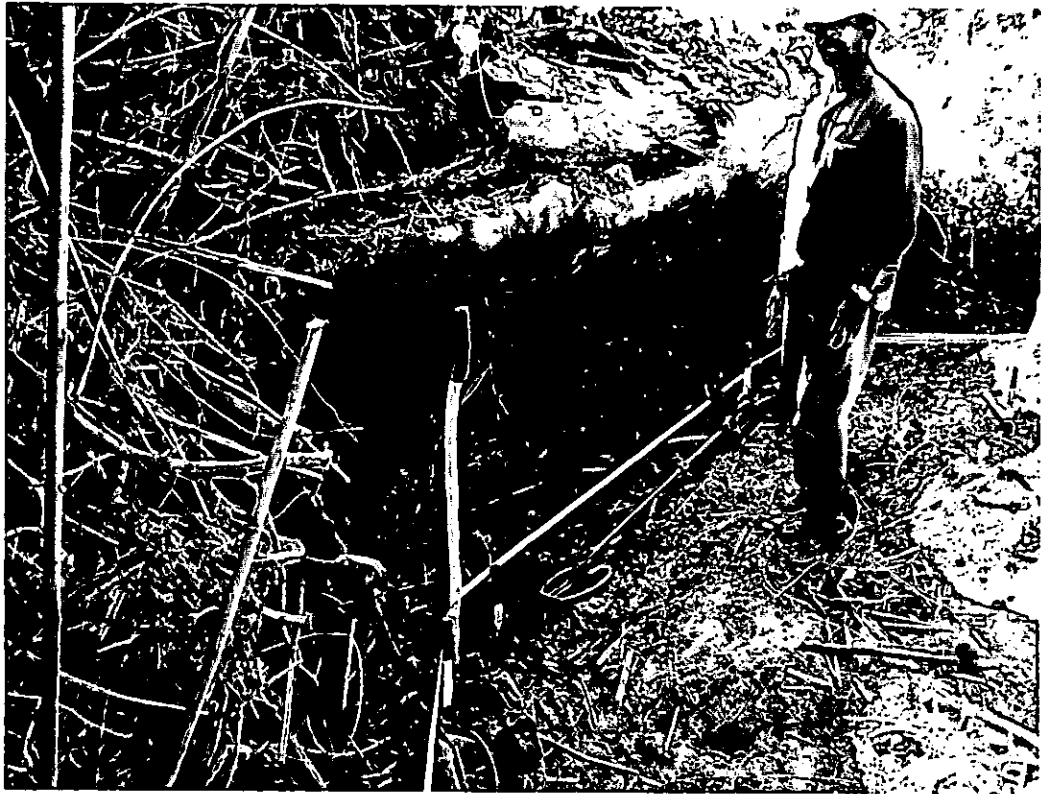


POMZ-2M

Origem: Ex-URSS (Copiada pela China, Ex-RDA e Coréia do Norte)

Fonte: MGM





Um Sapador num Campo Minado  
Fonte: MGM



Uma Vaca que accionou uma Mina  
Fonte: MGM